

*Histórias de Trabalho
da
Receita Federal do Brasil*

3º Concurso - 2012

Prosa e Poesias



Receita Federal

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Divisão de Memória Institucional



Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro da Fazenda
Guido Mantega

Secretário da Receita Federal do Brasil
Carlos Alberto Freitas Barreto

Subsecretário de Arrecadação e Atendimento
Carlos Roberto Occaso

Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
João Maurício Vital

Coordenador de Educação Fiscal e Memória Institucional
Antônio Henrique Lindemberg Baltazar

Chefe da Divisão de Memória Institucional
Fabiane Paloschi Guirra

Comissão Julgadora do 3º Concurso Histórias de Trabalho da RFB
Márcio da Silva Ezequiel - DRF/Pelotas - Presidente da Comissão
Ana Catarina de Lucena - SRRF/04RF
Paulo Régis Arcanjo Paulino - SRRF/03RF
Rosana Escudero de Almeida - DRF/Rio de Janeiro I
Vânia Silva Cardoso - Demac/Rio de Janeiro

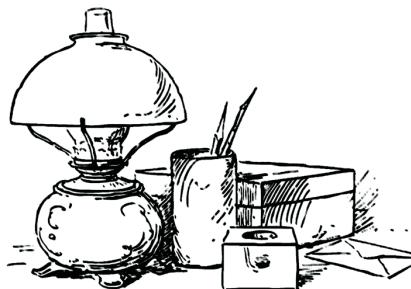


Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil

3º Concurso - 2012

Prosas e Poesias



Receita Federal

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Divisão de Memória Institucional

Copyright© 2013 - by *Receita Federal*

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

Capa e Diagramação
Marcia Palma de Azevedo

Imagen da capa
Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB

Revisão Ortográfica
Aline Rodrigues Guedes

Impressão e acabamento
São Jorge Gráfica e Tecnologia Ltda - ME

Tiragem
550 exemplares

Ministério da Fazenda / Receita Federal do Brasil / Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal / Divisão de Memória Institucional - Brasília: RFB, 2013

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 3º Concurso, 2012.

242p.; 22cm. Coletânea de Histórias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

How much	146
Não faz pagamento, vai preso	149
No passado: lugar de grandes sonhos. No presente: imerso em mortas águas	152
Nuvens claras nem sempre significam tempo bom!	157
O dia que a fiscalização foi recebida por comitiva de autoridades	162
O negoço do Zé tá bombando	167
O passageiro de Schwarzwald	169
O queijo	171
Os três porquinhos	173
Sabes quem sou	175
Sinto saudade! Muuuuuuuuuuuuita saudade!	178
Sorte de principiante	182
Um pouco da história da DRF em Poços de Caldas e agências	185
Um pouco mais adiante	195

Poesias Premiadas

Sucupira nunca mais	201
Da máquina de datilografar ao processo digital	223
Processos, processos	227

Poesias Classificadas

Dez anos da Alfândega do Aeroporto	233
Vistoriar bagagem e mercadoria gerando o progresso da nação	235
Dia nacional de respeito ao contribuinte	237
Eleta e Karla	239



Sumário

Apresentação	VII
Prefácio	IX
Prosas Premiadas	
O Processamento que quase virou processo	13
O Expressinho do Rio Grande	23
Aguardando Processamento	35
Menções Honrosas	
1994	45
Perigo Iminente	57
Contrabando, uma guerra	63
Prosas Classificadas	
A Esperança é toda verde, mas a salvação veio de vermelho	75
A Freira	81
Arma de brinquedo	83
Aventuras na ponte da Amizade	85
Avisa o Formigueiro, vem aí tamanduá!	89
Brinquedinho	92
Carroça na frente dos bois	94
Céu ou inferno	96
Cigarros contrafeitos	98
Com humor (laranja)!!!	101
Como encontrei a R.A.I.S	104
Contribuinte do futuro	107
Coronel Pacheco	108
Depressão no plantão	112
Eeeeeu???	117
Formigas, barracos, laranjas e outras mazelas	123
Fronteira blindada	128
Histórias Aduaneiras 2012	140



Apresentação

Com muita alegria, apresentamos ao público mais uma edição do livro Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil. Tratam-se dos trabalhos selecionados na 3^a edição do Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil, realizado no ano de 2012.

O concurso, instituído em 2010, tem por objetivo coletar, selecionar e premiar registros de experiências de trabalho apresentados por servidores da instituição, ativos ou inativos.

Esta edição do concurso abrangeu duas categorias: depoimento verídico em prosa e depoimento verídico em poesia ou letra de música. Foram inscritos 54 trabalhos, advindos de 16 unidades da federação, o que indica uma consolidação do certame no imaginário dos colegas como uma importante iniciativa para expressar nosso cotidiano profissional.

A comissão julgadora selecionou três trabalhos vencedores em cada uma das duas categorias e três menções honrosas. Esta coletânea reúne, além das histórias premiadas, 36 histórias classificadas pela comissão julgadora do prêmio, completando um total de 45 histórias. Todas elas narram aspectos marcantes, interessantes ou pitorescos do dia-a-dia de servidores da Receita Federal.

Somadas às duas edições anteriores, são 104 histórias que compartilham momentos vivenciados na fiscalização, no atendimento ao contribuinte, na aduana, e em outras áreas da instituição. Ao ler essas histórias, narradas sob uma perspectiva privilegiada e, muitas vezes emocional, não é difícil encontrarmos inegáveis traços que nos identificam como indivíduos ligados por uma cultura profissional própria, forjada no labor diário e na convivência com pessoas, assuntos e procedimentos típicos das matérias afetas ao órgão em que trabalhamos.

Esta edição do livro apresenta-se ilustrada com os desenhos premiados no 1º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da Receita Federal do Brasil, o que certamente vem a dar maior encanto à obra que ora se apresenta.

Parabenizamos e agradecemos a todos os que participaram do concurso. Premiados ou não, são todos dignos de aplausos. Com os trabalhos enviados, mesmo aqueles que não foram selecionados para compor esta terceira coletânea, legamos à



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

posteridade as experiências dos autores, as quais passarão a integrar o acervo da memória institucional da Receita Federal do Brasil.

Nosso reconhecimento à comissão julgadora encarregada de selecionar e classificar os trabalhos, presidida por Márcio da Silva Ezequiel e composta por Ana Catarina de Lucena, Paulo Régis Arcanjo Paulino, Rosana Escudero de Almeida e Vânia Silva Cardoso.

Agradecemos à equipe da Divisão de Memória Institucional, formada por Fabiane Paloschi Guirra, Énio Roberto Ignácio e Marcia Palma de Azevedo, pelas atividades de planejamento, organização, execução e controle do projeto.

Agradecemos também ao Coordenador de Educação Fiscal e Memória Institucional, Antônio Henrique Lindemberg Baltazar, pela liderança da iniciativa.

Por fim, agradecemos ao Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Carlos Roberto Occaso, e ao Secretário da Receita Federal do Brasil, Carlos Alberto Freitas Barreto, pelo apoio incondicional e entusiasmado às ações de preservação da memória institucional

Desejamos a todos uma boa Leitura!

João Maurício Vital

Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal



Prefácio

É com enorme satisfação que recebi o convite para prefaciar este livro que coleta os trabalhos selecionados na 3^a edição do Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil.

Assim como manifestei no prefácio da 2^a edição, considero o título da coletânea bastante oportuno, pois ao unir os termos história e trabalho, já se antecipa que o objetivo do livro é o resgate do cotidiano profissional, o qual, muitas vezes, encontra-se silenciado na alma de nosso corpo funcional.

Nas sociedades contemporâneas, em que a comunicação e as relações se mostram fugazes e transitórias, a reflexão acerca do cotidiano de trabalho oportuniza a possibilidade de construir relacionamentos valorativos, fundados na identidade coletiva e dando sentido às ações organizacionais.

Da mesma forma como ocorre no caso dos acervos documentais e fotográficos, resgatar as histórias de trabalho nos permite traduzir a identidade interna e externa, realçando os valores essenciais de nossa cultura.

A história apresenta lições que as pessoas têm a oportunidade de conhecer e aprender, tanto para conhecer-se a si mesmos e saber interpretar suas realidades, como para construir sua história futura sobre a base da experiência adquirida e em função dos interesses compartidos como sociedade.

O antigo hábito de contar histórias, aliado à perspectiva laboral, ao construir elos de ligação entre o passado, o presente e o futuro, propicia aos indivíduos se reconhecerem como elementos participes da trajetória organizacional.

Portanto, lançar um olhar sobre a memória institucional é a tarefa principal deste livro. Com as histórias contadas, testemunho da experiência humana, nos referenciamos e nos contextualizamos no tempo e no espaço.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Ao mesmo tempo, este livro será, certamente, de grande utilidade aos estudiosos, assim como aos interessados em conhecer a história de nossa instituição. Trata-se, portanto de um valioso aporte acadêmico e uma contribuição significativa para a formação da cultura tributária.

Aproveitem a leitura!

Carlos Roberto Occaso
Subsecretário de Arrecadação e Atendimento

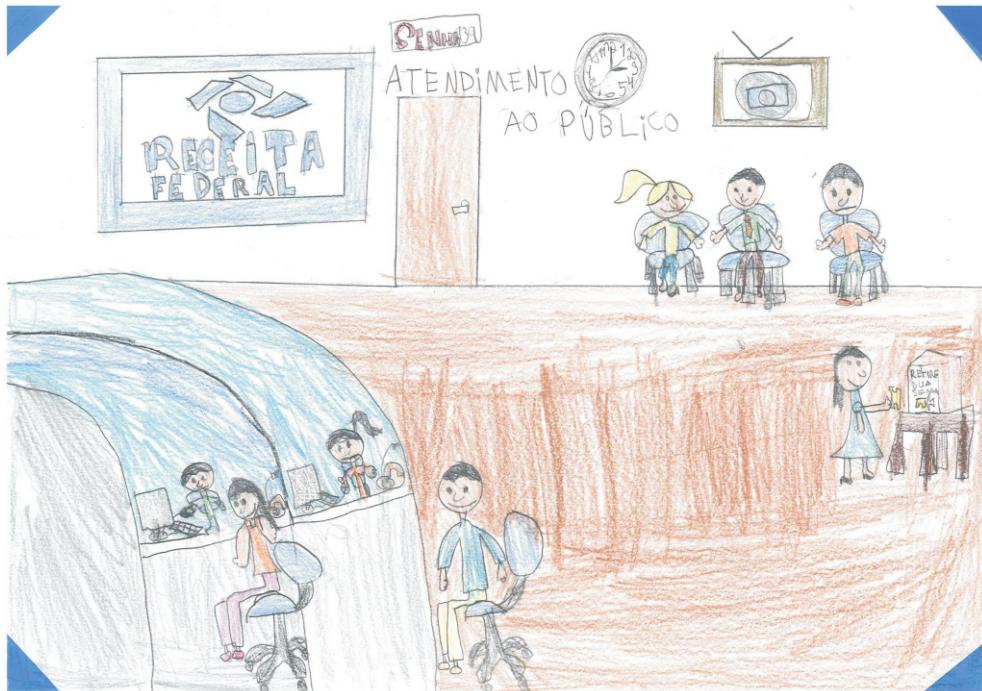


Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Prosas Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil



Filipe Eduardo Andrade Costa- 1º lugar
do 1º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB
filho do servidor Eduardo Antônio Costa - AFRFB/DRF-Varginha

Prosas Premiadas

Primeiro Lugar

O Processamento que quase virou processo

Telmo Ribeiro de Figueiredo

DRF-Rio Branco - AC

Ingressou na RFB em 1995, concurso TTN/94. Trabalhou inicialmente na 5ª Região Fiscal, de 95 a 2006, no cargo de TTN, depois TRF, atual Analista Tributário. Chefe da SAPOL/DRF/VCA, de 97 a 00. Chefe da SAPOL/DRF Itabuna, de 99 a 2000. Presidente de Comissões de Licitação e Pregoeiro, de 97 a 2005, nas DRFs Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus, todas na Bahia, 5ª RF. Atualmente no cargo de Auditor Fiscal, concurso de 2005. Desde junho de 2006 na 2ª Região Fiscal. Inspetor Chefe da IRF/Brasiléia, de 2007 a 2009. Hoje no NUANA/DRF/RBO/AC.



*Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil*

O Processamento que quase virou processo

Era meu primeiro ano na Receita Federal. Recém-aprovado no concurso TTN 94, fui alocado na SASAR – Seção de Arrecadação, da IRF Ilhéus e, consequentemente, colocado para trabalhar no salão de atendimento, no térreo do belo prédio que a Receita possui na “*terra de Jorge Amado*”, também terra de meu pai, um “*ex-capitão*”, capitão de areia que foi para o Rio de Janeiro ainda menino, escondido no porão de um navio...

A história de meu saudoso pai, Luiz Figueiredo, o “*picada*”, fica para depois!

Pois bem, recém concursado, estima lá em cima, motivação a todo vapor, eu tinha conseguido, finalmente, participar da quebra de um paradigma e, agora, não apenas uma servidora, mas 3, sim senhor! Três servidores passaram a atender as demandas do ITR.

O efetivo estava aumentando!

Assim, fui habilitado no sistema ITR para consultar as propriedades rurais, suas situações fiscais e cadastrais, participando do importante atendimento aos proprietários rurais, quando do início do Programa Nacional do ITR – 96.

Atendíamos eu e as colegas Fátima e Margarida. Formávamos, somando a colega Jorgina do protocolo, o “*embrião do CAC de Ilhéus, Bahia*”.

Eram dezenas de contribuintes, todos os dias, pela manhã, pela tarde e, às vezes, até mesmo no início das noites.

Eu ficava extasiado em poder participar de um trabalho cujo objetivo maior era social, considerando que estando as propriedades “*em dias*”, de acordo com o dizer popular, era possível para os proprietários, dos grandes fazendeiros aos pequenos donos de “*buraras*”, acessar as disputadas linhas de



crédito do Banco do Nordeste e assim conseguir fôlego financeiro e tocar, levar adiante as suas atividades rurais.

Eram tempos de ataques maléficos da famigerada “*vassoura de bruxa*”! A *Crinipellis Perniciosa* fungava de forma mais que perniciosa nos cangotes dos produtores rurais. Esses, por sua vez, conta e desespero, fungavam nos cangotes dos políticos da região cacaueira da Bahia.

Era uma busca coletiva em torno de auxílio financeiro público, uma vez que alguns políticos também eram produtores rurais em dificuldades.

A *Crinipellis Perniciosa* não perdoava ninguém! Escrevemos com maiúsculas, porque há de se respeitar tão poderosa praga!

Por consequência natural e com a finalidade de manutenção de seus mandatos ou talvez acessar outros ainda melhores, os políticos iam e vinham nas salas das disputadíssimas equipes econômicas (federais e estaduais), a fim de que se abrissem as sonhadas linhas de crédito rural.

Então, em 1996, o Banco do Nordeste liberou novas linhas de crédito para recuperação da lavoura cacaueira e um dos requisitos para aprovação do crédito era a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Federais referente à propriedade rural.

Essa certidão, ainda em formulário, papel, era emitida pela Receita Federal.

A Receita Federal tinha recebido do INCRA as atribuições de arrecadação e administração do Imposto Territorial Rural, por força da Lei nº 8.022, de 12/04/1990.

Falamos assim - *recebeu as atribuições* - em forma menos técnica, mais prosaica, e adiante o leitor há de entender o porquê da nossa oralidade quando tratamos do ITR.

Para obtenção da certidão, os contribuintes tinham que comprovar junto à Receita Federal que haviam entregue as DITR – Declaração do Imposto



Territorial Rural dos exercícios 1992 e 1994, ambos em formulário, por óbvio, até porque a informatização que hoje vemos a todo vapor em nossa instituição começou um pouco depois, salvo engano, em 1996...

Pois bem, retornando ao ITR, linha de crédito rural do Banco do Nordeste, comprovação do cumprimento da obrigação acessória de entrega das DITR 1992 e 1994, salão de atendimento em Ilhéus, esse escriba, Fátima e Margarida, proprietários rurais, dos grandes, dos médios e dos pequenos, dezenas de atendimentos ao dia, todos queriam a certidão negativa do ITR, com muita pressa, afinal de contas a crise econômica era claramente perceptível em Ilhéus.

Meus olhos viam antigas mansões de famílias tradicionais irem se transformando em: hotéis, pousadas, restaurantes; outras - mais sortudas - eram transformadas em Secretarias Municipais ou repartições públicas. Nunca o Inciso X, do artigo 24, da Lei nº 8.666, fora tão utilizado no sul baiano, na minha amada Ilhéus e região cacaueira da Bahia.

Outras propriedades, dos então coronéis e descendentes menos sortudos e competentes politicamente, eram transformadas em ruínas...

A Vassoura de bruxa foi implacável! Some-se a isso as demandas oriundas de nosso Chefe, Fernando Lima Ribeiro, que sempre estava ali, a nos socorrer, orientar e cobrar resultados *“tem que atender rápido, com eficiência, explicar direitinho. Também tem que cobrar os tributos, porque temos metas de arrecadação a cumprir!”*.

Você, colega mais novo da Receita Federal, saiba que naquela época não tínhamos esse grande aparato tecnológico. Nossa economia começava apenas a entrar nos trilhos e a arrecadação era obtida com muito suor, digamos assim, extraída na “lasca da pedra”, com muita insistência e persistência.

Quando negociávamos parcelamentos, usávamos o discurso de *“quanto menos parcelas, melhor para o senhor...”*, que em parte era realidade, mas em outra parte retratava também nossa necessidade em cumprir metas.



Eis que nessa época, um belo dia, um dia como outro qualquer, lá estava eu, motivadíssimo, atendendo proprietários rurais. Alguns tinham uma carência financeira tal que não lhes era possível sequer adquirir e usar um simples sabonete, quanto mais um desodorante... “*perfume, seu moço, isso é coisa de coronel e de filho e filha de coronel*”.

Infelizmente, era assim! Mão calejadas apertavam nossas mãos. As mesmas mãos ora satisfeitas quando do sucesso na obtenção das certidões negativas do ITR, outras vezes denotavam tristeza, desânimo, decepção “... *então, seu moço, só mês que vem, ié, eihm!...*”

Um dia, nessa época de penúria, causada pela Vassoura de Bruxa, uma praga, um fungo, a famigerada *Crinipellis Pernicosa*, que devastou a economia na região cacaueira baiana, na minha amada Ilhéus, na década de 90 do século passado, eu atendi um pequeno proprietário rural, pessoa modesta, de bons modos, como costuma ser a grande maioria dos pequenos agricultores do Brasil e aqui vai a essência da história que levou muitos caracteres apenas para contextualizar nosso paciente leitor e que adiante promete ser mais curta.

O contribuinte, em sua modéstia e carestia, puxou um saco plástico do bolso (assim ainda fazem a maioria dos pequenos agricultores rurais do Brasil) e de lá sacou uma série de “papéis”, passando os mesmos para mim.

Cuidadosamente, examinei os papéis: alguns documentos de grande importância, outros apenas lembretes, anotações e, dentre o grande conjunto de papéis e documentos, encontrei o comprovante de apresentação do ITR 1992, ou como diziam os proprietários rurais, do INCRA.

Acessei o sistema e não existia o lançamento das contribuições, do imposto, do Tributo, chamem como quiser, mas o fato é que não era possível preencher o DARF e entregar ao modesto senhor que estava à minha frente, ansioso, aguardando um atendimento conclusivo, para que ele fizesse o recolhimento do ITR 92.



Então encaminhei, como era a praxe, o modesto agricultor ilheense à Prefeitura Municipal de Ilhéus, para o setor de cadastro, onde eram preenchidas as DITRs dos pequenos proprietários rurais, para que lá fosse preenchida sua DITRF 1994, com as seguintes informações, mais ou menos como descrevo adiante:

- O senhor vai à prefeitura, procura fulano para preencher essa Declaração...
- Esse papel aqui, moço?
- Esse mesmo. E quanto ao ITR 1992, infelizmente, o senhor vai ter que aguardar um pouco mais para poder pagar o imposto da propriedade.
- Mais por que não posso pagar agora? Tão dizendo que é só dez reais? Dez reais eu posso pagar hoje mesmo!
- Infelizmente, o senhor ainda não vai poder pagar porque a sua declaração ainda não foi PROCESSADA!
- (meio sem graça) Ah, tá bom!
- Mês que vem o senhor retorna e vamos verificar de novo se o PROCESSAMENTO de sua declaração já foi concluído (as Declarações, todas, eram digitadas pelo SERPRO)
- (ainda sem graça) Ah, tá bom!

Bem, concluído mais um atendimento, eu apenas dei continuidade chamando o próximo, no gogó mesmo, porque não existia CAC, muito menos os modernos painéis eletrônicos que hoje dispomos. Passadas mais ou menos umas duas horas, eis que o contribuinte retornou, mas eu não percebi de imediato, apenas percebi quando ele estava a “bater boca” com o Vigilante, insistindo que só podia ser atendido por mim e por mais ninguém, ainda que as colegas Fátima e a Margarida também estivessem disponíveis:

- Eu quero ser atendido por aquele moço ali, o grandão mesmo!



- Tá bom, deixa ele vir, é retorno, viu gente! Esse senhor já esteve aqui pela manhã, é retorno, por isso ele não vai entrar na fila (justifiquei, tranquilo, para os demais contribuintes).
- Olha aqui seu moço, o senhor pode apreguntar lá onde eu moro, pra todo mundo, que eu só gente de bem, viu! pode apreguntar intê pro seu juiz de paz, pro delegado, pro juiz, pro prefeito, para todo mundo, que eu pago minhas contas em dia, que eu num devo nada a ningumé e que eu não tô intendendo nada desse negócio aí da receita federá tá me processando!
- Mas meu senhor, quem foi que disse para o senhor que a Receita Federal está lhe processando ?
- O senhor que disse! hoje mesmo, exclusive eu fui lá na delegacia, na prefeitura, no fóru, e exclusive me deram esses papel aqui, provando que eu sou gente de bem e não devo nada a ningumé não.
- (finalmente eu percebi a origem do problema) Mas meu senhor, acho que o senhor não entendeu bem o que eu falei para o senhor. O que eu disse era que a sua declaração não tinha sido PROCESSADA, o que é diferente do senhor estar sendo processado, o senhor não está sendo processado pela Receita Federal não, o que eu quis dizer foi que apesar do senhor ter entregue “*em dia*” a declaração do ITR, do INCRA, de 92, a Receita Federal ainda não fez a sua parte e assim ainda não tem como o senhor pagar o ITR 92, ou seja, ainda não está pronto o ITR, o INCRA 92, entendeu? (Finalmente eu havia percebido que era apenas uma questão de adaptação de linguagem.)
- Ah, entendi!
- (recebi a DITR 94) Então, o senhor volta aqui semana que vem para saber se a sua Certidão Negativa está pronta e poder ir lá no Banco do Nordeste, dar entrada nos papéis (linguagem adaptada) e depois receber o empréstimo do governo, viu? E me desculpe, eu usei a palavra errada, o senhor me desculpa?



- Mas é claro seu moço, tá desculpado? (esperanças renovadas) Então, o senhor acha que semana que vem eu já posso dar entrada lá no banco?
- O senhor vem aqui e aí vamos ter uma resposta para o senhor em relação ao documento que a Receita Federal vai entregar para o senhor poder dar entrada lá no Banco do Nordeste, tá bom?
- Ah, tá bom!

Nossa, foi um tremendo susto, um verdadeiro baque em meu estado emocional, mas valeu pelo aprendizado.

Precisamos adaptar nossa linguagem em relação às pessoas e ao contexto em que a usamos!



Segundo Lugar

O Expressinho do Rio Grande

Eduardo Antônio Costa

DRF - Varginha/MG

Tomou posse em 13/01/2003 na Fiscalização do INSS, transformada em Receita Previdenciária e em 02/05/2007 unificada com a SRF em Receita Federal do Brasil – RFB. Iniciou suas atividades na fiscalização externa em 2003 na Regional de Ijuí/RS (atualmente DRF/Santo Ângelo). No final de 2004 ocupou a chefia da fiscalização na DRF/Poços de Caldas e desde 2005 ocupa a chefia de equipe fiscal na DRF/Varginha/MG. Hoje no NUANA/DRF/RBO/AC.



*Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil*

O Expressinho do Rio Grande

Em janeiro de 2003, doze colegas e eu tomamos posse na Gerência Regional do INSS em Ijuí (atualmente DRF/Santo Ângelo), noroeste do RS. De nós treze, cinco eram de Minas Gerais. Nós, os cinco mineiros, um gaúcho, um paulista e um potiguar fomos trabalhar na fiscalização externa, popularmente denominada de “pasta”. Quatro outros foram para o serviço interno e um foi cedido para a Superintendência.

Naquela unidade já havia quatro fiscais gaúchos na “pasta”. Com a nossa chegada este número mais que dobrou, chegando a doze fiscais. Houve também o acréscimo de mais um fiscal no planejamento. Com isso, surgiu a necessidade de desenvolver ações de impacto na região, pois todos, inclusive os fiscais e os contribuintes, sabiam que aquele número elevado de fiscais era passageiro. A Regional precisava tirar o máximo de proveito daquela situação. Surgiu então a ideia de operações em cidade pólo, onde havia Agência, e em limítrofes. As operações, batizadas de “Expressinho” por nós mesmos, funcionavam da seguinte maneira: duas semanas de viagem em empresas da mesma cidade ou limítrofes daquela Agência e mais uma semana na sede da Gerência para fechamento dos trabalhos. Usávamos a estrutura das Agências para serviços de apoio.

Mesmo sem nenhuma experiência, fomos imediatamente direcionados para estas operações locais juntamente com os quatro fiscais antigos. Nós, os novatos, fomos treinados pelos fiscais antigos durante a execução dos trabalhos. Dentre os oito novatos da “pasta”, quatro foram lotados em Ijuí (sede da Regional) e os demais em Cruz Alta, Frederico Westphalen, Panambi e Santa Rosa. Independentemente de suas lotações, os respectivos fiscais pertenciam normalmente ao mesmo “Expressinho”, apesar de alguns sentirem mais dificuldade no início, pois ficaram sozinhos nessas cidades.



Nesse ritmo os “Expressinhos” partiam para lugares diferentes a cada três semanas, ininterruptamente. Não havia carro oficial e a instituição também não fornecia notebook. Usávamos carros particulares, sozinho ou em dupla, e notebook particular adquirido mediante financiamento da Associação. Grande parte das cidades tinha baixa qualidade de vida, com estrada de terra, com um ou nenhum hotel e com no máximo um restaurante com funcionamento em alguns horários. Quando eu dizia que iria sair para fazer um lanche era motivo de risada. Diziam: — Lanche? Onde, onde você pensa que está? Quando tomei posse pesava 78 kg e quando fui removido estava pesando 92 kg. Tudo isso porque estava levando uma vida de urso, almoçava com bastante sustância, como dizem os mineiros, pois a próxima refeição, no caso o jantar, seria somente após as 19 horas, horário em que o restaurante reabria. Éramos os primeiros a chegar no restaurante. Pedíamos a tradicional “la minuta” dos gaúchos, PF (prato-feito) para os demais cantos do Brasil. Com aquela fome ainda ouvia a pergunta do garçom: — Você vai querer bife com cebola ou sem cebola? Respondia com muita rapidez: — O que for mais rápido. Depois, com mais calma e com barriga cheia e também após vários expressinhos, percebi que a pergunta do garçom não tinha a intenção de saber o gosto do freguês, e sim porque sem cebola era mais barato. Nunca tinha visto cobrar por cebola avulsa no bife. Nem no feijão tropeiro se pergunta se quer com ovo ou sem ovo.

Depois de três meses de trabalho, foi convocada a primeira reunião trimestral. Logo no início, os gaúchos passaram a cuia de chimarrão e os mineiros se recusavam com um ar de espanto, vendo todos beberem na mesma cuia de chimarrão. Uns ficavam com nojo e outros queriam era um belo café com pão de queijo. Com o tempo percebi que o que fizemos era considerado falta de educação e de respeito à tradição gaúcha e aos mandamentos do chimarrão. Não se deve recusar uma cuia de chimarrão.

Iniciando a reunião, fui questionado: — Veio para ficar? Respondi firme e decidido: — Sim, ficar pouco tempo. Todos acharam graça e diziam: — É melhor ir se acostumando, pois vocês só vão embora quando surgir outro



concurso e o governo não sinaliza para isso. O chefe disse que estávamos em estágio probatório e que nossa produção era controlada por um tal de CNAF. Como não conhecíamos os sistemas internos, ficamos sem saber se era um servidor ou um sistema, mas isso pouco importava. Disseram, também, que ao final de todo trimestre seria afixado o resultado trimestral de cada fiscal, no mural da Gerência. Essa foi a última vez que vimos este relatório afixado, pois depois de nossos resultados, nunca mais se fixou nada no mural.

Em relação ao lazer, fomos convidados para os típicos churrascos gaúchos. Algumas das coisas que aprendi na região noroeste do RS foi a pontualidade, a organização e nada de desperdício em relação à alimentação em geral (almoço, jantar, churrasco, etc). Se o gaúcho marcou o churrasco para começar às 11 horas, não faça igual ao mineiro que chega lá pelas 13 horas e acha que chegou cedo. Para nos recepcionar foi preparado um churrasco, às 11 horas, em um clube de Ijuí, cidade pólo. Eu, como tinha criança pequena, aproveitei e fui mais cedo para desfrutar do clube. Essa foi a grande sorte, pois às 11 horas já estava sendo servida a primeira rodada de churrasco. Uma parte da mineirada (como diziam os gaúchos) chegou lá pelo meio-dia e percebeu que o churrasco já tinha começado há algum tempo, e outra turma da mineirada chegou mais tarde ainda, quando alguns gaúchos já estavam se preparando ou querendo ir embora. Os churrascos duravam em média umas duas horas, sempre com muita pontualidade, organização e segregação de função.

Voltando ao trabalho, fomos conduzidos pelo “Expressinho” por um ano e cinco meses, quando finalmente conseguimos nossa remoção.

Dentre as diversas histórias ocorridas neste período, vou relatar uma que considero das mais inusitadas e embaraçosas para mim.

Havia voltado uma semana antes, tendo em vista ter agilizado os trabalhos em uma semana, trabalhando inclusive à noite para não voltar naquela cidade e vizinhas na semana seguinte. Até fiquei sem assistir à final da Copa do Brasil, entre Cruzeiro e Flamengo, para não ter que voltar na semana seguinte.



Por falar em futebol, tem um acontecimento interessante quando chegamos em um restaurante à noite e tinha uma gauchada sentada pronta para ver o jogo do Grêmio. Nós mineiros queríamos ver a semifinal da Copa do Brasil no mesmo restaurante e o jogo era na mesma hora. Tive uma ideia. Como era tudo pela TV a cabo, iria tentar mudar de canal antes do jogo começar sem eles perceberem. Na TV a cabo os programas anteriores aos jogos são meio parecidos. Meus colegas disseram: — Não vai adiantar, pois assim que o jogo começar vão perceber que não é o do Grêmio. Sem nenhuma maldade, disse a eles: — Vou mudar de canal e esconder temporariamente o controle remoto. Como a TV fica no alto e muito alto, não vão conseguir mudar de canal manualmente e até conseguirem uma escada, já acabou, no mínimo, o primeiro tempo. Temos que arriscar, senão não veremos nada, pois na TV aberta vai passar o jogo do Grêmio (nada de Cruzeiro!). A estratégia, embora arriscada, pois não sabíamos a reação dos gaúchos, caso descobrissem o autor. Deu certo e a gauchada tentou encontrar o controle remoto e nada. O dono do bar falou que deixava o controle remoto sempre em cima das mesas e que não tinha escada daquela altura, pois o pessoal da TV a cabo havia fixado lá no alto para ele. Saíram todos os gremistas do bar e pudemos assistir tranquilamente a semifinal do jogo do Cruzeiro enquanto jantávamos. Foi um momento de tensão, mas compensou. Afinal de contas, tinha jogo do Grêmio em qualquer canto da cidade e do Cruzeiro não tinha. Foi por uma causa justa.

Voltando ao assunto em questão, cheguei na sexta-feira na Gerência pronto para pedir uma Guia de Recolhimento da União - GRU para devolver o valor das diárias da semana seguinte. O chefe, muito surpreso. Disse: — Não precisa devolver, pois temos um trabalho extra para você! Pensei: — Só falta ser voltar naquele fim de mundo novamente. Disse-me que era um posto de gasolina e um supermercado em uma cidade perto da Gerência. Quando li a motivação no Dossiê, vi que teria que fazer contagem física de empregados nos dois Mandados de Procedimento Fiscal – MPF. Pensei comigo que fazer este trabalho sem um ajudante iria ser bem complicado para mim e fácil para o contribuinte ludibriar. Qual seria a melhor estratégia? Como iria fazer essa



contagem física de empregados da melhor maneira? Várias perguntas me ocorreram, mas o certo é que seria eu e eu nestas duas fiscalizações.

Na segunda-feira me direcionei à cidade das duas empresas. Optei em ir primeiro ao posto de gasolina, pois o supermercado abria somente às 9 horas. Chegando no posto de gasolina, percebi que no meu mini-dossiê tinha a informação de que somente existia um empregado registrado. Eu imaginava que havia mais empregados, uma vez que o posto era muito grande e vi, inicialmente, pelo menos uns 15 empregados. Vi que iria ter trabalho sozinho. Como evitar a fuga deles? Fui em direção ao Gerente do posto e me apresentei. Ele, muito esperto, disse que estava pronto para me atender no que fosse possível. Peguei a assinatura dele no MPF e no Termo de Início de Procedimento Fiscal - TIPF. Em seguida disse que queria que ele me acompanhasse para coletar o nome dos empregados do posto. Ele se prontificou e quando saímos da sala só tinha seis empregados atendendo no posto. Todos os demais tinham evaporado. Eu disse ao Gerente que precisava coletar o nome de todos os empregados e que a sumida repentina dos demais empregados não iria resolver, pois poderia voltar posteriormente com uma equipe maior e se necessário fosse, com ajuda policial. Ele se passando por inocente, disse que não sabia destes empregados que eu estava mencionando. Saí do posto e pensei rápido. Vou ao supermercado e depois volto aqui, pois o posto, mesmo sendo um dia tranquilo, não vai funcionar com apenas seis empregados.

Segui em frente no meu trabalho, em direção ao supermercado. Logo que cheguei, assustei com o tamanho do supermercado. Resolvi consultar meu Dossiê e constavam mais de 20 empregados. Pensei comigo: se no Dossiê já tem bastante, para encontrar algum funcionário sem registro vai ser complicado, pois fica fácil para o empregador esconder ou retirar do estabelecimento os empregados sem registro, afinal de contas estou sozinho.

Entrei no supermercado, identifiquei-me e logo fui recebido pela proprietária. Ela, em tom um pouco áspero, me questionou se eu estava ali por denúncia de algum empregado. Eu disse que não, mas a pergunta dela me fez



desconfiar que havia algo estranho. Enquanto ela lia com toda atenção o texto do MPF e do TIPF, eu observava a movimentação dos empregados no estabelecimento. Terminada a leitura, quando eu já imaginava que ela iria assinar normalmente, ela se levanta e diz: — Não vou assinar estes documentos. Tenho que consultar meu advogado. Eu disse a ela: — Fique à vontade, ligue para ele. Vou esperar. Ela, em tom mais áspero, perguntou se eu não poderia voltar em outra hora, pois iria no advogado na parte da tarde. Eu disse que não, já que a intimação era naquela hora e eu aguardaria ela ligar para ele. Depois de muito tempo ali esperando, uma vez que havia chegado pouco após as 9 horas, e já deveriam ser quase 11 horas, a proprietária resolveu assinar o MPF e o TIPF. Feito isso, eu disse a ela que precisava coletar o nome de seus empregados e para isso iria percorrer as dependências do supermercado. Ela me questionou se eu estava desconfiando dela. Eu disse que era apenas um procedimento de rotina e ela poderia me acompanhar neste trabalho. Quando ela disse que iria me acompanhar, já imaginava que teria problemas imediatos. Fui ao pessoal do caixa, anotei quantas caixas registradoras possuía, questionei o horário de trabalho, se havia troca de turno, pagamento de horas-extras, etc. Fui ao açougue questionei sobre as condições de trabalho, ajudantes, etc. Fui até as gôndolas e indaguei sobre a existência de estagiários. Em todo trajeto a proprietária sempre impedia os empregados de falar, sempre respondendo por eles. Mas o pior estava por acontecer, chegando em uma das gôndolas, encontrei um repositor e ao seu lado outro repositor (ambos com o boné do supermercado). Neste momento toca o telefone do supermercado e uma caixa chama a proprietária, quando então fiquei sozinho. Parecia bom, mais foi terrível. Após coletar o nome do primeiro, perguntei ao segundo repositor qual o seu nome. Ele, muito nervoso, perguntou-me para que eu queria saber seu nome. Eu, agindo com naturalidade, disse a ele que estava coletando o nome de todos os empregados do supermercado. Ele ficou furioso comigo. Disse que não era empregado do supermercado e que estava ali somente fazendo compras. Eu não acreditei e questionei: — Como pode não ser empregado se está uniformizado com o boné igual ao seu colega? A proprietária retorna no



exato momento em que o suposto empregado joga o boné no lixo e vai embora do supermercado. Confesso que naquele momento não entendi nada do acontecido. A proprietária, ainda mais irritada, disse: — Vou lhe processar, pois você está constrangendo meus fregueses. Naquele momento, achei que ela estava armando aquele teatro para que eu não enquadrasse o suposto freguês como empregado, mas tinha que agir com cautela, pois o dia já estava muito conturbado. Ela pegou o celular e disse que estava ligando para seu advogado comparecer, imediatamente, no supermercado para impedir que eu constrangesse mais algum freguês e, também, para que ele solicitasse à Polícia que fizesse um Boletim de Ocorrência – BO, com o objetivo de entrar com uma ação judicial contra minha pessoa. Realmente, o dia estava bem atribulado. Pelo telefone, o advogado disse-lhe que estaria ali em 30 minutos, pois estava retornando de uma cidade vizinha. O relógio já marcava mais de meio dia e eis que chegou o advogado. Para minha surpresa, o advogado era também contador de algumas empresas que eu já havia fiscalizado na região. Ele como já conhecia meu trabalho e sabia que a fiscalização seria no “pente-fino”, tratou logo de acalmar a proprietária. Ele disse a ela que ele mesmo me acompanharia nos trabalhos no supermercado e no escritório. Disse a ela que eu era um dos melhores fiscais da Regional e que tudo que eu estava fazendo era cumprir meu dever legal de fiscalização. Ela insistiu no BO e ele disse que não era caso para isso. Finalmente pude terminar meu trabalho no supermercado, como os empregados almoçavam cedo e já eram mais de 13 horas, todos já estavam de volta. Terminei a contagem física, despedi-me da proprietária e do advogado/contador.

Saindo do supermercado, resolvi almoçar na cidade. O restaurante já estava vazio e com poucas opções de comida, mas era o que tinha. Enquanto almoçava ainda carregava algumas dúvidas: — Quem era aquele suposto freguês? — Estava a proprietária fazendo teatro para esconder aquele suposto empregado? — Por que o medo de denúncia de empregado?

Quando fui pagar o almoço, o rapaz do caixa do restaurante estava com um boné igual ao dos funcionários do supermercado. Naquele momento



estranhei e resolvi perguntar: — Você já trabalhou ou trabalha no supermercado também? Ele disse que já tinha trabalhado um tempo, mas que no momento trabalhava no restaurante. Disse-me que havia feito algumas denúncias do supermercado no Ministério do Trabalho e no INSS. Naquele momento tinha eu descoberto a resposta de uma das perguntas, mas ainda faltava uma parte. Perguntei a ele se o boné era da época em que ele trabalhava lá. Naquele momento, ele começou a desconfiar de mim, achando que eu estava ali a mando da tal proprietária. Pensei comigo: o dia não pode ficar ainda mais conturbado. Disse-lhe logo que era do INSS, antes que surgissem mais problemas. Ele tranquilizou e disse-me que a proprietária tinha distribuído bonés no Natal para os fregueses do supermercado. Ouvi e saí do restaurante. Resolvi dar uma volta de carro na cidade e percebi outros bonés com os moradores. Naquele momento me convenci de que aquele suposto empregado era, na realidade, um freguês, e que o nervosismo da proprietária era em função da suposta denúncia do ex-empregado. Depois, no escritório, o contador me disse que recentemente (alguns meses atrás) a proprietária havia regularizado todos os empregados, após as denúncias do ex-empregado no Ministério do Trabalho, sendo este o real motivo de seu nervosismo.

Mas, voltando àquele dia, ainda não terminado, pensei comigo: — E o posto de gasolina? Já são 14 horas e eu aqui nesta cidade. Seria interessante voltar novamente ao posto naquele mesmo dia? Com certeza os empregados já estariam lá. Resolvi voltar ao posto.

Quando cheguei novamente ao posto, ainda no carro, percebi que todos me olhavam com uma cara um pouco mais séria. Seria isso bom ou ruim? O gerente veio prontamente me atender e disse: — Aqui você será atendido com toda educação necessária. Percebi que ele e os demais empregados já sabiam do ocorrido no supermercado, afinal de contas era uma cidade pequena demais para a população guardar segredo e todos sabiam tudo de todos.

Pude anotar o nome de todos os empregados e suas respectivas datas de admissão. Um fato curioso me chamou atenção, o de que todos os empregados



informaram a data de admissão como dia 1º do mês anterior. Resolvi, então, pedir o bloco de Nota Fiscal do Posto (na época não era nem Cupom Fiscal). Todas as NF emitidas no bloco atual eram preenchidas pelo Gerente e a numeração era baixa. No meu Dossiê constava que o Posto já existia há muitos anos. Por mais que ele sonegasse, não tinha como possuir NF com numeração tão baixa. Abri meu envelope para conferir os dados mais detalhados do Posto. Verifiquei que tudo se confirmava, menos o principal, o CNPJ que era outro. Chamei o Gerente e ele imediatamente me esclareceu: — O posto foi vendido, mas conservou o nome fantasia. Liguei para a Regional e solicitei a emissão imediata de um MPF naquela data para o novo CNPJ do Posto. Dei novo TIPF ao Gerente naquele dia mesmo.

Percebi que o Gerente deu muita ênfase na hora da assinatura e antes de assinar ligou para o contador. Tinha algo no ar. Mas naquele momento não tinha como adivinhar. Afinal de contas, já tinha a ciência dele em dois TIPF (um pela manhã no CNPJ antigo e outro no final do dia no CNPJ atual) e, também, a relação de todos os empregados e suas admissões (aparentemente explicadas pelo novo CNPJ). Retornei naquele mesmo dia à Regional, exausto por aquele agitadíssimo dia.

Em relação ao Supermercado, foram emitidos Autos de Infração rotineiros e o desgaste sofrido ficou restrito somente àquele dia, mas em relação ao Posto, todo trabalho meu foi perdido, pois enquanto eu estava no Supermercado, o Gerente havia percebido a divergência de CNPJ, ligado para o contador que providenciou a entrega das declarações (GFIP) antes do início do Procedimento Fiscal no novo CNPJ. Este era o motivo da preocupação e do preciosismo do Gerente em preencher corretamente a hora no TIPF.

Essa foi uma das boas histórias do “Expressinho do Rio Grande”. Em outra oportunidade contarei outras.

Apesar de alguns momentos atribulados, foi divertido e aprendi muito, tanto profissional quanto pessoal, com a minha estada no Rio Grande do Sul. Conheci pessoas, costumes, palavras, tradições Valeu à pena!



Terceiro Lugar

Aguardando Processamento

Hermano Lemos de Avellar Machado

SRRF/06RF

Iniciou em agosto de 1982 na DRF/Varginha/MG, onde trabalhou na arrecadação, fiscalização externa, foi chefe de divisão e delegado.

Em 2000 foi nomeado delegado de Belo Horizonte e atualmente é Superintendente da 6^aRF.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Aguardando Processamento

Estávamos no começo da década de 80. Nossas declarações eram cem por cento em papel e nossas unidades não dispunham de nenhum computador.

A maravilha tecnológica da época chamava-se telex. Para os mais jovens, recorrendo à Wikipédia, explico o que era:

... “ um sistema internacional de comunicações escritas que prevaleceu até ao final do século XX. Consistia numa rede mundial com um plano de endereçamento numérico, com terminais únicos que poderia enviar uma mensagem escrita para qualquer outro terminal.”

Para nós que trabalhávamos na Receita Federal, na DRF Varginha, era por meio dele que chegavam as notícias dos órgãos central e regional - pelos chamados Boletim Central e Boletim Regional - bem como todas as comunicações consideradas urgentes e importantes.

Mas já naquela época, nossa CIEF, a COTEC de então, primava por apresentar novidades tecnológicas que facilitassem o cumprimento da obrigação tributária mais famosa no País até os dias de hoje: a entrega da Declaração de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

A grande novidade naquele ano era a implantação do sistema de consulta via telex. Bastava enviar uma mensagem a um endereço específico do CIEF com o número do CPF, que era emitida uma resposta automática, informando que a Declaração havia sido processada e que a ordem bancária com a restituição estaria no banco tal, no dia tal.

Essa simples informação, relevante para os contribuintes até os dias de hoje, sobrecarregou nossa secretaria do gabinete e operadora do telex, a simpática Adélia. Eram diversos contribuintes e servidores a procurá-la com seus CPF, ávidos por terem a almejada informação, sem ter de esperar a antiquada correspondência que a Receita Federal encaminhava aos premiados.



Bastava a grande imprensa informar a liberação de um lote para aparecerem a buscar informações em nosso moderno telex.

Por aqueles dias, deparo-me com uma senhora idosa na antessala do gabinete. Vou chamá-la de Dona Maria, assim preservando seu sigilo fiscal e a minha memória fraca para nomes.

Ela me interpela:

- Menino! Você é filho do delegado? Chame seu pai que eu estou com pressa.

Aborrecido, respondo que trabalho ali e pergunto o que ela deseja com nossa autoridade máxima.

Ela, sem perder a graça, se desculpa dizendo:

- Tão jovem e já Fiscal de Rendas! Você vai longe, quem sabe até ministro... Eu só quero saber da minha restituição.

Imediatamente, encaminhei aquela senhora à nossa Adélia, que solicitou seu CIC - o cartãozinho de papelão com o número do CPF.

Feita a consulta, vem a pronta resposta da poderosa máquina: “Aguardando Processamento”.

A velhinha agradeceu, prometendo voltar quando saísse o próximo lote, já que precisava muito daquele dinheiro. Antes, porém, esticou um pouco a prosa com as meninas do gabinete. Vangloriando-se de seus dotes culinários, prometeu, da próxima vez, trazer uns bolinhos de chuva para nosso lanche, pois bolinho de chuva igual ao dela em Varginha não existia.

Passado algum tempo, volta nossa contribuinte à Delegacia. Nas mãos, um prato embrulhado com pano. Lá dentro, os famosos bolinhos, que degustamos comprovando a qualidade.



Estando atarefada a Adélia, chamamos a Assumpção, servidora experiente, que ocupava a função de chefe do Serviço de Atividades Especiais. Essas atividades especiais consistiam em administrar autorizações para sorteios e consórcios e gerir mercadorias apreendidas. Mas a Assumpção gostava mesmo era de operar o moderno telex, seja pelo fascínio que as pessoas têm pelo moderno, seja para conhecer as novidades que pululavam constantemente daquela máquina.

Antes de atender Dona Maria, Assumpção troçava com o Anésio, assistente do delegado.

- Acabo de atender um empresário da sua terra que quer montar o primeiro consórcio na cidade. Ele é proprietário de uma funerária e quer criar um consórcio de caixão.

- Deixe de conversa e atenda esta senhora, replicou o sisudo Anésio.

Ela ligou a máquina e, saboreando aquele momento em que todos, inertes, a observavam operar o moderno equipamento, digitou os números do CPF da nossa simpática velhinha.

Para decepção geral, veio a resposta lacônica: “Aguardando Processamento”.

Dona Maria não se abalou:

- A velhice nos ensina a ter paciência, eu volto mais pra frente.

No mês seguinte, estava ela de volta, com uma grande bandeja carregada de pães de queijo quentinhos, que saboreamos enquanto o insensível telex informava novamente: “Aguardando Processamento”.



Daí em diante, Dona Maria aumentou a intensidade de suas visitas. Vinha mesmo quando não havia novos lotes de restituição. Passava para um dedinho de prosa. Falava do reumatismo que atormentava seu velho, do sucesso da filha no novo emprego em São Paulo, da esperada visita que receberia dos netos...

Já subia para o gabinete, sem ser interpelada pelo porteiro e cumprimentava a todos pelo nome.

Os meses se passavam e as visitas, cada vez mais frequentes, eram acompanhadas de doces de leite e de figo, goiabadas caseiras, broas de milho e quitandas diversas.

O fim do ano se aproximava e, ao ver nossa Adélia mais uma vez informar à Dona Maria que não teria sido ainda daquela vez, resolvi ajudar nossa simpática contribuinte. Preocupava-me que ela passasse o Natal sem a almejada restituição.

Chamei o Renato Venga, chefe da DIEF e, juntos, perguntamos:

- Dona Maria, em que banco a senhora entregou a sua declaração? Nós vamos fazer um rastreamento. Há uma possibilidade, ainda que remota, dela ter se extraviado.

Nossa amiga, assustada, perguntou:

- Declaração! Que declaração?

- Sua Declaração de Imposto de Renda!

- Ora, meu filho, eu lá tenho renda para fazer Declaração! Eu e o meu velho mal sobrevivemos com a aposentadoria da Rede Mineira de Viação. O que nos salva é o ajutório da minha filha, que trabalha em São Paulo.



- Mas Dona Maria, a senhora vem há meses atrás da restituição!

- Meu filho, eu vi e revi na TV Globo. O Cid Moreira falou no Jornal Nacional que o governo estava devolvendo dinheiro para os contribuintes. Eu vim ver se tinha algum pra mim, não sei nada dessa tal Declaração.

Naquele momento, percebi que a mensagem “Aguardando Processamento” era emitida para todo CPF que não estava em algum lote processado, pois o sistema ainda era bastante rudimentar.

Eu, que me admirei da ingenuidade daquela senhora, hoje passados quase trinta anos e lembrando daqueles tempos, fico orgulhoso da evolução dos nossos sistemas, da transparência e precisão alcançadas no atendimento ao contribuinte, em especial, os com restituição a receber.



*Menção
Honrosa*



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil



Larissa Amaral Duarte Aranha - 2º lugar
do 1º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB
filha do servidor Leonel Duarte Aranha - ATRFB/DRF-Piracicaba

Menção Honrosa

1994

Cléber Marcelo Fernandes Caetano
Alfândega do Porto de Santos

Ingressou em janeiro de 1993, como técnico do tesouro nacional, e, até dezembro de 1997, trabalhou na agência de Adamantina/SP, como chefe substituto. Em dezembro de 1997, tomou posse como Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional na Alfândega do Porto de Santos onde permanece, tendo já trabalhado com despacho de importação, exportação e trânsito aduaneiro. De 2006 a 2011 integrou o Núcleo de Repressão (Nurep) Atlântico.

A Receita Federal era o seu segundo lar há muitos anos.

Ao longo de sua vida, durante tantos dias, repetiu aquele mesmo e prazeroso roteiro.

Mudar de emprego? Nem pensar!

Sua história se confundia com a da própria Agência em que trabalhava.

Mas, passados tantos anos, o tempo de serviço para aposentadoria apresentou-se.

Da sua cabeça, não paravam de brotar dúvidas:

Deveria aposentar-se imediatamente e retirar-se do serviço público?

Continuaria trabalhando até se convencer completamente da ideia?



O toque estridente da campainha do telefone interrompeu, momentaneamente, seus pensamentos.

Ainda levaria algum tempo para decidir seu futuro.

Mas uma certeza ela teve, naquele exato instante:

Aquela ligação foi, disparada, a mais estranha que já havia recebido em toda sua vida!

...

As Agências são as menores unidades na estrutura da Receita Federal do Brasil.

Estão localizadas paíis afora, geralmente, em pequenas cidades.

Todas têm importância capital, a despeito de sua estatura.

...

No extremo oeste paulista, bem pertinho do leste do Mato Grosso do Sul e do norte do Paraná, existe uma belíssima cidade chamada Adamantina.

Ali nasci e ali fui criado. Com muito orgulho!

Com pouco mais de trinta mil habitantes, Adamantina é uma cidade charmosa, tranquila e acolhedora.

A cidade está para os grandes centros assim como a Terra está para Júpiter.

Distante da capital, sua longitude só não é maior que sua temperatura.

Por tudo isso, Adamantina ostenta o título de ser a primeiríssima cidade do Estado de São Paulo...

Em ordem alfabética. (Quem quiser, pode conferir...)

Ali, também, a Receita Federal do Brasil está presente.



Em 1994, éramos quatro servidores na Agência da Receita Federal em Adamantina: Neusa (chefe), Cecília, Walmir e eu (Cléber).

...

Mas, no início dos anos 90 muita coisa no Brasil era diferente:

No país do futebol, nossa seleção, outrora orgulho nacional, definhava nos estádios.

Na última copa do mundo tínhamos sido eliminados pela arquirrival Argentina e nossa performance fora superada até mesmo pela desconhecida seleção da República dos Camarões.

Na política, o primeiro presidente eleito pelo voto direto depois de vinte anos de regime militar havia renunciado ao mandato e teve seus direitos políticos suspensos.

Na economia, a hiperinflação assombrava e devastava a maioria dos lares brasileiros e, por fim, o nosso PIB rivalizava com o de países do terceiro escalão global.

Vinte anos mais cedo, no auge do regime militar, o então presidente da República, general Ernesto Geisel, havia proposto uma abertura lenta, gradual e segura rumo à democracia.

Vinte anos mais tarde, o Brasil já democrático ainda precisava avançar de forma gradual e segura.

Porém, àquela altura, o adjetivo lento já não cabia mais.

Tínhamos que ser velozes.

Como um certo brasileiro...

...

Foi nesse contexto que Neusa atendeu o telefone na manhã do dia 04 de maio de 1994.



Mesmo sem crer na notícia que acabara de receber, comprimindo os olhos e segurando o telefone, disparou a ordem:

- Não abram as portas ainda! Aconteceu algo inesperado.

Só depois disso repousou o telefone no gancho, não sem antes acionar o sinal de fax.

Ninguém entendia nada!

Segundos após, de ponta-cabeça, o papel começou a sair do aparelho.

Na parte superior da folha que ia sendo impressa dava para notar o símbolo das Armas Nacionais.

Em seguida, vinha o breve texto.

Meu Deus!

Aquilo era mesmo oficial...

...

Em 1994 ainda não havia internet no Brasil.

(Ou, pelo menos, em Adamantina...)

Nossa economia era indexada e a legislação tributária um tanto quanto complexa.

Por essas e outras razões, declarar o imposto de renda não era tarefa das mais fáceis.

A Receita Federal bem que tentava facilitar ao máximo: confeccionava e distribuía manuais de preenchimento, de perguntas e respostas, estimulava a entrega em disquete – supremo avanço tecnológico àquela época – e disponibilizava plantões fiscais nas suas unidades.



Mesmo assim não tinha jeito.

Fosse por insegurança dos declarantes ou, meramente cultural, muita gente ainda deixava o acerto de contas com o leão para a última hora.

Aí não tinha jeito, mesmo!

A Receita Federal se via obrigada a prorrogar o prazo de entrega, o que, para muitos, já era quase que uma certeza.

Por sorte, no futuro, muita coisa mudaria para melhor.

Mas voltemos, antes, ao ano da nossa história.

...

Sabe aquelas plaquinhas de tom jocoso, geralmente afixadas em pequenos estabelecimentos comerciais, onde se lê: “fiado só amanhã”?

Pois é! Obviamente, a frase se renova a cada dia, de forma que o amanhã nunca chega, não é mesmo?

A mesma categoria parecia pertencer a não menos famosa frase:

“O Brasil é o país do futuro!”

Filha legítima do desejo e da esperança, com o passar do tempo, tornara-se uma bela dúvida e já flirtava com o deboche (dos mais céticos, evidentemente).

O Brasil, por seu povo, suas dimensões, sua pacifidade, não merecia o papel de coadjuvante no cenário internacional.

A semana inteira o povo dava um duro danado e não conseguia entender porque o universo parecia conspirar contra nosso país.

Mas, nas manhãs de domingo, tudo mudava!

Éramos todos vingados.



O Brasil tinha um herói mundial:

Ayrton Senna da Silva era o seu nome.

“Senna do Brasil”, para nós brasileiros.

Nosso “vingador” guiava, como nenhum outro, um carro de fórmula 1.

Com ele não tinha pra ninguém, fossem os outros pilotos do primeiro mundo, do segundo, ou até mesmo de Saturno.

No “cockpit” do seu carro, só havia um assento.

Mas ali viajavam milhões de brasileiros...

Vitorioso graúdo, fazia com que o mundo inteiro ouvisse o nosso hino e admirasse a nossa bandeira.

Nessa hora, dava um orgulho danado de ser brasileiro.

O Brasil, em 1994, era mais ou menos como um potente carro de fórmula 1, com o tanque cheio e a chave na ignição, à espera de um piloto arrojado e de uma equipe bem treinada.

O motor começaria a roncar naquele mesmo ano.

...

O plantão fiscal era um evento.

Sem tirar nem pôr!

Marcado com boa antecedência, durante todo o período da entrega da declaração do imposto de renda, só se realizava uma única vez na agência de Adamantina, que estava subordinada à Delegacia da Receita Federal em Presidente Prudente.

Azar de quem perdesse...

Como não havia nenhum auditor-fiscal lotado na agência, a presença de



um, ainda que esporadicamente e com um fim específico, “movimentava” a cidade.

Àquela época, parecia-me algo bastante desproporcional; era como se um general viesse comandar uma instrução de ordem unida num prosaico tiro de guerra; ou se um arcebispo viesse fazer um batismo numa singela capela de bairro.

Em outras palavras, causava alvoroço!

Até o prefeito dava uma passadinha na agência, pra tomar um cafezinho...

Os contadores eram logo avisados da data.

Estes, por sua vez, avisavam seus clientes com bilhetes do tipo: “Tem fiscal federal na cidade, hoje!”.

Se, no dia do plantão fiscal, alguém resolvesse cortar o cabelo, sairia da barbearia com uma nota fiscal de serviços na mão...e nem adiantava recusar.

Não preciso nem concluir:

Os índices de sonegação naquele dia tocavam o substrato.

Em 1994, o plantão na agência de Adamantina aconteceria no dia 04 de maio.

...

A agência da Receita Federal em Adamantina era muito mais que uma simples unidade local daquela secretaria.

A despeito de exercer, sem falsa modéstia e com muito mérito, todas as atividades para as quais fora criada, acumulava, por assim dizer, a função de “consulado da União” naquele município.

Até onde a memória alcança, era o único órgão federal da administração direta e, muito provavelmente, a única assinatura do Diário Oficial da União.



Ressalto que vivíamos no período pré-internet.

Assim, diariamente, estudantes, contadores, advogados, cartorários, políticos, etc., debruçavam-se no balcão da agência folheando aquelas páginas enormes, de letras miúdas, à procura de assuntos de seu interesse, naquele material gentilmente franqueado aos cidadãos pela Receita Federal.

Todos que queriam tinham acesso.

Só não podia sair dali com o jornal.

A receita federal, eminente órgão de arrecadação, vestia, também, o manto da integração.

E todos aplaudiam, de pé, essa relação.

... Em 1948, o inglês George Orwell, escreveu o livro “1984”.

Obra-prima daquele escritor e um dos melhores livros de ficção de todos os tempos, “1984” conta a história de um ditador que, para manter-se no poder, vigiava, através de monitores de TV, todos os seus cidadãos, além de alterar a história reescrevendo matérias nos jornais, de acordo com seu interesse, “expurgando”, ainda, palavras, fatos e pessoas.

Uma passagem curiosa desse livro é a que trata da “Novilíngua” – idioma oficial que, entre outras normas, suprimia palavras e expressões reputadas nocivas ao regime, curiosa teoria pela qual se uma pessoa não pronunciasse, ou mesmo não pensasse, nunca mais, sobre determinada palavra ou expressão, essas passariam, com o tempo, a não mais existir, pelo fato de não serem mais lembradas e, portanto, desconhecidas das novas gerações.

Numa pálida analogia, é o que provavelmente venha a acontecer no futuro com os seguintes substantivos: senador biônico, orelhão azul, vestidos de manga-presunto e lambada.

Some-se a isso a já obsoleta expressão “prorrogação do prazo para entrega da declaração do imposto de renda”.

Mas não foi sempre assim.



...

Um dia para ser esquecido?

Primeiro de maio de 1994.

Domingo e feriado mundial do dia do trabalho.

E foi justamente trabalhando que Ayrton Senna da Silva morreu.

No grande prêmio de San Marino, na Itália.

Milhões de pessoas acompanharam ao vivo o acidente com o seu carro.

Sua morte foi tão sentida quanto precoce.

O Brasil perdia, tristemente, seu astro maior.

No primeiro dia do mês das mães, abateu-nos uma orfandade coletiva.

Para muitos, era o fundo do poço.

O Brasil, enlutado, poria à prova uma virtude cujo conceito parece ter sido criado sob medida ao seu povo:

Resiliência!

...

A mesa com café, água, sucos e alguns acepipes já estava posta.

Deviam haver algumas dezenas de pessoas, entre contadores e contribuintes, à frente da agência da Receita Federal em Adamantina, ávidas por tirar suas dúvidas no tão esperado plantão fiscal, quando o aparelho de fax “ejetou” o Decreto de 03 de maio de 1994.

O então presidente da república, Itamar Franco, em justíssima homenagem à memória de Ayrton Senna da Silva, decretara ponto facultativo nas repartições públicas federais no Estado de São Paulo, nos dias 04 e 05 de maio, onde se daria o velório e enterro do ídolo nacional.



Estava decretado!

Em homenagem à outra fera de primeiríssima grandeza, no estado de São Paulo, o Leão deixaria de rugir pelas próximas 48 horas.

Àquela altura, a delegacia da Receita Federal em Presidente Prudente já estava fechada, assim como as demais agências a ela subordinadas (Dracena, Osvaldo Cruz e Presidente Venceslau).

Lá fora, a “multidão” aumentava à medida que os ponteiros do relógio iam, lentamente, girando.

Dá pra imaginar o tamanho do problema?

Bom, nessas horas, o bom senso tem que imperar.

Por unanimidade, utilizamos a faculdade estabelecida e ali permanecemos, de portas abertas, realizando o plantão fiscal até que o último cidadão fosse atendido.

Esta seria uma das muitas e belas demonstrações de comprometimento e respeito da Receita Federal para com o contribuinte que eu pude presenciar.

Em 1994 a Receita Federal comemorava suas bodas de prata.

Mas sua atuação já reluzia feito ouro!

No outro dia, o Brasil inteiro e o resto do mundo acompanhou, com muito pesar, o enterro de Ayrton Senna da Silva.

...

Naquele mesmo ano de 1994, a seleção brasileira de futebol voltaria a ganhar uma copa do mundo, tornando-se, até então, a única seleção tetracampeã.

Também naquele ano foi lançado o plano real que, entre outras alterações, desindexava a economia e substituía a nossa moeda pelo Real.



Desde então, passaram-se dezoito anos.

Nesse período, o povo brasileiro elegeu presidentes que souberam zelar pela estabilidade da moeda, pelo controle da inflação e pela responsabilidade fiscal.

Muito bem assessorados, especialmente na área da Fazenda e, particularmente, na Receita Federal, viram a arrecadação tributária disparar, sem, contudo, promover o equivalente aumento da carga tributária.

No ano passado, nossa economia teve a “audácia” de superar a do império britânico.

A França de Napoleão parece já não opor resistência ao rolo compressor tupiniquim.

Dentro de alguns anos, espera-se, teremos superado, também, a locomotiva européia (Alemanha) e aí sim, juntamente com EUA, CHINA e JAPÃO seremos uma das quatro potências econômicas mundiais.

É, métodos à parte, uma espécie de versão ocidental do “grande salto adiante”.

Não maravilha, entretanto, se anexa ao crescimento econômico não vier a justa e correspondente distribuição de renda.

Esse, aliás, parece ser o maior desafio dos nossos atuais governantes.

Nesse sentido, a Receita Federal é e continuará sendo, certamente, esteio e pavimento.

...

Neusa aposentou-se em 1998; Cecília, alguns anos após; Walmir é o decano da agência de Adamantina e eu, desde 1997, exerço minhas funções na alfândega do Porto de Santos.



Assim é a história: dinâmica e imprevisível.

...

Observo a Receita Federal do Brasil em 2012.

Ao longo dos seus quarenta e três anos de história, tornou-se uma estrela de primeiríssima grandeza na constelação do serviço público.

Jovem, ostenta a solidez de um diamante, destinada a sempre existir.

Moderna, conserva valores significados desde o início dos tempos.

Cresceu muito em estatura e ideias.

Seu maior capital: seus servidores.

Se muito ainda há por fazer, a sensação é que muito mais já foi feito.

No seu horizonte, já principiam os primeiros raios dourados do cinquentenário.

Ali estarão sendo colhidos todos os frutos que semeamos hoje.

Mas, o hoje não é, senão, apenas uma famosa ponte ligando o amanhã ao ontem.

E essa travessia, observada pelas lentes do tempo, é curtíssima.

Assim, no futuro, tudo o que já foi e o que continua sendo feito na Receita Federal, seus valorosos servidores, os incontáveis avanços, todos os grandes feitos, enfim, serão prefácio de uma era subsequente, de uma nova e admirável história.

Com absoluta convicção,

Um belíssimo prefácio!



Menção Honrosa

Perigo iminente

Ênio Roberto Ignácio

Coaef / Unidades Centrais

Auditor Fiscal com início na Receita Federal através do Concurso de 1976. Trabalhou na COSIT em duas divisões: Imposto de Renda e IPI. Por cinco anos trabalhou na DRF Brasília, sendo dois deles na Fiscalização Externa. De 1993 a 1999 coordenou os trabalhos da Divisão de Tributação da COGER. Por três anos trabalhou na COANA, aposentou em 2002 e voltou à atividade em 2005.

Durante um período de fiscalização na chamada “Operação Soja”, em Corumbá-MS, fronteira com a Bolívia, estávamos eu e outro colega, também lotado na Delegacia da Receita Federal de Brasília-DF, trabalhando pelo período de 30 dias.

O calor naquela cidade é constante. Ao nascer do sol já está bastante quente, o calor aumenta gradativamente ao se aproximar o meio dia, e continua subindo até atingir a temperatura máxima para o dia. Seria de se esperar que à noite a temperatura ficasse mais amena, já que o sol não mais incide sobre a cidade, mas não, a sensação era de que o asfalto, os prédios, o piso das residências, as paredes das mesmas e tudo o mais conservasse aquele calor até que o sol nascesse novamente no dia seguinte, e o ciclo se repetia.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Quem ali chegava, como era o nosso caso, transpirava todo o tempo e à noite não conseguia dormir de maneira saudável apesar de o chuveiro somente ser usado na posição “fria”.

Muitos restaurantes no centro da cidade ficavam abertos até altas horas, servindo comidas leves, petiscos para os mais variados gostos e principalmente deliciosos peixes.

Eu, o colega de Brasília, e vários outros colegas da Inspetoria da Receita Federal de Corumbá, costumávamos nos reunir em um desses restaurantes, depois do trabalho. A princípio, comentávamos as atividades do dia, mas em seguida passávamos a discorrer sobre histórias novas e antigas, ocorridas em nossas vidas profissionais, a serviço da Receita em todo o Brasil. Em raras ocasiões um ou outro colega dizia “eu passo”, pois a grande maioria tinha sempre algum fato, relato ou até mesmo uma história completa para contar, esperando pacientemente a sua vez e atento aos outros relatos, que além do potencial humorístico, continham sempre ensinamentos conseguidos na prática da tríade T.A.F – Tributação, Arrecadação e Fiscalização.

Dentre as histórias contadas, uma me pareceu muito interessante, por isto farei o possível para reproduzi-la com fidelidade.

Naquela época existia em Corumbá um grande empresário, muito conhecido pela personalidade forte, princípios rígidos, sempre de fisionomia fechada. A maioria de seus funcionários temiam a sua presença, num sentimento que mesclava medo, respeito e pânico.

Descreviam o seu escritório como “a caverna do dragão”, autênticas armas orientais enfeitavam as paredes todas revestidas de tapeçarias coloridas em tonalidades fortes e brilhantes, acentuadas por iluminação especial focada em detalhes sugestivos, batalhas, lutas ferozes, animais (grandes felinos) em ação de ataque, patas, garras e presas. Afora esta iluminação especial e a que incidia diretamente no tampo da mesa do escritório, o restante do espaço daquela sala ficava mergulhado em penumbra, somente clareando quando da abertura da porta principal, e apenas pelo acionamento de um botão,



estrategicamente adaptado (entre outros dispositivos) à parte de baixo do tampo da mesa do Chinês (dono do escritório) quando este o acionava.

O colega, auditor que narrou esses fatos, já sabia de longa data da existência da empresa do Chinês e tinha ouvido falar dos detalhes incomuns da tal “caverna do dragão”. Naquela época, lembrava-se haver comentado: “Tomara que eu nunca precise entregar um auto de infração para alguém num ambiente tão opressivo e constrangedor”.

Já ouvi dizer que determinadas frases pronunciadas com emoções fortes, por exemplo as que demostram medo, funcionam como um imã, justamente no sentido oposto ao fato desejado. Pois parece que alguma coisa semelhante provocou os fatos que se seguiram...

Naquela manhã, na Divisão de Fiscalização, foram distribuídas as FM (fichas multifuncionais) aos auditores, inclusive ao autor da fatídica frase. Quando ele abriu o envelope que lhe foi entregue, levou alguns minutos para acreditar na terrível coincidência, a empresa que lhe foi designada para fiscalizar, entre tantas outras que estavam sendo distribuídas, era estranhamente (para ele), justamente a empresa do Chinês.

Refeito do impacto inicial, após considerações bastante profissionais, maduras e moldadas no campo da razão, iniciou as pesquisas pacientemente. Passados alguns dias, considerou findos os trabalhos investigativos, revisou os cálculos de forma minuciosa e, por fim, redigiu o Auto de Infração.

Ele não quis ligar para a empresa antes de levar o Auto de Infração para ser assinado. Imaginava que, sendo horário comercial, e que o poderoso Chinês dificilmente deixaria o seu posto de extrema importância estratégica, encaminhou-se ao endereço previamente anotado.

Quando chegou à empresa perguntou pelo proprietário. Responderam-lhe que o Chefe estava ocupado em uma ligação telefônica e pediram que ele aguardasse alguns minutos.



Enquanto aguardava na antessala de onde seria avisado para entrar, era difícil não recordar tudo o que diziam deste estranho personagem (lembrando histórias de terror). A descrição da “caverna do dragão” era o que mais o intrigava. Quando diziam do botão de controle da abertura e fechamento da porta do escritório, tudo bem. Mas e os “outros dispositivos” a que se referiam? Poderiam controlar outras coisas, por exemplo, uma espada de Samurai, estrategicamente pendurada no teto, pronta para soltar-se num trajeto vertical, pesado e certeiro, e alcançar quem estivesse à frente da mesa do Chefe. Ou também, um daqueles botões quando acionado colocaria em funcionamento o gatilho de uma arma de fogo, escondida em algum lugar escuro (naquela sala havia muitos). Tudo isso e qualquer desses dispositivos quando acionados pessoalmente, ou accidentalmente por um curto circuito, poderiam provocar funestas consequências.

Totalmente envolto naqueles pensamentos, nosso colega havia perdido a noção do tempo, somente retornando à realidade quando alguém chamou em voz alta o seu nome. Levantando-se da cadeira, quase deixando cair a pasta de papéis de seu colo, respondeu: PRESENTE (por que... ele não soube explicar), mas já refeito, recebeu a orientação de que já podia entrar, e assim o fez.

Ao sair da antessala muito bem iluminada para o recinto do escritório em penumbra, foi natural que a primeira percepção que teve foi a música, em tonalidade mediana, mas nitidamente audível, tal qual a que se houve em ambientes orientais de meditação. A medida que caminhava em direção à mesa principal ia percebendo com mais nitidez os quadros, desenhos, estatuetas de dragões e outros personagens folclóricos, iluminados por pontos de luz que colaboravam em muito para destacar detalhes que tornavam o ambiente ainda mais misterioso.

Ao chegar próximo o bastante para ser ouvido pelo Chinês, identificou-se, tendo aberto a carteira com o distintivo voltado para a frente, como se fosse um escudo de proteção. O Chinês, fingindo não perceber o distintivo que o colega tão orgulhosamente ostentava, olhou fixamente em



seus olhos, convidou-o (pelo tom de voz, mais parecia uma ordem) a se sentar na única cadeira que havia à frente da grande mesa e assim se expressou:

- Eu sei quem você é. Que novidades você tem para mim?

Como o clima e o ambiente não eram mesmo para cordialidades, o colega Auditor abriu a pasta que trazia consigo, retirou alguns papéis (ali estava o Auto de Infração) e os entregou ao empresário.

Parte da tarefa estava cumprida – pensou – agora só resta aguardar o tempo que ele necessitar para a leitura do A.I., colher sua assinatura e voltar para a Inspetoria.

Voltou a perceber a música, os quadros de batalhas e de felinos enraivecidos, de caçadas, dragões e armadinhos sangrentas. Lembrou-se do dispositivo com botões, mas do ângulo em que se encontrava não conseguia visualizá-lo. Somente então, percebeu que o Chinês lia algumas linhas e o observava. Lia novamente mais um pouco do documento e voltava a fixar-lhe o olhar. Percebeu também que ele estava suando muito, e todo o seu rosto parecia ter sido mergulhado em água. Também aquele tom branco amarelado havia fugido de suas faces, dando lugar a um rubor semelhante ao adquirido por um boxeador ao final de uma acirrada luta.

Justamente no momento em que o colega fazia conjecturas sobre o que estaria acontecendo na mente daquele homem, aconteceu o imprevisto: O Chinês abaixou-se lentamente para o lado direito, enfiou a mão por debaixo da mesa (o colega pensou: ...os dispositivos!!!), mas o que ele trazia nas mãos não era nada comum a um ambiente de trabalho, era um enorme taco de báiseball em madeira polida. Parece que não acabava mais de sair de debaixo da mesa, o tal taco, de tão grande parecia ser. O Chinês começou então a levantar o taco com a parte mais grossa para cima até que não havia mais altura a ser alcançada, pois seus braços estavam completamente esticados. O fiscal pensou: -Não preciso ser profeta para adivinhar o conteúdo da “causa mortis” que certamente constará no meu atestado de óbito: “Traumatismo Craniano”. Eu



deveria também estar suando “em bicas” mas, nem para isto tenho mais tempo. Fechou os olhos e esperou. De repente, ouviu um “CLIC” e imaginou:-”Clic”? É esse o barulho que ouve alguém que morre com uma tacada na cabeça? Mas, espere aí, se estou pensando (e se “PENSO, LOGO EXISTO”).?! Então, ele abriu os olhos e percebeu que o Chinês já estava abaixando o taco de baiseball que tinha, inocentemente, utilizado para ligar o aparelho de ar condicionado.



Menção Honrosa

Contrabando, uma guerra

Walter Furmann

SRRF/09RF - Direp

Tomou posse na RFB em 14/01/88 na DRF/Foz do Iguaçu, onde atuou até 1997, a maior parte do tempo na área de repressão ao contrabando e descaminho, em 1993 como agente da RF em Marechal Cândido Rondon/PR, de 1997 a 2004 atuou na DIANA na SRRF09 na área de fiscalização e de repressão aduaneira, de 2005 até 2012 na SRRF09/DIREP Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho.

O contrabando é um mal a ser enfrentado de forma contundente e persistente, pois caminha na direção contrária ao bem comum e aos mais nobres interesses da Nação e, não é, em hipótese alguma, contravenção leve e desculpável.

Essa ideia equivocada e permissiva que pairava no ar no fim dos anos 70 e início dos 80, somada ao processo de globalização, gerou um crescimento desse ilícito que, de fato, constitui-se infração fiscal e crime.

Inicialmente, essa atividade ilegal era fomentada apenas pelo glamour de se possuir uma calça jeans, um uísque ou um tênis estrangeiro, mas com o passar do tempo e devido a um cenário propício, ela cresceu sobremaneira.

Nesse cenário figurava o baixo custo de fabricação e de comercialização de produtos em países orientais; a existência de paí-



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

intermediário sem interesse em exercer controles efetivos desse comércio; o Brasil em desenvolvimento e população com bom poder aquisitivo e ávida pelo consumo, tributação da economia formal no País elevando o preço final ao consumidor, vasta extensão territorial do País dotado de grandes centros consumidores; vasta extensão de fronteira; facilidades para acessar a região de fronteira por várias vias, falhas na legislação, falta de educação, cumplicidade de parte da sociedade, precariedade da presença do Estado, corrupção e crime organizado.

Diante de tudo isso, estabeleceu-se uma estrutura criminosa dentro e fora do País. Nessa estrutura encontravam-se os chamados ônibus de sacoleiros que se dirigiam até Foz do Iguaçu e ao Paraguai, simulando turismo, que na verdade consistia numa viagem de curta permanência em Foz com a única finalidade de suprir consumidores de várias regiões do País. Esses ônibus, denominados “bate-e-volta”, geralmente recondicionados, pintados de branco, conhecidos como “Dinos”, eram verdadeiros contêineres volantes e transportavam os mais diversos tipos de mercadorias, bem assim armas, drogas e outros itens proibidos.

Os servidores da Receita Federal, como soldados singulares, munidos com canetas, papéis de trabalho, lanternas, chaves de fenda, fitas adesivas e embalagens de papelão em lugar de metralhadoras e canhões, defenderam e vão continuar na defesa da Nação, impedindo a entrada de mercadorias ilegais no País, mediante as ações fiscais cabíveis, numa guerra sem tréguas.

Nos anos 90 as ações eram, praticamente, as concentradas na região de Foz do Iguaçu e foi dali que coisas importantes começaram a fluir. Nesse período foi criado na Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu – DRF/Foz - um setor específico de repressão ao contrabando e descaminho com a sigla REVANA - Repressão e Vigilância Aduaneira, foi também idealizado o primeiro manual de repressão aduaneira, denominado manual REVANA, que ganhou notoriedade nacional e implementado um sistema de lacração de volumes, composto do termo de lacração de volumes e selo aduaneiro que



contribuíram para agilização e segurança das fiscalizações, servindo de base para os modelos vigentes. O termo de apreensão de substâncias entorpecentes e drogas afins - TASEDA e a primeira versão do Sistema de Apoio à Repressão - SAR, para lavratura informatizada de termos/autos, também aconteceram, nesse período, por absoluta necessidade, bem assim a incorporação e reforma do Posto Fiscal Bom Jesus, em Medianeira, que pertencia à Fazenda Estadual, com fornecimento de novos equipamentos para a área de repressão. Naquela ocasião, alguns autos começaram a ser instruídos com fotos digitalizadas de originais em papel, constituindo-se numa inovação eficaz como elemento probante na aplicação de penalidades. Seminários e cursos de vigilância e repressão aduaneiras passaram a ser uma constante na DRF/Foz, com realização de treinamentos teóricos e práticos, com realização de fiscalizações de fato “in loco”. Vários recordes de apreensões foram batidos, novas ideias começaram a fervilhar e a evolução dos trabalhos passou a ser inevitável.

Algumas batalhas contra o contrabando haviam sido travadas pela Receita Federal, com alguns avanços, mas foi no alvorecer do século XXI que essas lutas tornaram-se mais acirradas em virtude da implementação dos vários projetos repressivos denominados: Plano de Ação Regional Anticomboios, sigla PARA2000, Plano Anual de Repressão 2001 e 2002, siglas PARE2001 e PARE2002, Projetos Gralha Azul no Paraná e Catarina em Santa Catarina, Operação Cataratas 2001, Transporte Clandestino I e II, Natal Legal, Ações Integradas Regionais, Operação Cataratas 2004 e 2005, Comboio Nacional e nas várias operações levadas a cabo pelas unidades da Receita Federal na 9^a Região Fiscal. Nesse período toneladas e toneladas de mercadorias e inúmeros veículos foram apreendidos, criminosos foram presos em flagrante e inquéritos instaurados.

O sucesso em várias empreitadas da Receita Federal deveu-se ao apoio e participação ativa do órgão central e regional da RFB, a integração com as autoridades em geral em todos os níveis, em especial com órgãos policiais e, também pelo envio de reforços indispensáveis de servidores para Foz e região pelas várias unidades locais da Receita Federal no País.



A primeira tentativa de inibir os comboios criminosos de ônibus que procuravam forçar passagem pelos postos de fiscalização foi o Plano de Ação Regional Anticomboios, o PARA2000, um importante marco de conscientização acerca da magnitude do contrabando procedente da região oeste do Paraná e da responsabilidade de todas as autoridades do País. Naquela ocasião uma pequena parte dos ônibus de sacoleiros passava ao Paraguai e retornava pela Ponte da Amizade. A maioria era carregada em vários pontos de Foz de forma ostensiva e aparente. Em média 400 ônibus de sacoleiros dirigiam-se ao anoitecer das quartas-feiras e sábados ao interior do País, em comboio que se formava ao longo da rodovia BR-277, entre os municípios de Foz e Medianeira com o intuito de forçar passagem e escapar da fiscalização.

Para combater os comboios foram programadas várias ações e operações tendo como partícipes a Receita Federal e outras autoridades. Na primeira operação realizada foram apreendidas mercadorias avaliadas em mais de um milhão de reais e ao final do ano as apreensões da 9ª Região totalizavam cerca de US\$ 38,8 milhões em mercadorias, mais de uma tonelada de maconha, além de outras drogas e itens proibidos.

Destaque-se a operação Cataratas - versão 2001, quando foram apreendidas mercadorias diversas no valor de US\$ 1,1 milhão e a operação Final de Ano no valor de US\$ 5,1 milhões. O resultado final em 2001 totalizou US\$ 40,9 milhões.

A atuação conjunta das autoridades a partir de 2002, por intermédio dos grupos de força-tarefa, gerou fortalecimento e integração jamais vistos na história recente. As várias instituições, dirigidas por um comando central, interagiam de forma harmônica e produtiva, e as questões eram tratadas de forma objetiva, sem vaidades. O “modus operandi” simples, direto, um feijão com arroz e pouca burocracia, deu certo, e por isso mesmo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça seguiu de Brasília até o Paraná para descobrir e experimentar o segredo do sucesso.



No início de 2002 foi criado um grupo regional de vigilância e repressão que estabeleceria uma alternativa para casos regionais, especiais e de impactos. O grupo realizou a primeira operação denominada "Temperatura Máxima" em Foz, no período de 19 a 21/03/2002, em transportadoras, depósitos, nos Correios, num hotel e em doze ônibus de sacoleiros, que resultou na apreensão de cerca de US\$ 700 mil em mercadorias diversas. Essa ação serviu de marcante presença fiscal e pronta resposta aos contraventores, que na ocasião sentiam-se à vontade, inclusive para ameaçar a fiscalização e provocar tumultos.

Uma das ideias correntes em Foz nessa época era que hotéis não sofreriam fiscalização da Receita Federal relativamente às mercadorias depositadas e ações do grupo regional e das equipes especiais de Foz começaram a desmistificar os hotéis de fachada que eram utilizados apenas para depositar mercadorias contrabandeadas e até drogas. Por tais ações a Receita Federal receberia fortes manifestações contrárias de políticos e de alguns setores da sociedade, mas também outras solidárias, de setores do comércio local e apoio formal do Ministério Público Federal.

O grupo seguiu realizando trabalhos por toda a região, dentre esses se destacaram operações de presença fiscal no porto de Paranaguá, em São Francisco do Sul, denominadas Presença Marítima I e II, São Chico, com verificação de contêineres vazios, de cargas importadas e de mercadorias em trânsito para o Paraguai.

Em 2002 também foram realizados estudos sobre a responsabilidade da empresa de transporte ao não observar dispositivos fiscais e de transportes, e também, pelo fato do transportador concorrer para a prática de infrações penais e aduaneiras, ao descumprir preceitos legais estabelecidos no País, que culminaram com a edição de um estudo e parecer da Diana da 9^a Região, que serviu de referência para aplicação da pena de perdimento em milhares de veículos.

A aplicação da pena de perdimento, de forma sistemática, nos veículos que transportavam mercadorias ilegais foi uma surpresa desagradável para os



contraventores. O total de veículos apreendidos em 2003 foi de 197, subiu para 576 em 2004 e para 1.638 em 2005, alcançando 3.811 em 2006. Destaque-se que as apreensões de ônibus em 2005 representaram 42,4% do total. Nesse o trabalho de buscas foi estendido para além da jurisdição de Foz e o trabalho de processamento otimizado tanto em Foz quanto em outras unidades locais.

O contrabando praticado com utilização de ônibus chamados de “turismo”, passou a ser tratado com o rigor necessário após a edição da Medida Provisória nº 135, de 30 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei no 10.833, de 2003, que trouxe nos artigos 74 e 75 medidas de prevenção e de punição aos transportadores que utilizavam entradas ilícitas não identificadas de mercadorias no País, inclusive de drogas, armas, cigarros e outros itens proibidos, com previsões de multas de R\$ 15 mil ou R\$ 30 mil em caso de reincidência. Em decorrência dessa lei foi editada a Instrução Normativa SRF nº. 366/2003, que possibilitou a lacração não só de volumes, como também de veículos. Assim muitos transportadores passaram a identificar as bagagens de viajantes e outros tantos sofreram as multas previstas, ou pior para eles, a pena de perdimento dos veículos.

Outra inovação foi o ataque aos receptadores e comerciantes informais de mercadorias contrabandeadas. A operação "Inverno nos Campos Gerais", realizada em julho de 2002, consistiu na fiscalização com execução de mandado de busca e apreensão de mercadorias irregulares no chamado "Paraguaizinho", em Ponta Grossa (camelódromo com mais de 140 lojas), que resultaria na apreensão de mercadorias estrangeiras, que lotaram seis caminhões de 40 m³, estimadas em US\$ 230 mil e mobilizou um efetivo de 140 participantes, entre servidores e policiais. Essa ação marcante motivaria as Unidades da Receita Federal a realizar outros trabalhos similares na região e em outras localidades do País.

Em 2003, algumas unidades da 9^a passaram a atuar em Foz com equipes próprias, transportando as mercadorias e concluindo os processos em sua localidade, maneira muito positiva que serviu para desafogar o depósito



superlotado e as intensas atividades rotineiras da DRF/Foz. O resultado regional desse ano foram apreensões estimadas em US\$ 40,4 milhões.

As operações “Transporte Clandestino”, “Clandestino II” e a operação “Natal Legal”, no período compreendido entre 10/11 e 20/12/2003, resultaram em apreensões estimadas em R\$ 12 milhões.

Na 9^a Região e, principalmente em Foz do Iguaçu, pela peculiaridade local, as apreensões e prisões em flagrante efetuadas pela Receita Federal relativas a entorpecentes e drogas são comuns e rotineiras. Ao longo dos anos surgiram especialistas nessa área, porém a consagração do trabalho ocorreu em junho de 2002, quando da concessão do “Diploma de Mérito pela Valorização da Vida”, pelo Conselho Nacional Antidrogas – CONAD a um servidor da Receita Federal de Foz do Iguaçu. Referido prêmio objetivava reconhecer os atos, fatos, serviços, obras ou trabalhos de personalidades e instituições, nacionais e estrangeiras, que representassem significativa contribuição para a redução da demanda de drogas no Brasil. A 9^a Região elaborou parecer, juntou documentos e indicou um servidor da DRF/Foz para ser premiado durante as solenidades da Semana Nacional Antidrogas - 2002, promovida pelo CONAD. A aprovação foi unânime e o servidor da Receita Federal foi agraciado com o diploma, na mesma seção que premiou entre outros, o Presidente da República, a autora e dois atores da telenovela “O Clone” da Rede Globo de Televisão, e de grande repercussão nacional e que recebeu diversos prêmios. Em 2003 seria agraciado outro servidor da Receita Federal de Foz do Iguaçu, confirmando a importância do trabalho na fronteira.

A operação Cataratas iniciada em 08/11/2004 e encerrada em 14/11/2006 fechou um ciclo de batalhas contra o contrabando que decretou o fim dos comboios de “ônibus de turismo”.

Intensos e persistentes trabalhos foram realizados durante essa operação, exigindo o máximo das equipes de busca, que realizaram inúmeras abordagens, acompanhamentos táticos, inclusive com utilização de



helicópteros, ações surpresas e levantamentos de inteligência sem hora determinada para acontecer, sem tréguas, inclusive nos finais de semana e feriados.

Em algumas ações foi necessário o uso da força, ocorreram trocas de tiros, todavia nem balas, ameaças ou incêndios, nada conseguia intimidar a Receita Federal e o resultado foi cerca de US\$ 60 milhões em mercadorias apreendidas, 1.266 veículos, além de drogas e outros itens proibidos. Em decorrência, houve uma queda de cerca de 60% do movimento normal de Cidade do Leste, no Paraguai, que causou grande desalento para os contrabandistas e seus cúmplices.

A realização dessa operação, acompanhada por tremendos protestos e verdadeiros atos de selvageria e violência contra a fiscalização, deixou claro que aquele foi o momento oportuno para que se sinalizasse o fim das práticas criminosas ostensivas de contrabando e descaminho na região, que desafiavam o poder público, afrontavam a lei e a ordem e feriam o Estado e a concorrência de comerciantes legalmente estabelecidos no País. Era uma questão de soberania nacional.

As manifestações e pedras atiradas não eram pequenas e as tentativas de quebradeira geral e ameaças, constantes. Nem incêndios em ônibus e veículos, nem violentas investidas contra a fiscalização conseguiram abalar os guerreiros da Receita Federal e demais autoridades envolvidas.

Em vários momentos ocorreram distúrbios e os principais aconteceram durante as operações Gralha Azul, Transporte Clandestino, Clandestino II e na Operação Cataratas 2004-2006.

Uma ousada ação ocorreu em julho de 2005 quando a Receita Federal de Foz fretou um helicóptero e realizou a primeira operação com apoio aéreo, suprido pela própria Receita, sendo mobilizados cerca de 110 policiais e 30 servidores da Receita Federal, que resultou na apreensão de 23 ônibus lotados de mercadorias, que seguiam em comboio.



A sensibilidade dos dirigentes da Receita Federal em relação ao contrabando fez com que fatos como esses culminassem, no ano de 2005, com a criação de uma Coordenação-Especial - Corep e uma Divisão Direp em Brasília e de dez divisões de repressão ao contrabando e descaminho – Direps, nas Regiões Fiscais, com o objetivo de focar esforços no combate ao contrabando no País. A partir de então aconteceram inúmeras operações nacionais de vulto, novos dispositivos legais foram idealizados, foi elaborado um Manual Nacional de Repressão, implementado treinamento à distância para os repressores de todo o Brasil, realizado o primeiro treinamento operacional terrestre em Foz do Iguaçu, o TOT 2007; foram comprados equipamentos, lanchas, helicópteros, etc. Planejados treinamentos operacional aéreo e marítimo, demarcada a Zona de Vigilância Aduaneira no País, implementado projeto de armamento institucional da Receita Federal, realizada integração com outros órgãos centrais, como a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Polícia Rodoviária Federal, etc; participação ativa no Conselho Nacional Antidrogas, no Conselho Nacional de Combate à Pirataria, CNCP e outras ações de importância vital para a continuidade dos trabalhos, assim como a fundamental adequação das competências da área de repressão ao contrabando e descaminho no Regimento Interno.

As apreensões na 9ª Região Fiscal no período de 2002 a 2011 totalizaram 1,26 bilhão, sendo apreendidos 28.836 veículos, conforme demonstrativo que segue.

ANO	Apreensões de Veículos na 9ª Região Fiscal							Apreensões na 9ªRF (US\$ milhões)
	AUTOMÓVEL	CAMIONETA	CAMINHÃO	MOTO	ÔNIBUS	OUTROS	TOTAL	
2002	77	33	2	11	18	1	142	35
2003	53	46	8	21	59	10	197	40
2004	67	37	36	23	409	4	576	65
2005	691	137	67	27	695	21	1.638	101
2006	2.586	145	156	91	571	262	3.811	119
2007	3.372	124	218	149	357	452	4.672	133
2008	3.118	408	227	124	283	108	4.268	152
2009	2.771	448	251	101	243	175	3.989	183
2010	3.135	542	284	284	296	144	4.685	196
2011	3.496	598	208	128	284	144	4.858	233
TOTAL	19.366	2.518	1.457	959	3.215	1.321	28.836	1.257



Além da apreensão de mercadorias, armas, produtos proibidos e dos veículos transportadores é importante destacar algumas vitórias importantes como a quebra dos comboios de ônibus e o fim das práticas criminosas ostensivas, as muitas apreensões de drogas, entre elas: a de 628 kg de cocaína, em maio de 2008, no Porto de Imbituba, e outra de 3.778 kg, em fevereiro de 2009, no Porto de Paranaguá, a realização de inúmeros treinamentos de servidores na 9ª Região com disciplinas fiscais e táticas (de tiro, defesa pessoal e direção), a estruturação da atividade em várias unidades locais da 9ª e a realização da operação Fronteira Blindada que sucedeu a operação Cataratas 2004-2006 e proporcionou a continuidade das atividades repressivas na região até o presente momento.

Nesta história, onde não são mencionados nomes, cabe ressaltar toda a coragem, perseverança e criatividade da Receita Federal do Brasil na desarticulação de criminosos e na inibição do contrabando. A definição para o termo perseverança, de Newt Gingrich, se encaixa perfeitamente ao perfil dos dirigentes e servidores envolvidos nessa guerra: “Perseverança é o trabalho árduo que se faz depois de já se estar cansado do trabalho árduo que se fez”. Este árduo trabalho de combate ao contrabando não acabou e o espaço conquistado não pode ser perdido.

A história e a guerra continuam...

“O que coíbe o crime não é a quantidade de reprimenda penal, mas a certeza de sua punição.”

Cesare Beccaria

Aos que, de alguma forma, participaram ou participam dos trabalhos de repressão ao contrabando da Receita Federal do Brasil, ouso oferecer-lhes um troféu: a própria história escrita.

Ebenézer



Provas Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Alguns anos atrás, eu e minha mãe tivemos essa conversa

A Receita Federal arrecada recursos que não são repassados à população?



Livia Naomi Komati - 3º lugar
do 1º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB
filha da servidora Sandra Mara Morita Komati - ATRFB/DRF-Araçatuba

**A esperança é toda verde...
Mas a salvação veio do vermelho!**

Cléber Marcelo Fernandes Caetano
Alfândega do Porto de Santos

Ingressou em janeiro de 1993, como técnico do tesouro nacional, e, até dezembro de 1997, trabalhou na agência de Adamantina/SP, como chefe substituto. Em dezembro de 1997, tomou posse como Auditor-Fiscal do tesouro nacional na Alfândega do Porto de Santos onde permanece, tendo já trabalhado com despacho de importação, exportação e trânsito aduaneiro. De 2006 a 2011 integrou o Núcleo de Repressão(Nurep) Atlântico.

Existem coisas nesta vida que não nos é dado conhecer.

Talvez seja esse o único ponto de convergência entre os diversos tipos de credo.

Caberá ao leitor tirar sua conclusão daquilo que, provavelmente, jamais saberemos ao certo.

A história que se segue é tão fiel quanto amor de mãe.

Posso adiantar que até mesmo os guindastes do cais se comoveram.

À Receita Federal do Brasil, minha gratidão pela oportunidade de conhecer, checar e divulgar o relato acima anunciado, o qual assim intitulei:

A ESPERANÇA É TODA VERDE... MAS, A SALVAÇÃO, VEIO DO VERMELHO!



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

No início do mês de julho do ano de 2012, uma empresa gigante do ramo de fabricação de máquinas agrícolas, despachou, para exportação, uma máquina secadora, a qual estava desmontada e acondicionada em doze contêineres.

A carga seria embarcada no porto de Santos e seguiria para a Índia.

Nos trinta dias anteriores, esta mesma empresa havia promovido mais de duas dezenas de embarques para diversos países e continentes e, com as bênçãos do Siscomex, nenhum, absolutamente nenhum despacho havia sido objeto de conferência física.

Até aí, nada de mais.

Afinal, as exportações geram empregos, divisas, e robustecem a balança comercial, de forma que seria um grande equívoco, por parte do governo, não incentivá-las.

É de se notar, contudo, que a Receita Federal do Brasil pode, a qualquer momento, redirecionar o despacho para conferência se houver motivo que o justifique, o que não era o caso, uma vez que a empresa possuía um histórico de operações de comércio exterior irretocável.

Dentro de alguns dias, portanto, nossos parceiros de BRICs receberiam mais uma máquina concebida pela fabulosa engenharia do homem...

...Foi quando a sublime engenharia Divina resolveu mover suas engrenagens!

No dia 03 de julho, o mesmíssimo Siscomex fez com que a carga dos doze contêineres fosse direcionada para o canal vermelho, que resulta em necessária conferência física.

Seguimos sem novidades, a despeito dessa exceção.

Os documentos foram apresentados e analisados pela equipe responsável pelos despachos de exportação na Alfândega de Santos, que os



encaminhou ao Auditor-Fiscal lotado no recinto alfandegado em que a carga estava armazenada, à espera da conferência e posterior embarque.

O servidor responsável pela conferência, como não poderia deixar de ser, não se deixou seduzir pelo histórico de retidão da empresa exportadora e determinou a abertura de todas as doze unidades de carga e seus respectivos volumes.

E foi na abertura do sexto ou sétimo contêiner (ninguém se recorda ao certo) que a surpresa saltou.

Literalmente!

Driblando as mãos - e os pensamentos - das pessoas que ali estavam, uma cadelinha de cor preta e raça mestiça saiu de dentro do contêiner, tão logo aberto, e disparou sem rumo, mesmo porque a coitadinha não tinha a mínima noção de onde estava e do que estava acontecendo...

...

Mês de junho é mês de festa!

As festas de Santo Antônio, São João e São Pedro esquentam noites, corações e gargantas.

O céu fica colorido e o silêncio se esconde, à noite.

Se por um lado o povo se diverte, por outro, a criação padece.

Quem tem animal de estimação, principalmente cachorro, sabe que esse período de bombas e rojões é angustiante.

E foi tentando não sucumbir à angústia que o barulho desordenado de fogos de artifício de uma festa junina do interior bandeirante lhe causava que, na noite de 28 de junho, “bolinha” se refugiou no primeiro abrigo pretensamente seguro que encontrou.

Mal sabia que, para escapar à angústia, abraçava-se à morte.



Na madrugada vizinha, todos os doze contêineres seriam lacrados, carregados e enviados ao Porto de Santos.

Com um pequeno, involuntário e, principalmente, assustadíssimo acréscimo.

Com pouco ar, minúsculos feixes de luz, sem uma gota d'água e nenhum tipo de comida, as previsões não eram das melhores.

Mas, afinal, como morrem os cachorros?

De velhice, de doenças incuráveis, atropelados, em alguns infelizes casos, de maus-tratos, suponho...

Não creio que exista estatística a respeito, mas, se houver, seguramente não consta no rol de causas a morte por “refugiar-se inadvertidamente em um contêiner de exportação destinado ao outro lado do mundo”.

Ainda assim, e pelo que se lerá, rotular essa pobre cadelinha de azarada é, creiam-me, no mínimo precoce!

Não me atrevo a escrever que esta seja a primeira vez que isso acontece.

Tampouco sentencio que será a última.

Mas o final diferente parece-me justificar o seu registro.

Como já escrevi antes, a cadela saltou do contêiner ao primeiro sinal de liberdade.

Instinto e alívio puros.

Afinal, ainda que não apraze imaginar, foram nada mais nada menos que oito dias enclausurada em paredes de lata, suportando temperaturas polares (de noite) e africanas (de dia), com privação total.

Se a paisagem do cais não é lá das melhores, a seus combalidos olhinhos tornara-se a oitava maravilha do mundo.



Afinal, dizem que do inferno é que se vê o paraíso.

Isso deve valer para cachorros, também.

Um triste e adicional registro: algumas caixas de papelão que se encontravam dentro do contêiner e que embalavam partes e peças da máquina foram encontradas unhas, roídas, e, presume-se, engolidas.

Fome, raiva, desespero?

Não importa.

“Bolinha” tinha esse direito...

A sequência que se seguiu foi bastante racional e comovente!

Uma funcionária do recinto alfandegado, bastante comovida, doou seu almoço para “bolinha” que, assaz debilitada, mal conseguia comer.

Decidiu levá-la, então, à uma clínica veterinária, onde foram ministrados “primeiros-socorros”.

Naquele mesmo dia, por compaixão, levou-a consigo para casa.

Ainda existem pessoas assim!

Entrementes, para desencargo de consciência, foi feito breve contato com as instalações do estabelecimento exportador e, para igual surpresa, ali se instalara, também, a tristeza coletiva, uma vez que “bolinha” (soube-se de seu apelido e de sua má-ventura somente neste momento) havia desaparecido e levado consigo parte da alegria daquele galpão de fábrica.

O seu proprietário pediu, então, encarecidamente, que cuidassem da cadelinha uma vez que ele, incontinenti, pediria a seu motorista que viesse “resgatá-la”.

No outro dia, com um sorriso de gratidão estampado no rosto, de motorista particular e “limousine” para cachorros, “bolinha”, mesmo com a silhueta distante daquela que lhe rendeu o apelido, retornou feliz da vida ao seu antigo lar.



Assim foi que a cadeia “bolinha” acrescentou nova vida àquela que, não fosse o Siscomex (divinamente manipulado, na minha opinião...) em breve, deixaria de existir.

E a Receita Federal do Brasil anexou mais um quilate à sua massa de excelentes serviços prestados à sociedade!



A freira

Cláudia Fleig Mayer
SRRF/10RF

Ingressou na RFB em 14/09/1992, Iniciou a carreira no Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre, onde permaneceu por 12 anos e passou pelos setores de Exportação, Bagagem (Bancada) e Importação. Trabalhou um período na Seção de Tecnologia da IRF/Porto Alegre, da qual foi chefe substituta. Desde 2009 está na Divisão de Tecnologia da SRRF10.

Por um período, fui responsável pelo desembarque simplificado de cargas de importação. Nesta categoria entram amostras, animais vivos e bagagem desacompanhada, entre outros. No caso da bagagem, o próprio interessado costuma comparecer ao terminal de carga para acompanhar os procedimentos.

Era uma tarde tranquila. Eis que surge uma freira, querendo desembaraçar a bagagem de um padre, seu conhecido.

Mas não se tratava de uma freira qualquer. Sua estatura, sozinha, já chamava a atenção: tinha pelo menos 1,90 de altura. Não vestia hábito simples, nem estava à paisana. Usava um hábito elaborado, e na cabeça tinha um chapéu extravagante, com pontas viradas para cima. Só tinha visto algo parecido em fotos de um seriado antigo, “A Noviça Voadora”.



Por força do cargo, meu colega de sala e eu estávamos habituados a manter o rosto sério mesmo em situações estapafúrdias. Como diria minha filha: “poker face”.

Enquanto eu digitava os dados da declaração, a freira foi contando sua vida. O convento, os estudos em Roma, a família, as razões de estar prestando aquele favor para o proprietário da bagagem, e por aí vai.

Fomos abrir as malas para verificação física e ela seguiu contando histórias.

Voltamos à sala para o registro de desembarço, e ela ainda tinha assunto.

Após tantas informações, um detalhe me intrigava. Antes que partisse, não resisti em perguntar:

- Irmã, a senhora não disse que fazia parte da ordem das Clarissas?
- Sim, sou Clarissa.
- Clarissas não costumam fazer voto de silêncio?
- Sim, a gente faz.
- Para quem fez voto de silêncio, a senhora é muito comunicativa!

Neste instante, o colega saiu bruscamente da sala. Pensei que tinha sido chamado por alguém lá fora. Só depois da saída da freira, retornou dizendo ter saído para gargalhar em paz, evitando vexame...



Arma de brinquedo, não é brinquedo!

Juarez Machado
CAC - Curitiba/PR

Redistribuído da Secretaria da Receita Previdenciária em 02/05/2007 com a criação da RFB, atua no atendimento a órgãos públicos.

Estive a trabalho na Ponte Internacional da Amizade – PIA, em Foz do Iguaçu, nos dias 15/04 a 01/05/2012, onde participei da Operação Fronteira Blindada e em um desses dias fui surpreendido por uma situação inesperada.

Era uma tarde de trabalho igual as outras ,com movimento intenso de pedestres, ônibus, motos e demais veículos, enfim, um dia típico de fronteira com o vai e vem intenso. Aproximava se um senhor aparentemente tranquilo , com a tradicional sacola paraguaia, toda listrada, cujo interior trazia um dos famosos cobertores paraguaios, que, aliás, durante todos os dias em que trabalhei na PIA foi a mercadoria mais comprada pelos brasileiros. Alguns desrespeitando o limite estabelecido, principalmente nos ônibus de excursão que eram na sua maioria da região sul do Brasil, traziam tantos cobertores que chegavam a ocupar todos os espaços possíveis nos ônibus, o que extrapolava o limite acabava retido na PIA.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Então, voltemos àquele senhor da sacola paraguaia listrada. No interior da sacola como relatei anteriormente, havia um cobertor, debaixo deste estavam também outras mercadorias, por minha sorte, ou por sorte de até mais pessoas e para minha surpresa, junto com as demais mercadorias localizei uma arma. Era uma pistola automática, de brinquedo, é claro, mas era uma réplica autêntica da verdadeira. A semelhança dessa arma de brinquedo é tão grande com a arma verdadeira que me deu medo de tocá-la. Houve reação por parte daquele senhor, que imediatamente disse que era brinquedo para seu filho. Reagi de imediato dizendo que se tratava de apologia à violência, e que dessa forma estaria ele contribuindo para incentivar as crianças com brincadeiras violentas. Retive a arma, sendo esta separada para incineração.

É salutar aos pais, reverem seus conceitos na aquisição de brinquedos aos filhos, já não basta tanta violência em nosso dia a dia. Por que não resgatar brinquedos e brincadeiras que compuseram o cenário da infância dos pais?! Além da valorização da cultura, é uma forma de aproximação entre pais e filhos, seja na construção do brinquedo e no brincar juntos. Pois em uma sociedade capitalista, o que prevalece é o ter cada vez mais, para que gestos simples como brincadeiras tradicionais não se percam com o passar do tempo .

Conforme relatado, foi minha sorte e até de mais pessoas ter encontrado a arma. Pelo fato de um dia desses ao assistir a um telejornal, me deparei com a notícia de um sequestro ocorrido em Florianópolis em que a vítima havia sido levada a Curitiba. Houve a captura do marginal e o noticiado foi que a arma utilizada no crime era uma arma de brinquedo. A imagem da arma mostrada na reportagem comprovou, de fato, a semelhança com a pistola que fiz a apreensão na PIA. Diante disso, afirmo que, arma de brinquedo não é brinquedo.



Aventuras na ponte da amizade

Leila Fabiana Bertó

DEINF - 08RF

Ingressou na RFB em junho de 2006, Analista Tributário. Trabalhou 01 ano no CAC; 3 anos e meio na SACAT/DRF/Ponta Grossa/PR. Em junho de 2010 tomou posse no cargo de Auditor-Fiscal, Inspetora Substituta da IRF/Pacaraima/RR. Em janeiro de 2012, removida para DRF/Foz do Iguaçu. Em abril de 2012 fez permuta para DIORT/DEINF.

Quem afirma que a Receita Federal é um lugar pacato para se trabalhar, com certeza nunca passou uma temporada de aventura na Ponte Internacional da Amizade – a PIA, como é conhecida pelos lá lotados.

Eram os idos de 2006, e eu estava muito feliz por ter passado no concurso de Analista Tributário. Já havia se passado 3 meses de CAC e o convite para prestar reforço na PIA por quinze dias foi encarado como um prêmio:

- Puxa, uma viagem a trabalho! A primeira... que legal! E para Foz do Iguaçu, onde minha irmã, recém Analista, e minha sobrinha também estavam morando!

Chegando lá, as coisas não se mostraram tão fáceis assim: a ponte era a velha (feia e suja); o trabalho, perigoso (os colegas eram alvo da ira dos



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

traficantes e sacoleiros da região); e o regime de trabalho, um pouco mais puxado do que eu havia imaginado (6 horas por dia, de segunda a sábado); mas não tinha problema, pois o pessoal era muito bacana e a minha vontade de começar a trabalhar era enorme!

A primeira pessoa fiscalizada foi uma moça de uns 40 anos com uma criança de 3 ou 4 anos a tiracolo e uma mala com 60 vidros de perfume:

- Por favor, dona fiscal! É a primeira vez que passo aqui! Eu não sabia! Gastei tudo que tinha nesses perfumes! Não são para mim! Vou vender porque estou desempregada! Minha filhinha tá passando fome! Etc, etc..

Resultado: ela foi chorando para casa, e eu, chorando, para o banheiro!

Mas a vida e o trabalho continuam... e eu continuei. (Devia ter ouvido o conselho de um colega mais velho, vindo de Recife para o reforço: “mocinha, vá para a “sala-DARF”, você não tem perfil para trabalhar na pista!)

Mas eu insisti: tinha, tinha e tinha perfil para estar lá... foi só um incidente chato de início!

Bem, próximo sacoleiro, digo, turista... estrangeiro, idade indefinida, nacionalidade idem... passaporte esquisito... árabe, iraniano, afegão... algo assim! Pior que ele não falava nem português, nem inglês, nem alemão...então a gente não tava se entendendo... O que eu entendi bem foram os números que vinham com ele: 507 cabos USB, 653 capinhas de celular e 108 baterias também para celular... 3 sacolas cheias.

Após tentativa frustrada de preenchimento do termo de apreensão de mercadorias (ele não sabia o nome dele, nem a data de nascimento, só tinha um ano no passaporte, 1978, em meio a muitas letrinhas esquisitas - não sei bem se eram letrinhas ou palavrinhas... uns sinais persas, árabes, sei lá!) Enfim, ele teimava que tinha nascido em “ 1 do 9 de 78”.... por causa do ano escrito 1978.

Eu só tinha uma certeza: ele não tinha a mesma idade que eu nem aqui nem na China!!! E rumo à Polícia Federal... Lá descobri que o sujeito não podia nem



entrar no Brasil, quanto mais trazer mercadorias em descaminho com destinação comercial! ...e por isso mandei ele de volta para o Paraguai! Só que ele não queria sair sem as mercadorias dele!

E enquanto eu estava ali, naquele impasse, outro incidente acontecia: muitas pessoas gritavam, se empurrando. Foi por isso que os dois vigias que faziam a segurança se afastaram: é que, do meio da multidão, havia surgido um senhor, cambaleando, ensanguentado... havia sido assaltado na Ponte e veio até ali pedir socorro.

Aproveitando-se do momento propício da ausência dos vigias, o estrangeiro árabe, persa, só-deus-sabe-o-que, agarrou o canivete que eu usava para abrir embalagens e tentou me “convencer” a devolver suas mercadorias, já etiquetadas e numeradas, com termo preenchido. Tudo porque eu disse que era impossível ele reaver suas mercadorias! Incrível como a única palavra que ele entendeu do diálogo todo foi justamente essa: “impossível”! Ele só resolveu me deixar em paz quando a arma de um policial federal foi gentilmente apontada para a cabeça dele.

Após esse incidente, resolvi seguir o conselho daquele colega e segui para a sala DARF!

Passado o susto, lá estava eu novamente, só que agora organizando a fila para preenchimento da Declaração de Importação e apresentação do DARF pago. Estava chamando a centésima pessoa, quando uma velhinha, de uns cento e poucos anos, saltou da multidão e veio “fazer sua prece”! Que situação constrangedora: eu no meio de quinhentos olhares atentos e 2 mãos sobre a minha cabeça, me abençoando e pedindo piedade dos sacoleiros, etc, etc, amém!

Jesus!!! Me senti a usurpadora coletora de impostos descrita na bíblia!

E nisso, o final do expediente chegou... Muito bom para um primeiro dia de trabalho!!!! Confesso que foi o dia mais agitado dos quinze que passei ali! A acrescentar só que a fiscalizada lá do início desta história, aquela dos 60



perfumes, lembram? Pois é, ela foi vista novamente, dessa vez com 100 vidros de perfume, fiscalizada por outro colega a azarada! E jurando nunca ter passado por ali antes... Bem, quem já não derramou lágrimas em vão que atire a primeira pedra!

Ah, esse dia me fez lembrar de junho de 2010, quando passei no concurso para Auditor Fiscal e parti para uma nova aventura, nas longínquas fronteiras do Brasil com a república bolivariana de Hugo Cháves... bem, mas essa já é uma outra história!



Avisa o formigueiro, vem aí tamanduá!

Albino Dalla Vecchia

DRF - Blumenau/SC

Auditor-Fiscal desde junho de 1993, ex-Receita Previdenciária, sempre trabalhou no serviço externo. Trabalha na DRF/Blumenau/SC.

A Fiscalização do Trabalho montou uma operação em conjunto com a Receita Previdenciária no final dos anos 90 para reprimir a mão de obra sem registro e as condições de trabalho em que viviam os trabalhadores da construção civil na cidade de Itapema.

Dezenas de obras foram visitadas por cerca de 25 equipes, que incluía, ao menos, um auditor de cada Órgão Federal. Todos os prédios em construção eram vistoriados.

Encontramos de tudo que é possível imaginar: falta de higiene, cozinhas impróprias, entulhos no meio da obra, gaiolas elétricas, alojamentos sem condições e algumas centenas de trabalhadores sem registro em carteira.

Alguns fatos merecem destaque, como o casal em lua de mel, num desses prédios ainda na fase de colocação de tijolos. O casal montou o seu ninho de



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

amor em plena obra em andamento. Expunha, ali, o seu relacionamento, pouco se importando com a presença da vizinhança. Exposto no corredor o varal com toalhas, biquínis. Calcinhas exóticas retratavam o cenário de amor.

No quarto trancado à corrente, a jovem explicou que morava ali com o seu amado. Encontraram-se num baile de fim de semana. E nesse ambiente eles montaram o seu estilo de vida que durasse ao menos até o fim da obra ou “...infinito enquanto dure!”.

Os dias foram passando e a cidade vivia o burburinho da “fiscalização pegando”. Os empreiteiros dificultando o nosso trabalho e nós de olho nos gatos.

Estrategicamente, por exemplo, os peões passaram a atender pelo mesmo nome: de alguém que estava registrado. Na obra de vinte trabalhadores, oito estavam registrados e os outros doze tentavam se passar pelo nome de um dos oito. Como estavam espalhados por diversos andares, às vezes funcionava.

Desmontado o esquema, intimávamos o mestre de obras a reunir a “peonada” e identificar quem era quem no formigueiro.

Num prédio vizinho ao mar, em pleno movimento construtivo, intrigou-nos o fato de encontrar poucos trabalhadores e muita bagunça nos corredores. Estranho!

Na cobertura de uma obra, parado por alguns minutos, contemplava a orla marítima. Verão fervilhando, marzão azul, “solzão!” Ganhando as alturas, pensamento voando: “que estou fazendo aqui?”

E ali, no silêncio, o vento me levava à poesia de Jairo Possi (da Faculdade) “ah! esse vento que te desmancha os cabelos, que te levanta o vestido, que te arrasta de encontro aos meus maus pensamentos.” Loucura: tão perto e tão distante!

De algum lugar indefinido se ouvia cochicho. Nós na laje... de repente, uma caixa d'água, de amianto, tipo 1000 litros, postada num canto



despercebidamente inerte, levanta a tampa numa pequena fresta e alguém grita para o infinito: Jurandi, podemos sair daqui?

Vários peões, sem registro, aguardavam, a pedido do mestre de obras, a nossa retirada para voltar ao trabalho.



Brinquedinho

Cláudia Fleig Mayer
SRRF/10RF

Ingressou na RFB em 14/09/1992, Iniciou a carreira no Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre, onde permaneceu por 12 anos e passou pelos setores de Exportação, Bagagem (Bancada) e Importação. Trabalhou um período na Seção de Tecnologia da IRF/Porto Alegre, da qual foi chefe substituta. Desde 2009 está na Divisão de Tecnologia da SRRF10.

No desembarque internacional do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, não há “luzinha” para sortear quem deve abrir a mala para inspeção. A escolha é feita pelo supervisor do plantão.

O curioso é onde funciona o sorteio luminoso, não há discussão. Ninguém bate boca com a luz vermelha para não abrir sua mala, mas alguns passageiros não se acanham em discutir com o fiscal supervisor. Em geral, isso só aumenta a curiosidade em relação ao conteúdo da bagagem.

Estava passando um voo da Argentina. Os passageiros não costumam fazer muitas compras por lá, mas há vezes em que tentam ingressar no país com itens não permitidos pelo controle sanitário do Ministério da Agricultura, como queijo ou doce de leite. E mesmo que ninguém comprasse nada, é preciso inspecionar um percentual da bagagem para manter a percepção de risco.



Aleatoriamente, selecionei um casal de meia idade. Aparentemente pacato, o casal insurgiu-se contra a ordem recebida. Não queriam mostrar o conteúdo da mala de jeito nenhum.

Mas aí mesmo é que iriam mostrar!

Segui atendendo o voo, esquecendo momentaneamente dos dois.

Mais tarde, a colega responsável pelo exame veio contar as verdadeiras razões para a recusa. Razões bem diversas do usual. Razões nada aduaneiras!

A senhora tinha se aproximado, constrangida e ruborizada, dizendo trazer um brinquedinho sexual. Aberta a mala, a colega havia verificado tratarse, na verdade, de brinquedo de bom tamanho.

O marido acompanhou a inspeção totalmente emudecido.

Ao final, a esposa ainda comentou:

- A gente nunca sabe quando vai precisar, né?



Carroça na frente dos bois

Eloi Luiz Winkelmann
ARF- Marechal Cândido Rondon-PR

Ingressou na RFB em 06/02/1986, 1º concurso do atual cargo de ATRFB, trabalhou em diversos setores, principalmente no combate ao contrabando e narcotráfico, atualmente está na chefia da ARF/MCN de Marechal Cândido Rondon/PR.

Estávamos eu e a equipe de repressão trabalhando no Barracão Bom Jesus, localizado entre Foz do Iguaçu e Medianeira, em trabalho de combate ao contrabando e narcotráfico. Em rodízio com o colega Egidio era feita a vistoria em ônibus de linha regular, onde era encontrado, quase que semanalmente, algum tipo de droga. Tínhamos uma disputa saudável para ver quem apreendia mais, como já fazia quase um mês sem apreensão de droga - talvez por ser entressafra ou outro motivo qualquer - e como o colega Egidio estava na função nesse período, fiz uma brincadeira com ele: estava passando no local de fiscalização um ônibus da Princesa dos Campos que fazia linha Foz do Iguaçu-Guarapuava. Falei para ele que ele era pé frio e que eu iria encontrar droga no referido ônibus e fiz sinal para que o veículo parasse. Entrei no coletivo e já no terceiro banco estava um sujeito todo assustado. Fiz uma breve entrevista com ele, perguntei coisas como: de onde vinha, para onde ia, onde estava a bagagem



dele, o que fazia, entre outras. O camarada se enrolou todo. Pedi para que descesse comigo para uma investigação mais aprofundada - até então não tínhamos encontrado nada - mas como já tinha experiência de muitos anos no trabalho, eu tinha convicção que o investigado era traficante. Falei para o meu parceiro que ele poderia entrar no ônibus para procurar a droga que o dono já estaria identificado. Meio sem entender, a vistoria foi feita por ele e foi encontrado em torno de 20 kg de maconha entre os bancos do coletivo. Com a confissão do passageiro selecionado, fizemos a apreensão e encaminhamos o agora preso e a droga para a Polícia Civil local para os procedimentos cabíveis ao caso.



Céu ou inferno

Jorge Aníbal David

DRJ - Campo Grande/MS

Ingressou na RFB em 12 de maio de 1978. Foi Chefe de Divisão/Seção Fiscalização DRF/Campo Grande/MS de 23/06/1978 a 26/01/1993. Delegado da RFB em Campo Grande/MS de 26/01/1993 a 23/10/2000. Chefe do Escor/8ºRF de agosto de 2003 a agosto de 2005. Atualmente julgador DRJ/Campo Grande/MS.

Tempos atrás, ficamos de plantão no último dia do prazo de entrega das declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, nas unidades da Receita Federal, para orientações e recepção dos formulários e disquetes. Nesse dia extenuante de trabalho, na DRF – Campo Grande – MS, em torno das 20:00 horas, quando as secretárias do gabinete que não tinham incumbência das tarefas relativas às declarações já haviam se retirado para suas casas, tocou o telefone do gabinete, e, na condição de delegado e única pessoa que se encontrava no gabinete naquele momento, atendi ao telefone. Antes de qualquer palavra minha para identificar a Receita Federal, o interlocutor apressado, disse :

- Gostaria de falar com o pastor Paulo.
- Educadamente, respondi: o senhor enganou-se. Este telefone é da Receita Federal.



A pessoa que ligara, pensando obviamente ter ligado para alguma igreja, surpreendida com o destino de sua ligação, parou por alguns segundos e em seguida soltou um palavrão “p....! m....!” liguei para o céu e caiu no inferno. E em seguida desligou.

Naquele momento, acometido de raiva pela brincadeira do interlocutor, a vontade era de morder o telefone, mas, posteriormente, analisando a presença de espírito do “fiel”, achei muita graça, pois, para a maioria das pessoas o lugar que trata de cobrança de impostos e contribuições sociais é o próprio inferno.



Cigarros contrafeitos

Jorge Aníbal David
DRJ - Campo Grande/MS

Ingressou na RFB em 12 de maio de 1978. Foi Chefe de Divisão/Seção Fiscalização DRF/Campo Grande/MS de 23/06/1978 a 26/01/1993. Delegado da RFB em Campo Grande/MS de 26/01/1993 a 23/10/2000. Chefe do Escor/8^oRF de agosto de 2003 a agosto de 2005. Atualmente julgador DRJ/Campo Grande/MS.

Ao assumir a DRF Campo Grande – MS, em 1993, dentre os desafios encontrados, estava o problema dos cigarros apreendidos em grande quantidade e que causavam transtornos tanto no depósito de mercadorias apreendidas quanto nas Agências e Inspetorias que recebiam as mercadorias das autoridades que efetuavam as apreensões, dentre elas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e outras eventuais.

Cabe ressaltar que nessa época a legislação não permitia a destruição dos cigarros antes do trânsito em julgado do processo, o que demandava muito tempo ocupando espaço no depósito e até nas unidades jurisdicionadas.

Tomamos a decisão de solicitar do órgão da saúde estadual conveniada com o Ministério da Saúde para analisar os cigarros apreendidos que não



tinham prazo de validade e em sua maioria eram cigarros contrafeitos e não de produção da indústria brasileira.

Nessas condições o órgão da saúde expedia os laudos após a análise dessas mercadorias, determinando por questões de saúde a destruição dos cigarros, pela impossibilidade de serem alienados sem prazo de validade e sem adentrar a questão da falsidade que envolveria também outros órgãos, mas que, saltava aos olhos a falsificação muitas das vezes grosseira.

Dessa forma resolvemos o problema de espaço e administração desses produtos, pois, na medida em que os cigarros eram apreendidos e avaliados pelo órgão de saúde com laudo determinando sua destruição, estes eram imediatamente destruídos.

Tínhamos notícia de que o depósito de mercadorias apreendidas em Foz do Iguaçu, nessa época, estava inviabilizado em razão de uma ação civil pública, movida pelo Ministério Público Federal, com liminar concedida pela Justiça Federal que impedia a destruição desses cigarros, entendendo essas autoridades que era um patrimônio de grande valor econômico de propriedade da União e que após a decisão de perdimento deveriam ser exportados em vez de serem destruídos.

Na ocasião, fomos visitados pelo Procurador chefe da Procuradoria da República, em Campo Grande, querendo saber mais detalhes a respeito do assunto, pois, a exemplo de Foz do Iguaçu, iria também providenciar a ação civil pública com o objetivo de impedir a destruição desses bens de “alto valor”.

Informamos então ao Procurador que em primeiro lugar o valor do patrimônio que a princípio parecia tão grande, não representava tanto, considerando que o valor de venda desses produtos envolvia aproximadamente 75% de impostos e o valor efetivo do produto sem esses impostos era de aproximadamente 25%. Em segundo lugar a falta de prazo de validade dos produtos impedia sua venda tanto no mercado interno, quanto



externo. Em terceiro, o fato de que em sua grande maioria eram cigarros contrafeitos e não de produção das indústrias de cigarros do Brasil.

Após essas informações o Procurador deu-se por satisfeito e desistiu da ação.



Com humor (laranja)!!!

Sidney Vaz Duarte
DRF - Uberlândia/MG

Ingressou na RFB em 03/02/1993, como TTN, em 1995 saiu para ser Fiscal da Fazenda Estadual de Minas Gerais e retornou como Auditor em agosto de 1999. No primeiro ano de retorno foi Chefe de CAC por um ano e atualmente trabalha na SAFIS.

Estávamos eu e um outro colega auditor encarregados de fiscalizar um cartório de uma cidadezinha de nossa jurisdição. O titular estava envolvido em denúncias junto ao Ministério Público, fato esse que ensejou a propositura de demanda requisitória para instaurar aquele procedimento fiscal.

O oficial do cartório, desde a ciência do procedimento fiscal, se mostrou bastante simpático, falante. Sua filha, que também trabalhava no cartório, a princípio bastante séria e circunspecta, passou a nos atender com toda a presteza.

No dia seguinte ao início da diligência, o oficial dava a conotação em sua conduta de que éramos amigos íntimos de longa data, trouxe um agradável café e pediu para a filha, desta vez, sensualmente vestida, para nos servir e ficar à disposição para nos atender em tudo que precisássemos. O interessante é que a



menina cujo look não tinha chamado a atenção no primeiro momento, agora estava em destaque, impossível não olhar.

O oficial do cartório se sentiu tão à vontade, que começou, inclusive, a mostrar pedras extraídas do garimpo e a explicar como se dava o processo de extração dos minérios. Não tardou e surgiu o convite para almoçar em sua casa, convite esse que prontamente e educadamente foi recusado.

Eu, como bom representante da modalidade masculina, que não consegue trabalhar na sistemática de multitarefa, ou seja, fazer mais de uma coisa (bem feita) ao mesmo tempo, estava incomodado com tanta conversa em meio a tantos documentos que não foram declarados. Afinal, o cartório estava omisso na entrega da DOI – Declaração de Operações Imobiliárias, a cada operação deveria ser aplicada a alíquota para apuração da multa.

Enquanto eu garimpava esses documentos, e tentava me concentrar no trabalho, sentia um desconforto com o cenário cujos assuntos variavam e tomavam corpo.

De repente, o oficial fica de pé próximo à porta de entrada e diz: - Daqui a pouco o fulano de tal deve passar por aqui! Vocês o conhecem? Ele é o doidinho que trabalha na Prefeitura, decora todas as placas de carro e faz as contas mais difíceis, rápido e de cabeça. Ele apareceu na televisão, vocês devem tê-lo visto. Como o carro de vocês é diferente na cidade, é possível que daqui a pouco ele esteja aqui.

Meu colega fala: Sério! Não acredito!!!

Então, ele diz: - Fulano você tem alguma conta para ele fazer para você?

- Tenho sim. 11.532.942 + 14.003.179 (risos).

O oficial sorri e diz:

- Essa conta é moleza para ele? O oficial, incomodado com a minha indiferença em relação a conversa, ou à minha tentativa de concentração,



pergunta: - E você Sidney, não tem nenhuma conta para ele fazer rapidamente?

Respondi na ponta da língua e com ironia:- Tenho sim. Como o volume de operações é grande e a cada tipo cabe uma alíquota para apuração, pergunto:

- Será que ele conseguiria calcular o valor do seu auto de infração?

Não sei se ele ensaiou um sorriso, mas com certeza de amarelo passou a laranja.



Como encontrei a R.A.I.S.

Mara Rúbia Alves Correia

DRF - João Pessoa/PB

Ingressou na RFB em maio/2007, oriunda da junção da SRP/SRF. Originária da ex-IAPAS onde entrou como Agente Administrativo, depois passando à Administradora/NS e finalmente à Fiscal de Contribuições Previdenciárias. Exerceu várias atividades, dentre elas, membro da equipe nacional do INFORMAR, Chefe da Seção de Planejamento da Delegacia da Receita Previdenciária em João Pessoa, Assessora do Departamento de Informações Estratégicas da SRP e atualmente Delegada Adjunta da Delegacia da RFB em João Pessoa.

E mais uma vez, lá fomos à cata dos contribuintes que há muito tempo não eram visitados. Os períodos a serem fiscalizados giravam em torno de dez anos e, para efetivarmos o trabalho, saímos aos pares, nas famosas “juntas fiscais”.

Destino: duas cidades das quais nunca tínhamos ouvido falar e que se escondem no Cariri Paraibano. Tais lugares são limítrofes com Pernambuco, que à época, era governado por Miguel Arraes. Entramos em contato telefônico com o representante do Município avisando da nossa chegada e em seguida nos dirigimos à estação Rodoviária quando tivemos a alvissareira notícia de que o ônibus nos deixaria numa localidade próxima, uma vez que não existia linha regular para aquelas cidades.



Mas, movidas pelo sabor da aventura, na ânsia de conhecermos aquelas paragens, de termos contato como o povo sabidamente sofrido de uma região muito árida, fomos adiante sem pensarmos no que seria o passo seguinte. Na nossa pequena bagagem, além do estritamente necessário, ia a consciência da tarefa a ser cumprida. De acordo com o previsto, o ônibus parou após 3 horas de viagem, indicando que ali deveríamos descer. Olhamos em torno e começamos a ficar apreensivas. Dia de feira local, muita gente, a maior balbúrdia e nós de bagagem nas mãos saímos em busca de informações de como chegar ao nosso destino. Os interioranos são muito prestativos e já estávamos com um garoto segurando nossas valises mandando que o seguíssemos, pois já ia sair a única lotação e caso não a alcançássemos, só no dia seguinte.

Quando ele nos apresentou ao motorista, este logo perguntou:

“As madames são da capital?”. Ao respondermos afirmativamente, ele em voz baixa (estávamos junto aos demais passageiros) nos convidou a entrar na “lotação” (que não era mais do que um veículo tipo Jeep). Ao sentarmos, o motorista deu partida e nós estranhamos, pois havia outras pessoas que ele não mandara subir. Mas logo esclareceu:

Ainda vou abastecer, mas mandei que entrassem logo para poderem ficar no banco da frente que é o melhor. Agradecemos sua atenção e só quando todos tomaram seus lugares foi que entendemos: misturadas com as pessoas, iam também suas feiras e até um pequeno porco nos fazia companhia.

A estrada era muito precária, com muita poeira, buracos, um total desconforto, apesar do “banco da frente”. Sem contar com a algazarra dos demais passageiros falando ao mesmo tempo e gesticulando muito. Observávamos e curtíamos a proximidade com pessoas tão diferentes das que estávamos acostumadas a lidar.

O sol já se punha no horizonte quando finalmente desembarcamos na Prefeitura. Fomos recebidas efusivamente por um senhor, do tipo bonachão, que se identificou como Prefeito. Após as apresentações perguntamos para onde deveríamos nos dirigir para obtermos hospedagem, ao que “Seu Zezé”



(como era conhecido) nos informou que a cidade era muito pobre e não dispunha de hoteis ou similares, porém não devíamos nos preocupar porque a casa dele já tinha sido estruturada para receber os visitantes e que lá se encontravam, no momento, o doutor e a professora que eram da cidade vizinha.

Podíamos comparar a casa do “Seu Zezé” com a casa grande de uma fazenda, com seus ambientes enormes e seus móveis pesados. Ele era dono de um carisma impressionante. Impunha respeito e domínio aos habitantes da cidade, como se esses fossem os moradores de sua fazenda. À hora do jantar, fizemos parte de uma grande mesa onde o casal anfitrião ocupava as cabeceiras e nós outros enormes bancos que a ladeavam. Apesar do grande cansaço, aceitamos o convite para sentarmos depois do jantar à calçada, à espera da brisa gostosa que invade a região à noite. E foram chegando outras pessoas da vizinhança para, numa grande roda, contarem seus causos.

Na manhã seguinte fomos levados à prefeitura onde nos esperavam dois funcionários designados para nos auxiliarem. E após dois dias de trabalho ininterruptos, quase 10 horas da noite, exaustos e com poeira em todos os poros, nossos companheiros de labuta sonolentos, virei-me para o rapazinho e disse:

Vá buscar a R.A.I.S.

Prontamente ele levantou-se, saiu da sala e passados alguns minutos, voltou com “Seu Zezé” a tiracolo.

Pois não, doutora. O que está acontecendo?

Tudo bem, estamos terminando o trabalho e pedi ao Luiz que trouxesse a RAIS, para concluirmos.

E para nosso espanto, o Prefeito olhou para seu auxiliar e esbravejou:

Êta! Quanta ignorância... Este louco foi me procurar às pressas dizendo que a senhora estava procurando o governador de Pernambuco, Dr. Miguel Arraes.



Contribuinte do Futuro

Fátima Regina Moreira Castro de Souza

ARF - Bebedouro/SP

Ingressou na RFB em 07/02/1977, desempenha atividades de atendimento ao público, telefônico e comprotdoc.

Um dia desses, visitando o sítio da Câmara dos Deputados, li sobre o Plenarinho: o jeito criança de ser cidadão. Isso me fez lembrar de um projeto da Receita Federal, dos anos 80, chamado "Contribuinte do Futuro".

O projeto se tratava de um trabalho desenvolvido em parceria com as escolas do município, no qual os alunos tinham que elaborar uma redação relacionada ao tema do projeto.

Os melhores trabalhos foram selecionados pelos professores encaminhados para a Agência da Receita Federal, onde passaram por uma nova seleção, executada por um agente.

Em um evento organizado nas escolas, os vencedores receberam como prêmio uma caderneta de poupança, oferecida por empresas da iniciativa privada.

Foi emocionante quando, passados alguns anos, atendemos um contribuinte já adulto que se identificou como sendo uma daquelas crianças que participaram do projeto.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Coronel Pacheco

Marcelo Márcio de Oliveira

DRF - Cascavel/PR

Ingressou como Técnico do Tesouro Nacional em 2 de janeiro de 1993 lotado na SATEC da DRF/Cascavel onde permanece exercendo a chefia desde 1999.

Era uma operação de repressão ao contrabando e descaminho. A base de operações estava localizada no posto da Polícia Rodoviária Federal, em Céu Azul, distante 50 km de nossa delegacia, em Cascavel/PR.

Nossa equipe contava com dez servidores coordenados pelo colega Antônio Cristino Lopes. Toninho, como era chamado por todos, era o responsável pelas atividades de repressão naquele tempo em que, apesar do intenso movimento de ônibus de sacoleiros na BR-277, nossa delegacia não contava com uma seção aduaneira. Apesar de grande e corpulento, Toninho é uma pessoa gentil e afável. Firme quando necessário, rude jamais.

Naquela ocasião a operação era realizada com o apoio logístico do exército. Um efetivo de 50 homens comandados pelo Coronel Pacheco, homem severo e que demonstrava comandar sua tropa com rigor.



A operação transcorreu dentro da normalidade esperada. Bagagens revistadas, mercadorias apreendidas, choros, lamentações. Depois de mais ou menos oito horas de trabalho, a madrugada avançava e estávamos exaustos. Como éramos todos voluntários, vinhamos de um expediente completo na repartição direto para a estrada. Determinado o encerramento das tarefas, recolhemos nossos materiais e o exército agrupou sua tropa.

Seguimos em comboio para Cascavel. Toninho foi à frente em carro oficial, seguido pelo nosso caminhão carregado com as mercadorias apreendidas. Nós vinhamos atrás em uma caminhonete, seguidos por dois caminhões do exército e a viatura do Coronel Pacheco.

A viagem transcorria e começamos a relaxar à medida que a tensão da operação se esvanecia e o cansaço começava a pesar em nossos corpos. A certa altura, a viatura do Coronel acelerou e ultrapassou todos os veículos de uma só vez. Superou o comboio numa arriscada ultrapassagem sobre o carro do Toninho. Um carro que vinha em sentido contrário em alta velocidade manobrou para o acostamento evitando um acidente.

Refeito do susto, Toninho pegou o rádio da viatura e comentou com Adelmo, nosso motorista no caminhão:

- Você viu Adelmo, a manobra do Coronel ?

No que Adelmo respondeu prontamente:

- Pois é. Tá louco o homem !

Fazia muito pouco tempo que havíamos instalado rádio nas viaturas. Era uma novidade com a qual ninguém estava familiarizado.

Ao ouvir aquele diálogo peguei o fone em nossa viatura, empastei a voz e disparei:

- Fiz o que tinha que fazer !

A voz do Toninho voltou a ser ouvida. Gaguejando e tropeçando nas



palavras ele falou algo que não me lembro exatamente o que foi, mas devia ser algo como:

- Não, é que fiquei preocupado. Pensei que podia acontecer um acidente.

Sem perder tempo, acrescentei:

- Coronel Pacheco, desligo !

O rádio emudeceu e todos nós que estávamos na caminhonete caímos na risada. Falamos sem parar durante o resto da viagem. O cansaço desapareceu e o sono deu lugar à curiosidade de como encontrariam o Toninho ao fim da viagem.

Ao chegar à cidade, seguimos mais lentamente e quando chegamos à delegacia, tanto o Toninho quanto o Adelmo já tinham ido embora. Nossa curiosidade tinha que esperar. Combinamos de não contar nada a eles e sentir a “temperatura” no dia seguinte.

Naquele tempo não havia escala de trabalho ou equipes de plantão. Trabalhávamos de madrugada e seguíamos para uma nova jornada. Então, quando chegamos para o trabalho pela manhã o Toninho já estava lá. Expressão séria, semelhante carregado. Perguntado sobre o motivo de tanta preocupação ele respondeu:

- Tenho uma reunião com o Coronel Pacheco às 11 horas. Não sei como vou falar com ele depois de ontem.

Ríamos e comentávamos entre nós. A piada foi se espalhando, mas mantivemos a história até o momento em que ele suspirou, pegou sua maleta e anunciou que ia para a reunião.

Não lembro quem, como, ou o que disse. Mas alguém esclareceu o acontecido e desfez a mentira.



Foi visível o peso que saiu dos ombros dele. Ele abriu um sorriso enorme e lascou uma sonora expressão de alívio.

Rimos muito mais, agora com ele.

Trabalhei em muitas outras operações com o Toninho, mas garanto que nunca mais ouvi sua voz no rádio da viatura.



Depressão no plantão

Paulo Régis Venter
DRF - Blumenau/SC

Ingressou na RFB em 25/12/2001, na DRF/Uruguaiana, onde trabalhou no SEFIS, SECAT e SEORT. Transferiu-se para a DRF/Blumenau em 2004, onde trabalhou na SAORT, SACATE EACI (chefe). Em 2008 foi designado julgador na DRJ/Ribeirão Preto, onde permaneceu até 2011, tendo então retornado à DRF/Blumenau. Atualmente trabalha com informações judiciais, acompanhamento de decisões judiciais e elaboração de pareceres tributários para o Gabinete.

Como é cediço a nós, servidores da Receita Federal, a complexidade e a abrangência da legislação tributária federal não pode ser de toda aprendida por qualquer representante da espécie *homo sapiens*. Entretanto, não é esta a convicção dos contribuintes que se dirigem ao representante da referida espécie que está encarregado de solucionar as dúvidas por eles trazidas ao Plantão Fiscal de uma Delegacia do órgão.

Ao contrário, o contribuinte que se dirige ao Plantão Fiscal imagina que lá irá encontrar um servidor capaz de prontamente prestar-lhe assistência quanto ao questionamento que esteve insistentemente impedindo o seu merecido descanso da noite que passou. E esta convicção é inversamente proporcional à frequência do contribuinte àquele *balcão* da repartição. De forma que aquele que nunca lá esteve, por lá aporta absolutamente convencido



de que o *infeliz*, digo, o servidor de plantão, não titubeará em saciar sua palpitante dúvida.

É claro que existem alguns afortunados membros desta casta de servidores que parecem realizar esta hercúlea tarefa com a mesma satisfação que a Madre Teresa de Calcutá deveria experimentar nas suas ações sociais. Todos os louros a estes colegas! Afinal, sua competente atuação ajuda a construir a boa imagem da nossa casa perante àqueles que, de forma indireta, contribuem para o seu funcionamento.

Pois bem.

A história que me propus contar ocorreu na semana que sucedeu as comemorações natalinas do ano de 2004 (ou 2005), quando estive encarregado de atender os contribuintes da cidade de Blumenau que, muito eventualmente, por ventura tivessem tido a infeliz decisão de trocar momentos de lazer à beira-mar (que estava lá, a cerca de míseros 50 km de distância) por outros de *indecisão* tributária. De se registrar, e este ponto é importante, que a temperatura média na cidade àquela época insistia em não baixar ao nível que normalmente nossos corpos experimentam em estado não febril.

Pois é, o afortunado colega, que muito bem respondia pela atribuição de atender no Plantão Fiscal durante o ano, gozava do seu merecido descanso, momento em que *passava o bastão* para aqueles que estavam regimentalmente incumbidos de apresentarem-se ao *pelotão de fuzilamento* (como muito propriamente definiu uma colega que também dividia comigo esta *honra*). É isto mesmo! Aquele que, esporádica e forçadamente, em razão da ausência do titular das atribuições, tinha que visitar as *catacumbas do inferno*, digo, o Plantão Fiscal, experimentava uma sensação parecida com o condenado ao fuzilamento (evidentemente, no sentido figurado que aqui estou perseguido). Lá se põe o *infeliz* à espera do *tiro de misericórdia*, que poder vir de qualquer dos *rincões* da referida legislação tributária federal.

Naquele famigerado dia dirigi-me ao *posto de serviço* esperançoso e convencido de que iria enfrentar um *céu de brigadeiro*, um *mar de calmarias*.



Afinal, a cidade estava vazia, não havia qualquer nova obrigação tributária iminente a ser cumprida, estávamos, enfim, experimentando ares de festividade, digerindo a ceia natalina enquanto imaginávamos como seria a sua sucessora, que iríamos degustar logo mais, ao comemorarmos o ingresso em mais um *ano-calendário*.

Com efeito, a digestão foi tranquila ao longo do dia, sem nada de relevante que merecesse registro nos anais das *Histórias do Trabalho* da Receita Federal. Até que, minutos antes de se esgotar o *tempo regulamentar*, eis que à minha frente surge uma senhora, acompanhada de outra, com um saco plástico na mão, no qual encontrava-se alguma coisa. Seria uma bomba, ao invés de um *simples tiro*??

Após posicionar a *bomba*, digo, o saco, na mesa, pronunciou a *sentença executória*:

— Moço. Meu filho está com depressão nos EUA e eu preciso enviar este remédio de tarja preta para ele. Como eu faço?

A depressão do filho daquela senhora, que, de forma indireta, custeava o *leite das minhas crianças*, instantaneamente transferiu-se para este pobre servidor. Naquela fração de segundos, que se sucedeu à *explosão*, veio-me à cabeça a imagem do bom velhinho, e eu pensei no que andei fazendo de errado naquele ano para merecer um castigo daqueles. Era muito azar. No saco havia uma bomba, e sequer um honroso enterro meu agora dilacerado corpo tinha feito por merecer.

Lembram-se daquela famigerada legislação tributária federal, que aqui compareceu para *abrir as cortinas do espetáculo*? Pois é. Se não bastasse ela, que já não permite ser abraçada por um só homem, quiçá por uma multidão deles, ainda há que se dar conta de toda a legislação aduaneira (aqui tratada na sua especificidade regulatória), de absoluto desconhecimento deste pobre servidor que escolheu com ela não se meter. Por que a *criatura* não me apareceu com uma dúvida sobre, por exemplo, resarcimento de IPI, árida seara que à época ocupava meus esplendorosos dias passados longe da *masmorra*?



Não sei se perceberam que o fato de a dúvida levantada estar associada com o estado depressivo em que se encontrava a remota criatura prestou-se a aumentar o poder de combustão do material explosivo que acompanhava aquelas senhoras. Ora, havia pressa para resolver o problema do rebento! E a minha *inesperada* indecisão fazia aumentar a ansiedade da sua genitora.

Certo é que o *titular da pasta* tratou de deixar a *trincheira* completamente preparada para seus substitutos enfrentarem com galhardia eventuais *ataques* inesperados, em plenas festividades de encerramento de mais um *exercício*. Mas naquele instante de desespero, a visão turva, a pressão baixa, a temperatura sobe, e não se encontram as armas da defesa, que ali estavam, em frente aos olhos do combalido *soldado*.

Ora, tivesse a ansiosa contribuinte dirigido-se a uma repartição aduaneira (Itajaí estava logo ali, apenas a algumas léguas em direção ao oriente, ao lado do atraente oceano Atlântico, que a *maldita* deveria estar usufruindo) certamente não teria saído frustrada com o resultado de sua provável primeira visita a um Plantão Fiscal da nossa estimada instituição (mas, enfim, talvez não tivesse cogitado a hipótese de enviar a *droga* pelo moroso meio marítimo. Lembrem-se, a situação exigia rápida solução!)

Afinal, a pergunta que lhe atormentava não era assim tão *sórdida*, se dirigida a um servidor aduaneiro. Para aquele colega, a bomba que explodiu em frente à minha trincheira provavelmente não representaria sequer um tiro de calibre 22.

Bem. Esta *História de Trabalho* deveria terminar por aqui. Afinal, a bomba já tinha explodido e quem vos escreve é apenas o espírito que restou daquele pobre moribundo. O que daí em diante se sucedeu pouco importava: o estrago já estava feito. Entretanto, como não pretendo escrever a *Depressão no Plantão 2 – a história continua*, e objetivando atender à eventual curiosidade dos leitores, vamos ao final do enredo.



Atordoado pela *explosão*, lembro-me que ainda busquei reunir forças para cumprir com a tarefa para a qual tinha sido designado. O meu inseparável *anjo da guarda*, que já aguardava o meu comparecimento nas hostes celestiais, tratou de lançar um último lampejo de racionalidade àquele que estava incumbido de em vida proteger.

Foi então que me ocorreu de sugerir à *ilustre contribuinte* que tentasse enviar a encomenda por meio dos Correios, ou que procurasse obter orientações junto à Alfândega de Viracopos, que atuava com transporte aéreo de cargas, por meio do telefone que a ela forneci.

Pela vaga lembrança que agora tenho (salvo engano), posteriormente, já desfrutando da companhia do anjo, vim a saber que aquele *artefato explosivo* poderia mesmo ter sido encaminhado diretamente pelos Correios, por meio de remessa expressa. Mas o estrago já estava feito.



Eeeeu???

Carlos Roberto Tomaz da Silva
DRF - Santo André/SP

ATRFB, ativo lotado e em exercício no SEPOL da DRF/SAE, onde exerce a função de pregoeiro. Ingresso no serviço público em 09/09/1982 e na carreira ARFB em 06/02/1986.

Como diria a amabilíssima e muito prezada ex-colega Dona Altair Castellano, autora do texto “Gotas Açucaradas”, menção honrosa no 2º Concurso de Histórias do Trabalho da RFB (e que reside aqui bem perto da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André e volta e meia nos dá o prazer de uma visitinha), algumas histórias deveriam compor o Anedotário da Receita. Ainda que, como no caso narrado a seguir, a graça de tais histórias só venha a ser percebida muito tempo depois, já que na hora do acontecimento é tudo um “perrengue” só.

Os fatos que se seguem ocorreram por volta de 1988. Aprovado no primeiro concurso público para o cargo de Técnico de Atividades Tributárias, atual Analista-Tributário, entrei em exercício na DRF/Santo André, órgão em que permaneço até hoje, e fui lotado em setor não mais existente na estrutura da



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

RFB: o Serviço de Atividades Especiais (SERAЕ). Para quem não conheceu, esse setor ficava encarregado de tudo que não se enquadrasse nas atividades das outras projeções da Instituição, tais como: treinamentos, sorteios, concursos e consórcios, que precisavam ser autorizados previamente pelo órgão fazendário; mas a atividade predominante era o controle de mercadorias apreendidas. E, sem conhecer muito mais de contabilidade além do que havia estudado para o concurso público, fui encarregado do controle contábil dos estoques das mercadorias apreendidas e depositadas nos recintos alfandegados da Região do ABC.

Deve-se acrescentar que não existiam, nessa época, depósitos de mercadorias apreendidas, e os materiais retidos pela Fiscalização - em geral, importações desembarcadas em Santos e levadas aos recintos alfandegados para desembarque, que apresentavam desconformidades documentais ou o importador perdia o prazo para retirá-las - ficavam no próprio recinto, nomeando-se o chefe do depósito como fiel depositário até a conclusão do processo, o que acontecia, quase sempre, pela aplicação da pena de perdimento.

Mas a atividade não se resumia ao controle contábil dos estoques: compreendia também o inventário físico periódico dos produtos guardados, a instrução dos processos de perdimento, lavratura de Termos de Guarda, recepção das impugnações aos autos de infração e seu encaminhamento à Divisão de Fiscalização - ainda não existiam as Delegacias de Julgamento - e até mesmo a destinação final dos materiais submetidos ao perdimento, normalmente era a venda em licitações destinadas à pessoas jurídicas. Cabe também observar que a área de Atividades Especiais não contava com uma projeção regional organizada para supervisioná-la e prestar orientações. Enfim, quem era lotado nessa área ficava “por sua conta e risco”.

E para o cúmulo do infortúnio, eu era o único funcionário de carreira naquele setor, que tinha uma chefia apenas “pro forma” (o Delegado Adjunto era também Chefe do SERAE e sua atuação limitava-se a assinar despachos) e só contava com a companhia de duas colegas do SERPRO, pouco depois reduzidas a uma só, pois a outra foi requisitada para o atendimento ao público.



Apesar de todas as dificuldades, procurávamos fazer nosso trabalho com correção, até porque não havia outro jeito mesmo...

Pois bem. Numa tarde de dezembro, já às vésperas das festas natalinas, e quase ao final do expediente, chega ao prédio da Delegacia um caminhão carregado de bebidas alcoólicas. Houvera uma ação fiscal em determinado depósito de bebidas, e o diligente colega Fiscal, com fundada suspeita de que os selos aplicados às garrafas de bebidas alcoólicas lá existentes eram falsos, decidira apreender para perícia todo o estoque de uísque e cachaça do estabelecimento, mais ou menos uma centena de caixas, além de algumas grandes bombonas contendo algo que se fazia passar por vodca. Para transporte de todo esse material, fora requisitado o próprio caminhão do depósito, além de dois funcionários, naturalmente nada felizes com a situação.

Fui imediatamente chamado para receber o material apreendido.
- EEEEU??

- Claro, ora! Não é você o encarregado de mercadoria apreendida da Delegacia?

- Mas não temos depósito aqui para guardar tudo isso!

Corri ao telefone e liguei para os depositários dos dois recintos alfandegados de nossa jurisdição para perguntar se eles poderiam receber o estoque etílico. A resposta de ambos foi a mesma: "Somos zona primária, e não depósito de bebidas." É óbvio que não lhes interessava receber materiais apreendidos pela Receita Federal fora de suas dependências; já lhes bastavam os que já tinham - afinal, não recebiam pagamento algum para serem fiéis depositários e ainda perdiam espaço valioso em seus galpões.

Em pânico, procurei o Serviço de Apoio Administrativo da Delegacia, responsável pela administração do imóvel, e expus a situação. O Fiscal, já carrancudo, querendo uma solução imediata; os caras do depósito bufando, querendo descarregar logo o caminhão; todos ansiosos para livrar-se do transtorno... E eis que surge a solução, precária mas àquela altura salvadora, do



saudoso colega José Benedito Filho:

- Quase todo mundo já foi embora e a garagem está vazia, vamos isolar uma parte da garagem do primeiro subsolo e colocar essa “tranqueirada” toda lá.

E assim se fez. Já passava de 7 horas da noite quando finalmente o descarregamento foi concluído, todos foram embora e lá fiquei eu, tremendo dos pés à cabeça, olhando atônito para aquela montanha de caixas de bebidas, material altamente inflamável depositado em local inadequado – e sob minha responsabilidade. Mas a história estava longe de terminar...

Por mais de três meses todo aquele material permaneceu atravancando nossa garagem até que finalmente compareceu um funcionário enviado pela Superintendência da oitava Região Fiscal, munido de um equipamento ultravioleta para testar a autenticidade dos selos de controle. E a suspeita do colega fiscal confirmou-se: todos os selos, de fato, eram falsificados, comprovando a origem ilegal das bebidas. A vodca dos galões, obviamente, era tão autêntica quanto uma nota de três Cruzados Novos. A partir daí o processo ganhou agilidade e em pouco menos de um mês encerrou-se com o perdimento de todo o estoque, além das devidas representações aos órgãos competentes para apuração dos ilícitos.

Mas, o que fazer com as bebidas? Nesse caso elas não poderiam ser vendidas em licitação, muito menos incorporadas ao patrimônio público ou doadas. Para elas só havia um destino possível: a destruição.

Fui chamado ao Gabinete do Delegado Adjunto e informado que deveria providenciar a retirada e destruição de todo o material...

- EEEEU???

- Claro, ora! Você não é o responsável pelas mercadorias apreendidas da Delegacia? E não se esqueça de lavrar um Termo de Destrução.



Entrei outra vez em pânico. Voltei a procurar o Apoio Administrativo e expliquei a situação. Ficou decidido que deveríamos carregar as bebidas na velha, mas valente viatura Kombi da Delegacia, levá-las até o aterro sanitário da cidade e derramar tudo lá.

Na penosa tarefa tive o inestimável auxílio de nosso motorista oficial, o Sr. Maurino, pessoa boníssima, sempre sorridente e fazendo de tudo para levantar meu abalado astral:

- É, Seu Carlos, isso aqui dava pra fazer caipirinha “prum” batalhão, he he he.

Embora Santo André seja hoje cidade modelo do país no tratamento do lixo, naqueles tempos nem se imaginava o que seria coleta seletiva, de modo que o aterro da cidade, situado na divisa com o município vizinho de Mauá, era o que usualmente se denomina “lixão”: lugar deprimente, com um mau cheiro insuportável, onde a sociedade despeja tudo aquilo que não lhe serve mais – inclusive pessoas, como se viu em recente telenovela...

O procedimento de destruição foi este: carregávamos a Kombi o máximo possível e tocávamos para o aterro; chegávamos com a viatura o mais perto possível das montanhas de lixo, mas longe o suficiente para evitar qualquer acidente com os tratores que reviravam o entulho; descarregávamos as caixas e íamos abrindo as garrafas e derramando o conteúdo. Logo paramos de fazer isso, pois percebemos que demoraria demais e passamos a simplesmente jogar as garrafas ao chão. Os galões de “vodca” foram esvaziados rapidamente. Muitos catadores de lixo aproximaram-se, curiosos por verem pessoas bem vestidas para os padrões do lixão, num carro oficial, jogando cachaça e uísque fora... Alguns recolhiam garrafas ainda cheias, o que não tínhamos como impedir. Levamos o dia inteiro e três viagens para dar conta da carga toda.

Hoje, com a informatização e sistemas para facilitar todo tipo de serviço e portarias que definem em minúcias cada procedimento, situações



como esta parecem absurdas; porém naquele tempo tínhamos que resolver os problemas com os recursos disponíveis, da melhor forma possível e muitas vezes apelando para a criatividade. A situação das bebidas foi solucionada, mas não foi essa a única vez que nossa garagem recebeu produtos de apreensão: até uma reluzente moto Kawasaki de mil cilindradas, importada ilegalmente e flagrada numa blitz, acabou ocupando uma vaga na garagem por algumas semanas até que seu dono conseguisse uma liminar para recuperá-la.

Depois de algum tempo, com a entrada de novos colegas concursados, deixei o SERAE e fui designado para outras áreas de atuação da RFB, encontrando-me atualmente na Programação e Logística da DRF/Santo André, sucessora do Apoio Administrativo que me socorreu naquela ocasião.

As posteriores alterações regimentais extinguiram a área de Atividades Especiais na estrutura da Receita Federal e transferiram as atividades de fiscalização em zona primária para órgãos específicos. Atualmente não temos mais recintos alfandegados sob nossa jurisdição, nem depósito de mercadorias apreendidas, de modo que - graças a Deus! - a guarda de produtos apreendidos não faz mais parte das atividades desta Delegacia. Mesmo o “depósito” improvisado no subsolo não existe mais, pois cedeu espaço anos depois à instalação da cabine primária do edifício.

Mas o trauma “alcoólico-profissional” permaneceu. Até hoje o cheiro de bebida me provoca náuseas (acho que o associo ao “aroma” do lixão), razão pela qual desenvolvi completa ojeriza por drinques, coquetéis e assemelhados; passados quase vinte e cinco anos, continuo incapaz de colocar uma só gota de álcool na boca.

É sexta-feira, final de expediente, quando estou acabando de editar este texto. Os colegas estão saindo para uma “happy hour” na choperia aqui ao lado, e me chamam para ir junto...

- Carlos, vamos lá tomar uma “breja”?

- EEEEEEU????



Formigas, barracos, laranjas e outras mazelas.

Luis Paulo Biazolo Vieira

SRRF/01RF - Difis

Ingressou na RFB em 04/03/1983 como Agente Administrativo na SRRF01, e, em 06/02/1986, como TAT (atual ATRFB). Cursos de Bacharelado em Comunicação Social (especialização em jornalismo) e Licenciatura Plena em Letras (Português/Inglês) – CEUB (atual UniCEUB) em Brasília. Exerceu Chefias da Secific (DAI 3 NS) e de Equipe (DI/FGR3) e o encargo de Chefe Substituto da DIFIS/srrf01, atuando em atividades internas afetas à citada Divisão desde julho de 1994.

Espremido no assento do meio, logo nas primeiras filas de um voo de Brasília a Foz do Iguaçu, entre uma senhora que murmurava orações e um volumoso senhor cujo braço teimava em disputar com o meu o apoio da poltrona, tentei apreciar de uma fresta da janela a ensolarada manhã de domingo entrecortada por rotineiras turbulências. Tratava-se de uma viagem para participar no reforço da repressão aduaneira na primeira quinzena de março de 2006.

Muitas expectativas permeavam meus pensamentos. Chegada ao aeroporto, traslado ao hotel e acomodação ocorridas na mais absoluta normalidade. À noite, um passeio pela cidade e uma ida a um videokê para tomar uma bebida; atrever-me a cantar umas duas ou três (para não dizer mais que isso) músicas e ouvir guarâncias interpretadas por alguns dos presentes.



No mais, retorno ao hotel e uma agradável noite de sono.

Dia seguinte, ida ao prédio da DRF-Foz do Iguaçu para participar de reunião, acompanhado de colegas de outras Regiões Fiscais, com vistas a definir local e escala de trabalho.

Perguntaram-me se eu gostava de “com emoção” ou “sem emoção”. Já havia exercido minha parte “com emoção” ao cantar na noite anterior, em um “portunhol” pra lá de suspeito, “La Barca”. Preferi abster-me de participar como voluntário na equipe de repressão em zona secundária: escolta de policiais com a possibilidade de investidas a depósitos clandestinos de mercadorias, “blitzes” em estradas vicinais em horários de baixa circulação de veículos, por vezes, de madrugada, enfim, atividades diametralmente opostas àquelas de um servidor que há mais de vinte anos labuta no trabalho interno de uma repartição.

Fui escalado para trabalhar na PIA (Ponte Internacional da Amizade) no turno vespertino, se não me engano, das 12h00 às 18h00.

Na tarde desse mesmo dia compareci ao local determinado e o Supervisor me colocou para trabalhar na abordagem de veículos e conferência de mercadorias. Como “marinheiro de primeira viagem”, fiquei ao lado de um dos colegas que também estava participando dessa operação, oriundo de uma outra Região Fiscal, com retorno de viagem marcado para sua cidade de origem no dia seguinte.

Desnecessário dizer que o tráfego de automóveis e ônibus no local era bastante intenso. Como os veículos revistados tinham que parar em uma estreita área de acostamento, por vezes, encerrado o trabalho de conferência e não verificada nenhuma irregularidade, aguardava que os demais à frente fossem liberados, e, enquanto isso, ficava atento ao trabalho dos colegas.

Certa feita, ao abordar um veículo de passeio com três passageiros, filho ao volante, pai à direita e sobrinho no banco traseiro, pedi a todos que saíssem do veículo e pus-me a revistá-lo. Nas bagagens não havia quase nada comprado



em Ciudad del Este e as poucas mercadorias lá adquiridas tinham sido relacionadas nos DBA (Documento de Bagagem Acompanhada) em valores aquém da cota individual permitida.

Enquanto isso, um ciclista atravessou por entre os carros parados fugindo da conferência. Com uma mochila às costas e quase atropelando um colega que conseguiu alcançá-lo a pé, ambos caíram na abordagem. Aberta a mochila, seu interior continha cerca de seis ou sete tubos de dvd-rom e cd-rom.

Deparei-me com uma das práticas comuns de descaminho perpetradas por “laranjas”, pessoas que atuavam como “formigas”, ou seja, pagas para realizarem várias viagens no decorrer da semana.

Em meio ao contingente de pessoas que atravessavam a ponte, havia de tudo: turistas, moradores de Foz do Iguaçu que trabalhavam em lojas da Ciudad del Este, proprietários brasileiros dessas lojas, e as tais “formigas”, boa parte delas nos mais variados meios de transporte (automóvel de passeio, táxi, moto-táxi, van, ônibus). Ali, pude entender a expressão de linguagem é o que é: “formigueiro humano”.

Voltando ao veículo que eu estava vistoriando, fui obrigado a render-me à experiência de um colega local que percebeu um certo nervosismo por parte de um dos passageiros, no caso, o pai do condutor. Ao notar que o veículo tinha placa de outra unidade da federação, iniciou sua abordagem no sentido de tentar identificar o motivo da viagem, ao mesmo tempo em que, auxiliado por uma chave de fenda, começou a dar algumas batidas com o cabo no forro interno das portas dianteiras e traseiras do veículo.

Por menos experiência que tivesse, pude perceber que o estado de nervosismo do pai, além de “contaminar” o filho condutor e seu sobrinho, deixou claro que havia alguma coisa errada. Dito e feito, cerca de trinta a quarenta “hard-disk” e inúmeros pentes de memória de computador escondidos no forro das portas. Mercadorias colocadas em cima do veículo para fotos que instruiriam o processo de apreensão e retorno dos envolvidos à cidade de origem, desprovidos do veículo também apreendido por ter sido utilizado para a prática do delito.



Quando muitas são as pessoas, muitas são as histórias. Em outro dia, fui escalado para verificar as bagagens de um ônibus de turismo, cujas pessoas foram instruídas a fazer fila para conferência. Na ocasião, eu e outros colegas fizemos, lado a lado, tal conferência em um balcão improvisado com tampo de madeirite.

Expressões de cansaço pelo sol escaldante misturavam-se àquelas de pessoas que insistiam estarem suas compras dentro da mais absoluta regularidade, o que nem sempre era verdade. Um sujeito trazia cinco caixas de gel lubrificante íntimo que seriam destinados a uma irmã enfermeira, pasmem, cada caixa com quinze bisnagas. Uma moça de aparência humilde que tentava atravessar com três pacotes de sutiãs, cada qual com doze peças, e três camisas de times esportivos de marca falsificada destinadas a seus filhos. Até um senhor que trazia uma única mercadoria, dentro do limite de valor da quota, porém denotando nítida destinação comercial, uma balança eletrônica, dessas que emitem etiquetas para afixação em película de PVC em embalagens de bandejas de isopor utilizadas para venda de frutas e legumes em mercearias e supermercados.

Trabalho terminado nesse dia, que implicava, diga-se de passagem, na constante mudança braçal do balcão à medida que o sol avançava. Bom lembrar que, à época, as novas instalações da Alfândega da Ponte Internacional da Amizade ainda não haviam sido inauguradas. Retorno ao hotel e um passeio à noite para comer alguma coisa e sentir a agradável brisa que sucedia o calor intenso da tarde. Mais uma noite de merecido sono e volta ao trabalho no dia seguinte.

Busquei sempre, com paciência e polidez, lembrar aos transeuntes que o ingresso de produtos adquiridos em Ciudad del Este com evidente característica de revenda no mercado brasileiro não somente fugia ao conceito de bagagem acompanhada, como traduzia-se em concorrência desleal em relação àqueles que, arcando com custos de produção e tributos diversos, as produziam em território nacional.



Justamente quando comecei a me acostumar com as mais diferentes pessoas, expressões e histórias, deparei-me com uma situação atípica. Na ocasião, alguns táxis paraguaios haviam sido apreendidos por transportarem passageiros e mercadorias destes escondidas em estofamento, forro e motor. Em represália, vários veículos de cidadãos brasileiros estavam sendo abordados no lado paraguaio e, por motivos diversos, também apreendidos em Ciudad del Este.

Chegou-se a uma situação tal em que o tráfego de pessoas e veículos na Ponte Internacional da Amizade foi interrompido diante de manifestação de donos de táxis e vans paraguaios com o agravante do fechamento da fronteira paraguaia, impedindo o retorno de cerca de três mil brasileiros que lá se encontravam na terça-feira do dia 07 de março de 2006, fato amplamente divulgado na imprensa. Os ânimos alterados chegaram a ponto do “barraco” necessitar do reforço de policiais do lado brasileiro da ponte, armados com escudos, gás lacrimogêneo e balas de borracha, com o trabalho de conferência suspenso em função do clima que se instalara no local.

A essas alturas do campeonato, pensei comigo: isso é porque eu queira realizar um trabalho “sem emoção”, imagine se tivesse optado pelo contrário.

A partir daí, caiu a ficha. Pude entender que o trabalho em si, atrás de uma mesa ou no convívio diário com aquelas pessoas que atravessavam a Ponte da Amizade, convergia em um emaranhado de atitudes, emoções e expectativas minhas, delas e dos colegas da casa e dos demais com quem tive o prazer de trabalhar, da Polícia Federal, da Anvisa e do Ministério da Agricultura.

Fiz minha parte, pena que muitas das fotos que tirei em um domingo de folga ao visitar as Cataratas e um parque de pássaros em Foz do Iguaçu se perderam. Não sei se pelo incorreto manejo da máquina fotográfica adquirida em Ciudad del Este, ou se por defeito no “chip” de memória que eu lá havia comprado.



Fronteira blindada

Maria Joselice Lopes de Oliveira

SRRF/03RF -Divic

Ingressou na RFB em 1993, na DRF/Belém. Transferida pra DRF/Fortaleza, trabalhou como atendente, supervisora, chefe de equipe e chefe substituta do CAC, no período de 1994 a 1999, Chefe substituta do SETEC, trabalhou no SECAT e SEORT, nas áreas de Cadastro e de Restituição e Compensação. Na SRRF03, foi chefe de equipe de Restituição, Reembolso e Compensação e, atualmente está lotada na DIVIC, onde exerce a coordenação regional de Educação Fiscal. É formada em pedagogia com especialização em Administração Escolar, na área de administração tem especialização em Gestão Pública e Mestrado e Administração e Controladoria, todos os cursos na Universidade Federal do Ceará.

Em dezoito anos de Receita Federal, ainda não experimentara o trabalho aduaneiro até participar da Operação Fronteira Blindada, em 2010, na cidade de Guaíra, oeste do Paraná. Outrora palco de um dos maiores espetáculos da Terra, a cidade protagoniza o drama de ver sua maior atração sepultada viva em 1982, quando o Salto de Sete Quedas, então maior cachoeira do mundo em volume d'água, sucumbir ante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

No tocante à Aduana, Guaíra hospeda uma zona secundária da RFB, onde o ingresso ilegal de mercadorias no país redunda no perdimento, uma vez que não houve recolhimento do tributo na zona primária localizada na fronteira do município de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul, com a cidade de Salto Del Guayrá, no Paraguai.

Na rota do contrabando que sai do Paraguai, encontra-se a Ponte Ayrton Senna de Guaíra, maior ponte fluvial do Brasil e palco principal do trabalho



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

aduaneiro em Guaíra. A ponte liga a zona aduaneira primária com a secundária, e por lá transitam, diariamente, milhares de veículos, transformando-a em porta de entrada de todos os tipos de mercadorias: drogas, remédios e até armas. Nesse cenário de cartão postal, a RFB executa a árdua tarefa de combate ao contrabando, descaminho e à pirataria.

Ao me apresentar para o trabalho, recebi as instruções passadas para toda a equipe. Nossa primeira tarefa foi na ponte, próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal, onde atuávamos parando aleatoriamente os carros para vistoriar a bagagem e os compartimentos do veículo. Tremi quando acenei para o primeiro carro, embora tenha recebido instruções de abordagem e engolido artigos, parágrafos e incisos da Instrução Normativa que nos amparava. Desprezei o medo e abracei aquela tarefa com afinco. Senti uma gratificante sensação de dever cumprido quando retornamos com duas viaturas repletas de mercadorias apreendidas.

No dia seguinte, de volta à ponte, vivi o primeiro episódio a me deixar marcas, em decorrência das diferenças culturais. Ao parar um carro, constatei que o motorista levava três maços de cigarros. Pela legislação, cada pessoa pode levar até dez maços, então “*ele está dentro da cota*”, pensei e liberei o carro. O motorista saiu com largo sorriso. Uma colega com vasta experiência na área observou a cena e perguntou se não houve um equívoco na liberação dos cigarros. Respondi que estavam dentro da cota e aí travamos um diálogo de interrogações:

- Como assim, estavam na cota? Ele levou trinta maços de cigarros!
- Como assim, levou trinta maços? Ele levou apenas três maços. Vasculhei todo o carro e garanto que ele só tinha uma sacola com três maços de cigarro, então liberei.

A colega não me compreendia de tal forma que eu não conseguia entendê-la, até descobrir que maço não é um pacote com dez carteiras de cigarro, como eu havia aprendido. Aprendi que um maço de cigarros



correspondia a um pacote com dez carteiras de cigarros e que, por sua vez, cada carteira continha vinte unidades. Meu pai, comerciante no centro da cidade em Fortaleza, vendia no atacado para revendedores que compravam por maços com dez carteiras de cigarros. Por que ali seria diferente? Naquela região e, ao que me dei conta, na Instrução Normativa também. Maço é o que eu conhecia como carteira, ou seja, um maço é um invólucro com vinte unidades de cigarros, e não um pacote com dez carteiras. Por essa definição, os dez maços permitidos seriam apenas um pacote com dez carteiras de cigarros, deduzi. *"Meu Deus, então, ele levou vinte carteiras, digo, vinte maços a mais!"*. Minha colega procurou me acalmar, falou que foi só um engano, que não me preocupasse e ficasse atenta. Depois se afastou sinalizando para outro veículo. Inconformada, olhei adiante e vi o carro já muito à frente da enorme fila que se fazia ao longo da via. Em uma atitude patética, corri na direção do veículo sem me dar conta de que não seria mais possível alcançá-lo:

- Ei, ei, volte aqui! Alguém pare aquele carro lá na frente! Polícia! Polícia! Volta aqui, volta aqui, seu muambeiro!

O movimento de carros era intenso e o barulho muito alto, ninguém me ouvia. Alguns passageiros me olharam de seus carros sem entender, meus colegas sequer me notaram e eu parei sem fôlego depois de poucos metros de corrida, o suficiente para descolar a sola do meu tênis. O carro sumiu e eu retornei com a sola do tênis batendo sobre o asfalto, como a aplaudir minha proeza: *Ploft, ploft*. Amarguei aquele episódio pelo resto do dia. À noite, refletindo sobre o dia de trabalho, conversei-me com o pensamento de que aprendemos muito com os erros.

Em outro plantão, a missão seria fazer barreira em uma estrada que estaria sendo utilizada para fugir do cerco na ponte. Fomos acompanhados de uma viatura da Força Nacional e ficamos estrategicamente posicionados em um ponto onde não haveria como fugir da barreira. Éramos apenas três servidores da Receita. Eu estava atenta e dessa vez ninguém iria me fazer de trouxa. Fiz sinal para o carro parar, sem tremer, ciente da minha responsabilidade de



impedir a farra dos muambeiros. Pedi educadamente, porém com firmeza e com a autoridade que me fora outorgada, que o cidadão descesse e abrisse o portamalas. No carro, além do condutor, estavam sua mulher e a filha, que aparentava uns sete anos, uma menina linda que ficou no carro, com sua boneca. Enquanto examinava a mercadoria, a garota ficou de joelhos no banco, olhando para a parte traseira do carro e me cumprimentou com um "oi" esboçado no sorriso. Eu respondi: "*Oi! Sua boneca é linda!*". A menina agradeceu e senti uma doce empatia por aquela garotinha de olhos azuis e cabelos genuinamente loiros. Atenta ao meu trabalho, dei-me conta de que o casal transportava muitas mantas, provavelmente além da cota.

Busquei amparo na legislação que trata da isenção de caráter geral. No caso de ingresso de bens no país por via terrestre, fluvial ou lacustre, observa-se o limite de valor global de US\$ 300.00 (trezentos dólares americanos), não se tratando de bebidas alcoólicas, cigarros, charutos, cigarrilhas e fumo. Se o valor unitário for inferior a dez dólares, a isenção é de até vinte unidades, desde que não haja mais do que dez unidades idênticas. Constatei que levavam vinte mantas e no carro havia dois passageiros, então, seriam dez mantas idênticas para cada. Resolvi perguntar:

- Não estão levando mantas demais para uma família pequena? Para que tantos cobertores?

O pai tratou de responder que eram para todos os familiares, alguns sobrinhos, irmãos, e algumas para doar a uma instituição que acolhe crianças. Enquanto ele falava eloquentemente, meus ouvidos astutos ouviram a menina de olhar azul responder do interior do carro, com aquele sorriso que não lhe fugia dos lábios: "*é tudo para vender*".

A mãe puxou a filha de supetão e eu olhei ao redor como quem procura algo, com ar de quem nada ouvira. Senti-me tão embaraçada quanto os pais daquela garotinha. Um turbilhão de dúvidas me invadiu a mente. E agora, faço o quê? Eu já havia decidido liberar o carro, pois, a princípio ali estava tudo correto, uma vez que o valor unitário era em torno de dois dólares e seriam dez



itens idênticos para cada passageiro. Porém, um drama de consciência me afligira: eu não poderia deixar que aquele episódio servisse de exemplo negativo para a menina. Se deixasse o casal partir com as mantas, estaria contribuindo para que aquela criança aprendesse que infringir a lei não tem consequência alguma. No entanto, se apreendesse a mercadoria, a menina poderia ser castigada pelos pais por ter denunciado a finalidade comercial. Nesse momento, entra em cena a minha outra dimensão profissional que é a de professora. Sou pedagoga e exercei o magistério do ensino fundamental por treze anos antes de entrar para a Receita. Imbuída das duas funções, Analista Tributária da Receita Federal em atividade de fiscalização aduaneira e pedagoga, sentenciei:

- A mercadoria está apreendida. Não pode ser adquirida por pessoa física para fins comerciais.

O homem implorou, jurou que não era para venda, que as mantas tinham destinação filantrópica. Ante a delonga da abordagem e a agonia do motorista, um colega se aproximou para saber o que se passava. No final, entendemos que podíamos liberar dez mantas, já que só havia uma nota fiscal, ou seja, apenas um passageiro comprou as vinte mantas, mas só levaria dez que era a quantidade permitida para itens idênticos. Dessa forma, o desfecho desse episódio foi coroado com uma "moral da história": a menina apreendeu que infringir a lei tem consequência sim.

Em um outro plantão, a tarefa seria vistoriar as carretas que desembarcavam das balsas no Rio Paraná. Fui designada para vistoriar a cabine do motorista enquanto os colegas vistoriavam a carga. Quando vi a altura do primeiro degrau até o chão, fiquei aflita. Era quase a minha própria altura. Como é que eu iria subir? Olhei ao redor, procurando um banquinho, um tamborete, uma pedra, qualquer coisa que me servisse de apoio. Tive que dar alguns pulos até alcançar a alça utilizada como apoio para subir à cabine. Pendurei-me com as duas mãos, depois contorci a perna esquerda até alcançar o primeiro dos três batentes. Para meu alívio, ninguém via aquela cena, pois eu



subia pela porta do passageiro, do lado contrário ao posto da Receita. Esbaforida, alcancei o interior da cabine e tomei um susto ao ver, do outro lado, um sorriso escancarado no rosto do motorista espiando pela janela, em pé no degrau. Por certo ele havia assistido a tudo e estava rindo às minhas custas. Isso me incitou a agir com mais determinação e empenho: “*Vasculharei tudo! Debaixo da embreagem, do freio, dentro de todos esses penduricalhos, não me escapa nada!*”. “Penduricalhos” foi como nomeei todos os adornos pendurados na cabine, cujo tamanho me deixou impressionada. Devia medir em torno de dois metros de altura interna. Havia duas camas na parte de trás, um frigobar entre os bancos e um pequeno armário. Cascavilhei tudo, levantei os bancos, tapetes, examinei o porta luvas, dentro do frigobar e onde mais fosse possível. Vi uma espécie de prateleira presa ao teto da cabine. Espiei pela fenda entre o teto e a prateleira, mas não dava para ver. Perguntei o que havia ali e o motorista respondeu que nada demais, apenas roupas sujas. Falei que precisaria vistoriar e perguntei-lhe o que fazer para descer a prateleira. Ele respondeu meio aborrecido que dava muito trabalho fixar a prateleira no teto e que se eu quisesse ver teria que puxar sozinha. Não hesitei e puxei a prateleira para baixo, mas, parecia emperrada. Puxei com toda minha força e uma enxurrada de cuecas imundas, camisas e bermudas fedorentas choveram sobre minha cabeça. Não sei se foi uma fronha ou um lenço cheio de porcaria que grudou no meu cabelo. Senti vontade de vomitar, mas não perdi a pose ao ouvir o motorista desdenhar: “*Eu falei pra senhora que aí não tinha nada demais!*”. Respondi que meu trabalho é assim mesmo, ver para crer.

Não esqueci o riso do motorista e nem o quanto ele se divertiu ao me ver descer da cabine. Foi tão difícil quanto subir. Eu tentei descer de frente, mas não consegui alcançar o batente. Fiquei de costas, com o pé todo esticado, tateando à procura do bendito batente e nada. Então decidi pular e o fiz com toda a dignidade que me restara, sem lembrar que já não tinha idade para tal proeza. Presumi que o motorista contou o infeliz episódio para outros que aguardavam a vez da vistoria, então pedi para revistar as cargas. Se algum colega ficou a par do ocorrido, não fui eu quem contou.



Ao me apresentar para mais um plantão, tentava imaginar o que estaria por vir. Naquele dia iríamos ao município vizinho, Terra Roxa, para investigar o uso de um táxi adquirido com a isenção do IPI, mas que, segundo denúncias, estaria sendo utilizado como veículo de uso particular. Era uma atividade distinta do serviço aduaneiro, mas a unidade da RFB em Guaíra faz às vezes de Delegacia e Alfândega, e estávamos ali para dar reforço aos trabalhos da Unidade.

Surpreendeu-me o nome da cidade, pois lá a terra era absolutamente vermelha. Soube depois que a origem vem dos colonos italianos das lavouras de café que chamavam "*terra rossa*", que em italiano significa terra vermelha. A linguagem foi confundida pelos brasileiros que batizaram o local de Terra Roxa. E foi sob sol escaldante e poeira avermelhada que chegamos à pequena cidade e fomos direto à praça na qual fica o único ponto de táxi do lugar. O táxi procurado não estava lá. Ficamos de tocaia por alguns minutos até que o supervisor do grupo achou por bem fazer algumas perguntas aos que se encontravam na praça. As informações obtidas levaram a um local no qual funcionava uma indústria de confecção infantil. Chegando ao local, vimos o carro sem a placa indicativa de táxi no capô. O plano era que eu me fingiria de passageira e iria contratar o táxi para me levar até a cidade de Palotina, cerca de 37 km de Terra Roxa. Estávamos convictos de que o motorista diria que não poderia ir, que não fazia esse tipo de serviço, o que seria a prova contundente de que o carro fora comprado para uso pessoal e não poderia ter isenção do IPI. Bati palmas e uma senhora atendeu curiosa. Perguntei sobre o motorista, pois queria contratar para uma corrida. A mulher pediu para aguardar e em três minutos o taxista apareceu. Iniciei meu teatro:

- Boa tarde. Olha, eu preciso ir até Palotina visitar uma pessoa da família e voltar ainda hoje. Gostaria de saber se o senhor faz esse tipo de serviço.

Engoli em seco quando o motorista respondeu que poderia me levar ao destino pretendido, pois estava esperando que ele falasse: "*Desculpe, senhora, eu não faço corridas, o carro é para transporte particular*", ou algo assim, para



que eu fizesse o sinal combinado e os colegas fizessem a abordagem do flagrante. Para ganhar tempo, perguntei quanto ele cobraria pela corrida.

- Eu levo e trago a senhora por cinquenta reais.

Mesmo o preço estando muito barato, perguntei se não me daria um abatimento.

- Não, senhora, esse preço a senhora não encontra por aí, na verdade o preço é de, no mínimo, oitenta reais. E, então, vamos?

Entrei em pânico silencioso. *"Ai, meu Deus do Céu! E agora, o que eu faço? Cadê aqueles dois que não aparecem para me tirar dessa situação?"* Eles falararam que o homem iria negar a corrida, eu não estava preparada para o caso de ele aceitar do modo como fez, de supetão.

- E então, vamos lá? Insistia o motorista.

- Agora? Bom, não sei... Vou ligar pro meu primo lá de Palotina para ver o que ele acha, pois não tenho muito a noção de preço e só tenho quarenta reais aqui comigo.

Eu gaguejava um pouco enquanto pegava o celular e fingia fazer uma ligação:

- Alô, Francisco? Sou eu. Olha, não sei se vai dar pra visitar a tia, o táxi é caro e eu estou com pouco dinheiro. Como? Pois é, foi exatamente o que eu pensei, vou deixar para amanhã e vou de ônibus mesmo, tá? Ok, então. Dá um beijo na tia. Tchau.

Senti minhas pernas tremerem quando o motorista falou: *"Olha, vou fazer por quarenta reais, eu estava mesmo precisando ir até Palotina, então aproveito essa corrida. Vamos?"* Olhei ao redor, meio em desespero, e nem sombra dos dois colegas. O motorista abriu a porta do carro e me convidou a entrar. *"Jesus, me salva! Por favor, não deixe esse homem me levar. Ele vai dar sumiço em mim. Minha Nossa Senhora, socorre-me nesse momento!"* Para



minha felicidade e alivio absoluto, vi os dois colegas caminhando em minha direção.

- Olhe, ali estão meus amigos, eles vão resolver agora.

Se eu fosse aquele motorista, ficaria nervosa pensando que fosse um assalto ou algo assim. Mas ele estava tranquilo. Os colegas se aproximaram e eu tratei de me afastar em direção à nossa viatura. Os colegas fizeram perguntas e descobriram que o motorista não era o dono do táxi, apenas o condutor, o dono era o sócio da empresa. O motorista garantiu que o carro era usado como táxi e não era de uso da empresa ou de seu proprietário. Não conseguimos dar o flagrante. Desconfiamos que as pessoas que deram informações na praça teriam avisado ao dono do carro e ele já estava preparado, por isso o motorista estava tão calmo. Ao retornar para Guaíra, passamos pelo ponto de táxi e vimos o carro que abordamos estacionado, agora com a placa indicativa no capô. O motorista nos olhou e eu me senti envergonhada por toda aquela encenação. No caminho de volta, apreciando a paisagem pulverizada de rubro, fiquei refletindo sobre a inversão dos sentimentos protagonizados naquele episódio. Enquanto aquelas pessoas sonegavam imposto e infringiam a lei, quem se sentia envergonhada era eu.

Alguns episódios que vivenciei me levaram a crer que a cultura do contrabando permeia o cotidiano da cidade como se fizesse parte das atrações locais. As ações de apreensão de mercadorias parecem não causar impacto ou reação na população. O ofício de muambeiro parece despertar interesse e até causa um certo status para aqueles que aprenderam esquivar-se ao cerco aduaneiro e alcançaram o posto sênior na "carreira". A cada mercadoria apreendida, para o contrabandista era só mais um "incidente de trabalho". Assim foi em uma operação de barreira na estrada, quando parei um carro repleto de eletrônicos, dentre notebooks, câmaras digitais, celulares e equipamentos de informática. O motorista não esbravejou e nem dificultou o trabalho. Era um jovem do tipo mauricinho, boa pinta, simpático. No dia seguinte, de volta à barreira na ponte, parei o mesmo carro da noite anterior, com o mesmo motorista



mauricinho trazendo o mesmo tipo de mercadoria que eu apreendera. Fiquei pasma ao ouvi-lo responder com a maior naturalidade quando indaguei incrédula: "*Você de novo?*"

- Claro! A senhora me tomou tudo ontem, então fui pegar tudo de novo hoje!

Minha saga de episódios quixotescos ainda não terminara por ali. No plantão que se seguiu vivenciei a mais inusitada história da minha vida laboral na RFB. Estávamos em uma barreira no posto da Polícia Rodoviária Federal, eram cerca de 22 horas e eu já contava os minutos para terminar o plantão. Nossa tarefa era interceptar os ônibus de linha para revistar a bagagem. Já tínhamos parado quatro ônibus e nada encontramos. Não dava para vistoriar toda a bagagem, então fazíamos por amostragem, escolhendo malas, caixas ou sacolões suspeitos. Não era uma atividade prazerosa fuçar nas malas alheias, invadindo a privacidade de cuecas, calcinhas, meias e outros objetos que não convém revelar.

Começou uma ventania e nuvens negras anunciavam que iria cair um temporal. O frio me arranhava os ossos. Nossa supervisor disse que abordaríamos mais um ônibus e encerrariíamos os trabalhos daquela noite por conta do mau tempo que se aproximava. Ao longe vimos os faróis anunciando a chegada do ônibus e logo tomamos nossas posições. Nesse dia não tínhamos o apoio da Força Nacional e só havia um policial rodoviário no posto, pois o outro precisou atender um chamado e saíra na viatura. Paramos o ônibus e um colega subiu para vistoriar as bagagens de bordo com os passageiros, enquanto o outro ficou do lado de fora e tentou parar um carro que vinha logo atrás do ônibus, mas o motorista furou o cerco e fugiu em alta velocidade. Fiquei encarregada de vistoriar os bagageiros dos ônibus, o que tinha de fazer agachada em uma posição dolorosa para a coluna. Pedi ao motorista para abrir o bagageiro e entrei, com a minha lombar já pedindo clemência depois do quarto ônibus. Olhei ao redor pensando qual bagagem iria escolher. Acomodado do outro lado do bagageiro, um sacolão me chamou a atenção por estar bem armado, como se



ocultasse um caixote retangular, ou um forno de micro-ondas. "aquele!". Agachada, atravessei o bagageiro e fui até o outro lado, engatinhando sobre o amontoado de bagagens até alcançar o sacolão. Tentei puxá-lo para perto, mas não consegui, tamanho o peso. Aproximei-me e vi que o zíper estava fechado com um cadeado. Não tive outra alternativa, senão usar o canivete. Ao abrir, deparei com quatro fileiras de tabletes envolvidos individualmente em plástico do tipo filme, de uso doméstico. Peguei um tablete e coloquei-o sob a mira da lanterna. Percebi que tinha uma cor clara, em tom bege, e pensei: *"Isso me parece rapadura batida, daquelas feitas lá no interior do Ceará. Para que tanta rapadura batida?"* Levei o tablete ao nariz e senti um cheiro forte. A essa altura, falava em voz alta: *"Rapadura batida não tem esse cheiro. Que diabo é isso?"*.

De repente, deu um estalo dentro de mim. Engatinhei rapidamente em sentido contrário sem lembrar que minha coluna já estava detonada. Gritei pelo nome do colega que ficara do lado de fora e ele veio correndo, perguntando o que houve.

- Encontrei um negócio esquisito aqui, pensei que fosse rapadura batida, mas estou desconfiada que não seja.

Entreguei o tablete a ele que nem precisou cheirar para saber do que se tratava: *"Que rapadura batida que nada, criatura. Isso aqui é maconha!"*.

-Valhamedeus!

Avisamos ao supervisor que solicitou ao motorista para identificar o dono daquela bagagem. Uma mulher foi indicada, bem como outras duas malas registradas em seu nome. Abrimos e não deu outra, era tudo maconha. De imediato, chamamos o policial rodoviário federal que subiu no ônibus e desceu acompanhado da mulher identificada pelo motorista. Senti um aperto quando vi uma jovem bonita, a despeito do *piercing* na sobrancelha. Ela foi algemada e conduzida ao interior do posto da PRF. O policial chamou reforço pelo rádio. Depois de prestar informações e de apresentar documentos, o motorista foi liberado e o ônibus seguiu seu destino.



O policial deduziu que o carro que vinha atrás do ônibus, e não parou ao sinal dado por meu colega, seria dos donos da droga que seguiriam o ônibus até seu destino. Em sumária avaliação, ele estimou que havia cerca de 100 kg de maconha, tratou de registrar o boletim de ocorrência, fez perguntas e quis saber o nome do servidor que encontrara a droga. Eu tremia não mais de frio, embora a temperatura tivesse baixado bastante. Eu tremia de medo enquanto outro drama interior me atormentava, face à minha inexperiência nessa área. E se os donos daquela droga descobrissem o nome de quem a encontrou? Será que viriam atrás de mim?

No boletim de ocorrência restou consignado que a RFB encontrou a droga e entregou à Polícia Rodoviária Federal. Retornei ao hotel com a sensação de que qualquer "dívida" que por ventura eu contraíra com minha instituição ao vacilar no episódio dos cigarros, agora estaria paga com juros. Esse pensamento me ajudou a conciliar o sono naquela noite.

Tudo o mais ocorreu dentro da normalidade do trabalho aduaneiro. Porém, esses episódios ficaram marcados pela experiência adquirida e a compreensão do quanto esse trabalho é importante para a proteção da sociedade e da indústria nacional. E quem já participou da Operação Fronteira Blindada da RFB tem pelo menos uma história inusitada para contar. No mínimo, inesquecível.



Histórias aduaneiras 2012

Paulo Roberto Fogaca
Inspetoria Sant'Ana do Livramento/RS

Ingressou na RFB, no cargo de auditor Fiscal do Tesouro Nacional-AFTN, em fevereiro de 1994, diretamente em Sant'Ana do Livramento.

Atua até hoje em atividades de vigilância e repressão ao contrabando, embora esteja lotado na Seção de Arrecadação e Cobrança da Inspetoria, mais especificamente no julgamento de impugnações e no fornecimento de informações à Justiça Federal em Mandados de Segurança. No período de outubro de 1995 a agosto de 2010, exerceu a chefia da Unidade.

Apresento quatro histórias pitorescas que ouvi de outros colegas ou que vivenciei, acerca de fatos reais ocorridos durante operações de repressão ao contrabando realizadas na jurisdição da Inspetoria da Receita Federal em Sant'Ana do Livramento/RS, unidade localizada na fronteira do Brasil com o Uruguai, nas décadas de 80 e 90 do século passado (meu Deus!), numa época em que escasseavam os recursos humanos e materiais para essas atividades, mas sobravam boa-vontade e criatividade aos servidores daquela Unidade.

1. Cabo Malaquias

Na época, as operações de repressão ao contrabando em zona de vigilância aduaneira no município de Sant'Ana do Livramento, fronteira com o Uruguai, eram realizadas em condições precárias, pela inexistência de instalações adequadas. Era utilizado um trailer instalado na rodovia BR 158,



junto ao posto da Polícia Rodoviária Federal, em conjunto com a eficiente viatura GM/D20, e os servidores disponíveis, sempre em pequeno número, formavam equipes de quatro ou cinco membros no máximo.

Muitas vezes, tais operações recebiam apoio de segurança exercido por equipe da Brigada Militar, ainda que em rodovias federais. Nessas operações era frequente a participação do Cabo Malaquias, policial militar antigo e de pouco estudo, mas uma pessoa simpática e humilde, o qual, pela convivência, acabou fazendo amizade com o pessoal da Receita Federal e, além de oferecer segurança armada, proporcionava momentos de conversação descontraída, nos momentos de folga.

Numa dessas operações o Cabo Malaquias perguntou a um colega TTN sobre o que eram e para o que serviam dois aparelhos ainda não muito conhecidos, trazidos da vizinha cidade uruguaia de Rivera e que foram apreendidos por falta de Declaração e de recolhimento do imposto.

O colega começou dando explicações sobre o aparelho de microondas, informando ao Cabo Malaquias tratar-se de uma espécie de forno elétrico, que, por exemplo, preparava um pedaço de carne pela ação de microondas eletromagnéticas, e que a carne assava de dentro para fora, do interior para a superfície. Falou das outras utilidades do aparelho, como preparar pipocas sem necessidade levar panela ao fogo, ferver líquidos sem esquentar o vasilhame, e por aí afora.

O Cabo Malaquias, churrasqueiro experiente, olhou desconfiado para aquela “televisãozinha” esquisita, fez cara de poucos amigos para o colega e lascou: - *Tchê! Não precisavas inventar uma estória dessas, sem pé nem cabeça!! Onde já se viu, um pedaço de carne assar de dentro pra fora nessa coisa?!!*

Sem dar maior atenção para a desconfiança do Cabo Malaquias, o colega passou a explicar o funcionamento e a finalidade do outro objeto apreendido, um aparelho de fax com telefone acoplado. Informou, de maneira



muito resumida, que era só colocar um papel escrito no aparelho, apertar alguns botões e, em segundos, o papel saía do outro lado da linha telefônica, em qualquer lugar do mundo, pronto para ser lido pelo destinatário.

Aí foi demais para o Cabo Malaquias, que se sentiu ofendido, quase partindo para briga com o TTN. – *Pô, José Walter! Eu que sou velho sempre te respeitei e tu vens me contar mentiras, querendo me fazer de bobo?!? Me respeita, guri!*

Resultado: o Cabo Malaquias ficou um tempão sem conversar com o nosso colega e demorou outro tanto para se convencer de que microondas e aparelho de fax funcionavam daquele jeito mesmo.

2. Receita Federal quase no exterior

Início dos anos 90, um AFTN recém chegado a Sant'Ana do Livramento participava de uma operação de repressão ao contrabando numa estrada de saída do município e sua equipe apreendeu um caminhão carregado de cebolas vindas do Uruguai, sem documentação que comprovasse o ingresso legal no País.

Aqui, cabe um intervalo na estória para explicar a quem não conhece este ponto de fronteira que Sant'Ana do Livramento é um município de fronteira, sendo geminada com a cidade uruguaia de Rivera, sem qualquer barreira natural que as separe. Assim, o trabalho de combate ao contrabando e ao descaminho é bem dificultado, pois a fronteira é uma peneira, com algumas centenas de pontos de passagem de uma cidade para outra. Uma peculiaridade adicional é a existência de uma grande praça pública, denominada Parque Internacional, que é dividida ao meio pela linha divisória entre os dois países e marca a integração entre o Brasil e o Uruguai. O prédio da Receita Federal está situado em frente ao Parque Internacional, a menos de dez metros da linha de fronteira, e quem se dirige de veículo ao prédio da Receita Federal circula, obrigatoriamente, uns cinquenta metros dentro do território uruguaio, ao passar pela avenida em frente a esse Parque.



E lá na rodovia, o Auditor Fiscal novato, após a apreensão do caminhão e das cebolas, decidiu recolher o veículo para a sede da Receita Federal. Como ninguém da equipe tinha habilitação para dirigir caminhão trucado, o AFTN pediu ao próprio motorista que conduzisse o veículo e, para evitar que o mesmo fugisse, nosso colega decidiu acompanhar o motorista na cabine do caminhão.

Tudo ia bem no trajeto, mas, quase chegando ao prédio da Receita Federal, o caminhão tinha que cruzar pelos cinquenta metros da avenida em frente ao Parque Internacional que estão em território uruguai.

O motorista do caminhão, muito ladino, parou o veículo naquele ponto e mandou o fiscal descer, dizendo que não mais seguiria para o prédio da Receita. O nosso colega não entendeu, pois estavam a poucos metros da repartição, e até já ensaiava dar voz de prisão ao motorista por desacato e desobediência. Mas, nesse momento, ele olhou para o outro lado da rua e viu um colega acenando para ele da porta de entrada da Receita e gritando: *Desiste! O caminhão está em território uruguai! É melhor descer!* E o AFTN não teve outro remédio, senão, deixar o contrabandista livre no Uruguai, tudo por causa de cinquenta metros de rua no exterior.

Foi desta forma que o colega recém-chegado teve sua primeira lição prática sobre questões de limites fronteiriços.

3. Comboio de apreensões

Década de 90, sábado de verão na fronteira, em que é dia claro até as nove horas da noite. Ao final de uma operação de pouco movimento e de poucas apreensões no posto de fiscalização da BR-158, na saída de Sant'Ana do Livramento, a equipe de quatro servidores da Inspetoria resolveu retornar à sede utilizando uma estrada vicinal de terra arenosa, que passa em frente às grandes vinícolas do município – Almadén e Santa Colina. Já no começo da estrada, logo após sair da BR-158, a equipe encontrou e parou para fiscalizar um Opalão carregado até o teto com pacotes e mais pacotes de cigarros, que na época eram produzidos no Uruguai para inundar o mercado da região sul. Um



dos TTN mais experientes assumiu a direção do veículo apreendido, enquanto o responsável pelo contrabando era embarcado na D20 da Receita, para ser conduzido à Delegacia de Polícia Federal. A equipe seguiu pela estrada vicinal em direção à cidade, parando para vistoriar os veículos que encontravam vindos em sentido contrário. Um desses era uma Kombi, em que vinham três pessoas e algumas caixas de cigarros contrabandeados. A Kombi foi incorporada ao comboio e outro TTN assumiu a direção do veículo, seguindo todos em direção à cidade.

Um pouco mais adiante, outro Opala foi flagrado com mais de mil pacotes de cigarros. Mesmo procedimento de apreensão. O TTN restante, novato, recém chegado à unidade, foi consultado pelo chefe da equipe e se dispôs a dirigir o carro até a Polícia Federal. E assim seguiu o comboio do contrabando: dois Opalas, uma Kombi e, fechando o “corso”, a caminhonete D20 da Receita Federal, com o chefe da equipe e dois motoristas apreendidos no banco traseiro. Só que, a todo o momento, o último Opala apreendido parava alguns segundos no meio do caminho e, em seguida, reiniciava a marcha. Parecia estar com problemas mecânicos, mas o colega novato dava um jeito e o carro prosseguia seu trajeto. Depois de algum tempo e algumas paradas do comboio por causa do Opala defeituoso, chegaram sãos e salvos à Delegacia da PF.

Assim que chegaram naquele local, o chefe da equipe perguntou ao TTN novato o que havia de errado com o tal Opala, que provocava aquelas paradas. O colega informou que o carro não tinha defeito algum, mas ele ainda não sabia dirigir, pois se matriculara numa autoescola há pouco tempo e, até aquele dia, só tivera uma aula sobre legislação. E disse que se propôs a conduzir o carro apreendido até a DPF para colaborar, pois não havia mais nenhum colega da equipe disponível. E veio dirigindo quase dez quilômetros usando só a primeira marcha. Cada vez que o carro parava por algum motivo, o motor apagava, já que ele não sabia usar corretamente a embreagem.

Como se vê, sobrava boa vontade, espírito de equipe e sorte ao colega, embora tenha lhe faltado um tanto de prudência.



4. Sozinho à beira do caminho.

Durante uma operação de barreira no posto da BR-158, na saída de Sant'Ana do Livramento, a equipe da Receita Federal recebeu um comunicado de que, a cerca de dois quilômetros daquele local, estaria havendo a transferência de uma carga de cigarros de um ônibus para dois táxis. Imediatamente, dois colegas subiram na D-20 e foram até o local indicado, ao mesmo tempo em que pediram apoio da Polícia Rodoviária, que, infelizmente, não estava no Posto, pois os policiais saíram para atender a um acidente. Chegando no local indicado, os colegas encontraram os dois táxis, com os respectivos passageiros, sujeitos mal-encarados, e as cargas de cigarro. Imediatamente, mandaram motoristas e passageiros descerem, para as providências de praxe. O motorista e dois passageiros de um dos táxis desceram de imediato, enquanto o outro veículo fugia da Fiscalização, saindo por uma estrada secundária de terra batida.

O TTN subiu na D-20 e saiu em perseguição ao veículo que se evadiu, deixando o colega AFTN na estrada, sozinho com o taxista e com os passageiros mal-encarados e muito enfezados com a possível perda da carga de cigarros. O detalhe é que o TTN que foi atrás dos fujões estava armado com revólver, enquanto o AFTN ficou desamparado à beira da estrada, armado só com colete e boné da Receita Federal e sem viatura de apoio. O Auditor, para não parecer vulnerável, enquanto não chegava reforço dos colegas da equipe ou da PRF, preparou a pior cara de mau que podia e colocou a mão direita fechada no bolso do colete, para fazer volume e dar a impressão de que estaria armado.

Segundo algumas “más-línguas”, o Auditor dizia para os infratores: “*Vocês nem tentem fugir, que estou armado e, se precisar, eu atiro em vocês! Não me façam sacar a arma, hein!*”

Felizmente a história acabou bem, pois em seguida chegou ao local a viatura da Polícia Rodoviária e o colega retornou com os fujões, sendo recolhidos os infratores e as mercadorias até a Delegacia de Polícia Federal.



How much?

Eduardo Schettino
ARF - Pedro Leopoldo/MG

Aprovado no concurso de 2000, ingressou na RFB em maio de 2001 na DRF/Sete Lagoas/MG. Rapidamente assumiu a substituição da Chefia da SAPOL, passando à titularidade da Seção por quase dois anos. Transferido para a ARF/Pedro Leopoldo em 2005 trabalhou inicialmente no atendimento. Em 2007, a ARF foi alçada a Classe B, assumiu a Chefia da SORAC e a substituição da ARF. Desde 2011 é o titular da Agência da RFB em Pedro Leopoldo.

Era o início do século XXI, mas a Agência da Receita Federal em Pedro Leopoldo ainda funcionava numa lojinha bastante acanhada. Contávamos apenas com três guichês de atendimento atrás de uma divisória carcomida, e à frente, na triagem, uma mesinha que mal cabia o Lúcio, o estagiário que fazia as honras da casa antes da existência do SAGA.

Dos três atendentes, o mais novo de casa era o mais despachado. Foi chegando e já tomou conta do pedaço. De fala estridente e jeitão expansivo, despertava nos contribuintes os mais diversos sentimentos : espanto, alegria, curiosidade. Sua voz ecoava como um trovão no pequeno recinto: POIS NÃO? E a velhinha passava os documentos tremendo as mãozinhas enrugadas.

Os funcionários dos escritórios de contabilidade que recorriam costumeiramente à ARF, rapidamente ganhavam apelidos e rituais próprios. Um



deles, um rapaz ainda imberbe, saíra na coluna social do jornal local, candidato ao título de "Garoto PL *Fashion*". Foi o que bastou, daí por diante era o Garoto *Fashion*.

Ô, *Fashion*, cumprimenta o papai! Agora cumprimenta o fulano, agora o beltrano! Assim era recebido o pobre rapaz todos os dias, numa *via crucis* de cumprimentos a todos os presentes.

E assim se passavam os dias, num clima que só podia ocorrer no interior do Brasil, onde o trato entre as pessoas se dá sem meias-voltas, de modo aberto e cordial.

Mas ocorreu que esse colega, um dia, inventou de ensinar inglês ao estagiário.

- Lúcio, você sabe contar em inglês?

- Sei não. Só *one, two, three*.

- Eu vou te ensinar, presta atenção! Eu vou te perguntar, Lúcio...*how much*? E você vai me responder quantas pessoas tem na espera do atendimento. Se for um, responda - *one*!, se forem dois, *two*! e assim por diante, entendeu?

- Claro, podemos começar?

- Agora, vai lá para sua mesa.

E assim começou... Lúcio, *how much*?

- *Five*!

- Lúcio, *how much*?

- *Six*! Era assim o dia todo.

Até que um dia, nosso colega perguntou: - Lúcio, *how much*?

Respondeu Lúcio: *four*!

Nisso, uma senhora que aguardava atendimento, interpela o estagiário:



- Meu filho, você está respondendo ao rapaz quantas pessoas há aqui?

- Isso mesmo, ele está me ensinando inglês.

- Pois então vá lá e fale com ele que não se pergunta *how much*, o correto é *how many*.

O pobre estagiário dá a volta na divisória e dispara ao professor: - Ei, tem uma dona lá na frente que disse que não é *how much*, não, é *how many*.

- Quem falou? Berra o colega, ofendido em seus conhecimentos da língua inglesa.

Torna o estagiário à triagem, se dirigindo à senhora: - Ele quer saber quem o está corrigindo.

- Pois fale com ele que eu sou professora de inglês e que só podemos usar “*how much*” quando estamos falando sobre “*uncountable nouns*” (coisas incontáveis) como dinheiro, mas quando estamos falando sobre “*countable nouns*” (coisas que se podem contar) precisamos usar o “*how many*”. Por exemplo: *How many people are here?* - respondeu bem alto a senhora para que o colega ouvisse do outro lado.

Passados quinze segundos, vem lá de dentro outro trovão: - Lúcio, *how many*?



“Não faz pagamento, vai preso”

Gilberto de Paula
CAC - Tatuapé/SP

Analista Tributário, ingressou na RFB em 20/06/2002, sempre trabalhou na DERAT/SÃO PAULO/SP inicialmente na equipe de parcelamento até 03/09/2006, depois no CAC CNPJ entre 04/09/2006 e 24/04/2007 e desde 25/04/2007 no CAC/Taubaté, onde atende os contribuintes nos assuntos de Certidão Negativa, Cobrança, Parcelamento, Dívida Ativa, entre outros.

Trabalhar em contato direto com o contribuinte nos CAC da Receita Federal é, ao mesmo tempo, desgastante e gratificante. Temos que atender pessoas de diferentes condições e expectativas: muitas já vêm nervosas, preocupadas; já outros, vêm amedrontados pela cobrança que receberam e procuram ser atenciosos, simpáticos. Temos também aqueles contribuintes convencidos que chegam com a absoluta certeza do que estão afirmando, mesmo não conhecendo a legislação a respeito, e ao se depararem com um funcionário que não concorda com o que dizem, ficam irritados, começam uma discussão. Gostaria de relatar um caso curioso, em que houve dificuldade de comunicação. Isso às vezes acontece.

O atendimento ocorreu em Outubro de 2011, na época só anotei algumas informações do atendimento pelo inusitado da situação, só agora, um



ano depois, tento resgatar o ocorrido. Um contribuinte, já bem velhinho, chegou sozinho aqui ao CAC Tatuapé/SP. Foi-lhe fornecida uma senha de malha fiscal. Ele caminhava com dificuldade e demorou para localizar a mesa de atendimento, precisando ser ajudado por outro contribuinte. Tinha aparência frágil, era magro e trêmulo. Apresentou um documento de identidade de estrangeiro, já vencido, mas tinha também um protocolo de renovação dessa identidade. Ali pude constatar com espanto sua idade, 85 anos. O maior problema foi que ele mal falava o português, se expressava com muita dificuldade. Não deu para ter certeza qual problema ele estava tendo. Só que aparentava ser bem lúcido, consciente do problema que tinha que resolver. Seu nome era composto de três nomes comuns na língua árabe, podemos chamá-lo de Sr. Jamil, para facilitar e preservar sua verdadeira identidade. Ele falou mais ou menos assim:

- Eu faz pagamento, ele liga falando, não faz pagamento vai preso.

Pergunto quem liga para ele, quem faz a declaração do Imposto de Renda, mas ele aparentemente não entendeu direito, só falou com um sotaque difícil de entender:

- Eu já muito velho, ter medo ir preso.

Quem será que ligava para ele? Alguém querendo se aproveitar do velhinho, que o amedrontava só para receber por fazer a declaração? Isso até me passou pela cabeça. Fui então verificar nos sistemas e vi que a declaração do imposto de renda era feita todo ano, pagando um DARF todo mês, o carnê leão, mas a maior parte desse valor ele recebia de restituição. Conseguí ver pelo sistema que ele declarava um rendimento mensal, após várias perguntas, consegui entender que se tratava de aluguel. Falei para ele várias vezes que não tinha problema, ele não seria preso, e acho que o que ele queria é que eu garantisse que ele não precisava fazer declaração do imposto de renda. Todo caso será que a pessoa que fazia a declaração é que estava insistindo com ele para fazer a declaração e pagar os DARF? Até aí tudo bem, mas ameaçar de



prisão não tem sentido. Ou ele estava sendo ameaçado por um golpista e o pagamento que tinha que fazer era outro? Isso não deu para entender direito e como eu insisti que estava tudo bem e não precisava ficar preocupado com prisão, ele falou:

- Não precisa pagar mais, só esse ano eu paga, acabou depois.

Aí fiquei preocupado. Estaria eu criando mais um sonegador? E respondi :

- Espera aí, não é bem isso, Sr. Jamil. Não é que não precisa pagar o DARF, fazer declaração, isso está na legislação, tem que ser feito. O que não há é risco de prisão, mas pode ter multa, juros, cobrança, irregularidade do CPF. E ele foi logo agradecendo, já não tinha cara de preocupado e foi se despedindo. E assim se encerrou o atendimento. Será que ele concluiu que se não havia risco de prisão ele não iria pagar mais nada ?

Portanto, me senti um pouco frustrado com a dificuldade de comunicação, não foi possível ter certeza o que ele realmente entendeu. Eu poderia ter pedido ajuda de alguém para tentar esclarecer melhor, embora sabendo que entre meus colegas não tinha ninguém que entendia árabe.

Essa dúvida que supostamente tinha o Sr. Jamil, não é incomum, vários contribuintes que recebem cobrança da Receita Federal arrumam um jeitinho de perguntar: “se eu não pagar , vou preso?” ou, “o que acontece se eu não pagar?” Aí temos que explicar todas as consequências do não pagamento, inscrição em dívida ativa e dependendo do valor, execução da dívida, penhora de bens, etc. Mas muitos não têm uma dívida que corra o risco de chegar a esse ponto, como era o caso do Sr. Jamil.



**No passado: lugar de grandes sonhos.
No presente: imerso em mortas águas.**

Ênio Roberto Ignácio
Unidades Centrais/Coaef

Auditor Fiscal com início na Receita Federal através do Concurso de 1976. Trabalhou na COSIT em duas divisões: Imposto de Renda e IPI. Por cinco anos trabalhou na DRF Brasília, sendo dois deles na Fiscalização Externa. De 1993 a 1999 coordenou os trabalhos da Divisão de Tributação da COGER. Por três anos trabalhou na COANA, aposentou em 2002 e voltou à atividade em 2005.

Pode até parecer uma história fantasiosa, do lendário continente da Atlântida, exaustivamente explorado na literatura em geral e em filmes de ficção. Entretanto, esta não é uma história de ficção, é real e ocorrida no norte do Brasil, Estado do Pará e mais precisamente num local conhecido como Serra Pelada.

A notícia da existência de ouro naquele local, mais que isto, em grande quantidade (falava-se em toneladas, o que foi posteriormente confirmado), espalhou-se por todo o país, fácil como fogo em um rastilho de pólvora, mas de difícil prognóstico quanto as consequências daquele movimento migratório crescente e sem estrutura mínima que pudesse receber pessoas vindas de toda parte. Ali chegavam apenas com uma pá, uma bateia ou uma picareta, mas todos com o mesmo sonho: encontrar uma grande quantidade de ouro (lá diziam “bamburrar”) e ficar muito rico, dentro de pouquíssimo tempo.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Na verdade, alguns poucos encontraram muito ouro e conseguiram o bastante para realizar alguns de seus sonhos. Notícias assim se espalhavam rapidamente, atraindo mais curiosos e sonhadores, e atiçavam mais ainda aqueles que ali estavam, hipnotizados e insensíveis aos chamados dos seus próprios corpos que clamavam por um pouco de atenção, já que sua saúde não mais conseguia manter suas sobrevivências.

Muitos destes aventureiros, depois de longo tempo, distantes da família e dos amigos, trabalhando em condições subumanas, sucumbiram às condições extremamente adversas e faleceram.

Vários órgãos do governo ali foram instalados para estabelecer condições mais humanas àquele que era já chamado pela imprensa de “formigueiro humano”.

Foi construído um pequeno hospital e ambulatório, mantido pelo Ministério da Saúde. A COBAL – Companhia Brasileira de Alimentação, mantinha um restaurante com preços bastante acessíveis à população e também aos funcionários federais que ali prestavam seus serviços.

A Polícia Federal contava com um delegado e cinquenta agentes para fazerem a segurança de todo o garimpo e dos funcionários representantes dos vários ministérios.

Naquele período de pouco mais de trinta dias, cumprindo portaria de designação assinada pelo Secretário da Receita Federal, a Instituição contava comigo – Auditor Fiscal - e mais dois Agentes Administrativos. Tínhamos sob nossa responsabilidade a resolução dos processos que ali originavam. A alíquota do I.U.M. Imposto Único sobre Minerais era de apenas um por cento, mas que calculada sobre os valores de toneladas de ouro, resultava em arrecadação bastante expressiva. A maioria dos processos que chegavam à Agência da Receita Federal de Serra Pelada eram resultado de operações organizadas pela Polícia Federal dentro do garimpo, que prendia as pessoas que estariam praticando alguma forma de ilícito, como por exemplo a tentativa de



se evadir do garimpo para comercializar o produto de seu trabalho, no que poderíamos comparar ao “câmbio negro”. As regras eram bastante claras e havia cartazes espalhados por todo lado: o ouro, em qualquer de suas formas naturais encontradas naquele garimpo (em pó ou em pepitas) somente podia ser comercializado com a Caixa Econômica Federal.

A empresa DOCEGEO era a responsável desde a primeira verificação do material que os garimpeiros apresentavam como sendo ouro. Após um exame inicial o material era pesado em balanças de precisão e colocado em cadiños de tamanho compatível com a quantidade apresentada. Esses cadiños eram levados ao forno de altíssimas temperaturas para que toda a impureza fosse eliminada, restando ao final apenas o ouro. Já em forma líquida o ouro era despejado em formas, que presas a uma espécie de tesouras com mais de um metro de extensão, seguras pela extremidade, eram levadas até um tanque de água. Ao serem mergulhadas, as barras de ouro ainda em estado intermediário entre líquido incandescente e sólido, provocavam um som bastante interessante produzido pela abrupta mudança da água do estado líquido para o gasoso.

A segunda verificação do material consistia na comparação da cor apresentada pela barra de ouro já totalmente limpa, com as amostras de cada uma das especificações contidas no mostruário e, dependendo do número correspondente à cor com a qual se identificava, era definida com menor ou maior grau de pureza, o que finalmente definia o valor a ser pago ao garimpeiro. Era preparado um documento de crédito que o portador levava à Caixa Econômica Federal para sacar ou depositar em sua conta, conforme sua preferência.

Tive oportunidade de visitar o cofre da Empresa, e lá experimentei a sensação de segurar duas barras de ouro pesando doze quilos e meio cada uma.

Na verdade, a maioria daqueles garimpeiros estavam ali por ganância, queriam mais do que a vida havia lhes proporcionado. O espírito de aventura também tinha levado para lá outros tantos. Havia também os que por



problemas com a polícia e/ou com a justiça, estavam ali, em fuga, iludidos por uma falsa segurança, provocada pela distância (física) que os separavam de seus problemas.

É justo observar que pessoas também estavam garimpando, não por ganância, espírito de aventura, ou por serem foragidas da justiça. Havia também aqueles que por uma catástrofe qualquer, a perda de um ente querido, às vezes a única pessoa que existia em sua vida. Assim, não tendo mais ninguém para si, ninguém para se dedicar, sentindo sua vida totalmente vazia, resolveu em último recurso preenchê-la “bamburrrando” ou perdê-la de vez naquele garimpo de Serra Pelada.

Costumava conversar sempre que as condições se mostravam favoráveis, com aquelas pessoas, pois sempre acreditei que se conhecermos a dor que outras pessoas estão sentindo, poderemos conhecer fatos e situações que nos ajudarão discernir melhor caminhos mais seguros em nossas vidas, e ao mesmo tempo estamos proporcionando uma oportunidade, contando da nossa própria experiência, que pode ser útil à pessoa que sofre. Aquele que nos ouve, refletindo sobre outras experiências, pode valorizar em seu íntimo, sentimentos e valores antes não desvendados, mas extremamente necessários para bloquear os pensamentos negativos e a depressão que poderiam levá-lo a tirar a própria vida. Já ouvi, não me lembro onde ou mesmo o autor, que: “Quem não cuida da própria saúde é um suicida em potencial”.

No início da segunda quinzena de dezembro, nas proximidades da Agência dos Correios, foi erguida uma “Árvore de Natal”, assim construída: um mastro central em madeira com aproximadamente oito metros de altura, todo enrolado com fios de pisca-piscas em toda a sua extensão. Dezenas de fios com lâmpadas de cores variadas saindo do ponto mais alto do mastro eram fixados ao chão, com distâncias de até trinta centímetros um do outro na base. Todos sabiam que aquilo não era uma árvore propriamente dita, mas sim no máximo um “Cone de Natal” emborcado, mas entendiam e agradeciam a quem dissesse ter tido a ideia e construído aquele símbolo natalino.



Naquelas noites que antecediam ao Natal, os garimpeiros sentavam-se à volta daquela árvore e ficavam em silêncio, como em oração ou adoração, as lâmpadas tinham algo em comum com aquelas mentes, cada uma que acendia e apagava lembrava, certamente, os seus sonhos na teimosia das suas vidas. Alguns minutos de silêncio e contemplação eram, com certeza, o suficiente para que não estivessem mais vendo as lâmpadas com suas luzes intermitentes, mas sim os seus lares, seus filhos, entes por demais queridos de sua família: sua mãe, seu pai, sua amada, mesmo que alguns não mais fizessem parte desta vida, ou de seu convívio.

O “Cone de Natal” transformava-se. talvez, num artefato com poderes mágicos, numa máquina do tempo que passava para cada um o filme da sua própria história, não apenas oferecendo a possibilidade de assistir, mas também de interagir com as pessoas, fatos e circunstâncias de seu passado. Assim, acreditando, tentavam desesperadamente mudar o que passou, pois apenas dessa maneira teriam salvo seu presente.

No último dia do período estipulado na Portaria de Designação, ou seja, no dia marcado para a volta a Brasília, o pessoal que nos substituiria não havia chegado. Minha equipe me perguntou como íamos fazer, eles tinham compromissos inadiáveis, família, natal, e precisavam voltar. Não tive dúvidas, autorizei sua volta e esperei mais dois dias pela chegada da nova equipe. Voltei para Marabá no mesmo aviãozinho que tinha me trazido até o garimpo.

Ah! Para quem leu no livro anterior a minha história de chegada a Serra Pelada, (Missões Possíveis) tenho a esclarecer que o índio não estava no voo da viagem de volta.

Como já havia passado o dia da viagem de volta, apenas consegui voo para Brasília, na véspera do Natal, mas agradeço a Deus por ter chegado bem, reencontrado minha família (esposa e quatro filhos), todos com saúde, e hoje poder estar feliz, escrevendo para vocês, essas histórias.



Nuvens claras nem sempre significam tempo bom!

Ênio Roberto Ignácio

Unidades Centrais/Coaef

Auditor Fiscal com início na Receita Federal através do Concurso de 1976. Trabalhou na COSIT em duas divisões: Imposto de Renda e IPI. Por cinco anos trabalhou na DRF Brasília, sendo dois deles na Fiscalização Externa. De 1993 a 1999 coordenou os trabalhos da Divisão de Tributação da COGER. Por três anos trabalhou na COANA, aposentou em 2002 e voltou à atividade em 2005.

No início dos anos oitenta, trabalhar na Fiscalização Externa era ainda uma aventura para gosto refinado. Nesta seara podia-se semear e colher todo o tipo de projeto cabível dentro dos parâmetros legais, contemplados sempre na capacidade, criatividade e força de trabalho de cada equipe.

Nas reuniões para distribuição das FM – Fichas Multifuncionais – recebíamos também informações referentes às estatísticas atualizadas nas quais haviam sido trabalhadas as hipóteses que nortearam a escolha das áreas e empresas a serem fiscalizadas.

Desse momento em diante, cada equipe, ou cada dupla, de posse da documentação recebida, fazia sua própria pesquisa para cada uma das empresas sob sua responsabilidade. Quanto mais dados coletados nos sistemas da Receita Federal, melhor seria a evolução dos trabalhos de fiscalização.



Era manhã, às 08:30 horas saímos da Delegacia da Receita Federal de Brasília-DF. Estava um dia bastante claro, o sol já demonstrava que muito calor estaria por vir desde estas primeiras horas da manhã, aumentando à tarde.

Chegávamos na empresa sem nenhum prévio aviso. Contávamos com o fator surpresa, para que não fossem manipulados os dados indispensáveis ao exame, estudo e aplicação das normas legais, o mais claro possível para uma justa ação fiscal.

Ao final da tarde, boa parte das equipes já haviam retornado à Delegacia, quando notamos, que um dos colegas, normalmente comunicativo, mostrava-se bastante preocupado. Após alguma insistência de nossa parte, ele resolveu contar o motivo da alteração do seu estado emocional, e assim relatou:

Quando chegamos, eu e meu colega, diante da empresa, desci do carro enquanto ele continuou a procura de um espaço para estacionar.

Como o número do prédio estava bem à minha frente, resolvi começar a subir a escadaria para adiantar alguma coisa e ganharmos tempo.

Ao chegar ao escritório, me identifiquei como Auditor Fiscal da Receita Federal e perguntei pelo contador. Ouvi a mesma resposta que estava acostumado a ouvir em oitenta por cento das vezes em que me identificava e a empresa tinha alguma coisa para esconder: Ele não está! Perguntei, então, num “kit único”, pelo dono da empresa, sócio majoritário, sócio comum ou algum parente próximo que ali trabalhasse ou mesmo alguém que pudesse prestar esclarecimentos. . . .

A resposta também veio num “kit único”: Eles não estão! Neste momento, não me contive e perguntei (alto e em bom tom) se ali havia algum funcionário RESPONSÁVEL. Foi assim que uma mocinha apontou para um rapaz - que fazia caretas involuntárias à cada pergunta que eu fazia – e me disse: Este aqui é ajudante do contador, talvez possa ser útil. Realmente foi de grande utilidade pois separou livros e documentos em cima de uma mesa, um a um, em ordem de fácil consulta.



Estava tudo correndo muito bem, com exceção do fato do colega ter ido estacionar o carro e não ter voltado, mas, ainda bem que o projeto não parecia cem por cento, pois quando alguma coisa se aproxima da “perfeição” me preocupo em saber onde está o perigo (erro).

Bastaram alguns segundos de paz em que eu examinava em pensamento esta minha teoria, para que entrasse de repente no recinto um senhor que aparentava não mais que trinta e oito anos, estatura mediana, vestido com paletó mas sem gravata, calça de terno e tênis. Ao vê-lo, aquela mesma moça que me indicou o ajudante, agora apontou para ele e disse: este é o contador. Agradeci, me apresentei e disse já estar iniciando o trabalho de exame da documentação apresentada pelo seu ajudante.

O contador olhou para a mesa onde estavam livros e documentos e parecia não acreditar que o Fiscal da Receita Federal estava ali diante dele e de toda a documentação que tanto temia ser examinada.

Nesse momento ele me perguntou se os funcionários do escritório já haviam me oferecido água ou café. Respondi que não, mas que não se preocupasse pois estava tudo bem assim. Ele, tentando demonstrar calma e cortesia, disse que aquela mesa não era grande o bastante para o trabalho à ser feito e que mal continha o que já estava sobre ela. Conduziu-me então à uma sala ao lado, com uma grande mesa de reuniões e disse: aguarde um instante que vou providenciar a passagem do conteúdo da outra mesa para esta. E sem perder um segundo saiu da sala de reuniões e estranhamente puxou a porta ao sair. Como não estava havendo reunião, nenhum sentido havia de fechar a porta, por isto, corri até ela e tentei a maçaneta. Estava destrancada. Eu a abri com o devido cuidado e busquei com o olhar os documentos sobre a mesa, sim, estavam lá, só que debruçado sobre eles estava o contador que não percebera minha aproximação e como não tinha como esconder todos, pegava, lia o título de cada um deles, soltando e pegando outro e tentando alojá-los debaixo do paletó, e ainda enfiando nos bolsos documentos que ele certamente julgava “perigosos”.



Eu estava chegando devagar e ele viu primeiro meus pés, depois foi subindo o olhar, e quando viu meu rosto, não conseguiu gritar, mas emitiu um som de difícil imitação. Segurou mais fortemente os livros, apertou o paletó sobre eles e praticamente se jogou pela escada, onde num esbarro da curva do primeiro lance da descida, só não caiu porque era muito estreito o vão entre a parede e corrimão, mas deixou cair dois livros.

Minha primeira reação foi de me jogar escada abaixo, atingindo-o em cheio, para conter o roubo que ele estava cometendo do material essencial ao meu trabalho, mas ainda bem que considero, nestas circunstâncias, primeiro ímpeto o da emoção e o segundo como sendo o da razão. Assim, corri imediatamente até a janela que dava visão para a rua. A primeira pessoa que vi na calçada, com o pé já na soleira da porta de entrada foi o meu colega de Fiscalização. Chamei o seu nome. Ele parou e deu alguns passos para trás para ver quem estava chamando. Quando me viu na janela, gritei para ele: PEGA O LADRÃO!

Ele perguntou, assustado com a cena incomum: o que está acontecendo? Isto, é o que ele estava querendo saber, mas só proferiu parte da frase. O contador aproveitando-se do vazio da saída da escada para a rua passou tão próximo e tão veloz pelo nosso colega que quase o derrubou

Neste ponto do relato fez uma pausa para tomar um pouco de água e só então percebeu que os colegas à sua volta tinham passado do silêncio e concentração acentuada no interesse pelo desenrolar de tão inédita ocorrência em suas experiências de fiscalização, e estavam se divertindo, mesmo diante do conhecimento dos fatos, que por saberem ser verídicos, contados por pessoa de uma seriedade e caráter inegável, tornava-se ainda mais interessante.

Nosso colega, relator dos fatos e personagem principal da história, foi então cumprimentado por nós, colegas ouvintes, que além de apoiarmos suas atitudes no episódio, fomos bastante solícitos em colaborar para que as informações ocultadas pelo contador não prejudicassem o resultado do trabalho da dupla na fiscalização.



Tal como acontece numa grande e harmoniosa família, estávamos novamente unidos em torno de problemas e soluções que nos engrandeciam, proporcionando crescimento profissional que traziam a mais plena sensação de contentamento: pertencermos à organização da Receita Federal do Brasil.



O dia que a fiscalização foi recebida por comitiva de autoridades

Alvano Carvalho Lemos

DRF - Juiz de Fora/MG

Ingressou na RFB em 28/10/1985 no cargo de AFTN. Atividades desempenhadas; atualmente na fiscalização externa de PF e PJ; chefe de Tributação 1990/1991; Chefe de Arrecadação 1993/1994 e 2010/2011; Chefe Equipe Programação da Fiscalização 2008/2009; atual membro da Equipe Nacional e-Processo; Supervisor da EADI 1996/1998; Presidente de diversas Comissões de Inquéritos COGER; Instrutor de cursos formação ESAF e sistema e-Processo.

Tempos difíceis aqueles finais dos anos 1980. O contra-cheque de um Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional-AFTN (era este o nome do cargo até meados de 1989) tinha duas ou mais páginas, com um monte de penduricalhos de vencimentos. Um deles é hoje a chamada Indenização de Transporte, que era paga àqueles que exerciam a atividade de fiscalização utilizando próprio veículo.

Recém chegado na DRF-Governador Valadares, não tardou muito a deflagração de uma operação especial de fiscalização, demandada pela SRRF 6^a RF, em diversas cidades pólo da jurisdição da DRF.

A primeira cidade “selecionada”, para a qual fomos eu, a Mônica, também recém chegada na DRF, o César e o Glauter, ficava lá pelas redondezas do Vale do Jequitinhonha, região pobre e seca localizada no nordeste de Minas,



que de tão seca pertencia à área Sudene – o nome da cidade vou omitir, por questões óbvias.

Como disse, os tempos eram difíceis. A cidade “selecionada” ficava a mais de 400 km de Goval (assim chamávamos carinhosamente nossa Governador Valadares), que de asfalto até lá tinha muito pouco, era só buraco. Já havia perdido um par de pneus do meu carro naqueles tempos, só para fiscalizar nas redondezas de Goval. De pirraça, nenhum de nós quis disponibilizar seus veículos para aquela operação.

O valor mensal da indenização de transporte que recebíamos àquela época era tão insignificante (mais ou menos o valor de uma cerveja comum) que, em protesto, recolhíamos o valor em DARF que, por sua vez, era enviado pelos correios para o Gabinete do Ministro em Brasília. Não tardou muito, poucos meses depois, o valor foi enfim reajustado para bem mais. Mas isso é outra história.

Restou ao Delegado de Goval nos disponibilizar uma viatura da repartição, uma camionete diesel. Como era uma cabine simples, somente dois colegas, junto com o motorista oficial, seguiram na boleia e os outros dois na carroceria, que possuía capota. A “sorte” de quem ia na carroceria, eu incluído, é que tivemos de levar, além de mesas, cadeiras, máquina de escrever (ainda não estávamos na era do computador pessoal), bancos almofadados, daqueles compridos de sala de espera, nos quais pudemos nos estirar durante a viagem.

Na estrada, a descarga da viatura despejava dentro da carroceria monóxido, dióxido e outros óxidos de carbono. Dá para imaginar o que saía das narinas com um simples espirro.

Após mais de 4 horas de viagem, alcançamos as margens do velho e surrado rio Jequitinhonha. Chuva era coisa escassa por aquelas bandas e era possível ver todas as costelas do rio. Avistávamos, também, as lavadeiras cantadoras, que ficaram famosas recentemente, que ao mesmo tempo em que lavavam as roupas, na beira do rio, seguiam entoando canções regionais em coro, com voz estridente, muito característica. A região também é próspera



produtora de carne seca e de sol, seguramente a melhor do Brasil. Assim, as lavadeiras disputavam o arame farpado das cercas, ao longo da estrada, para estender e secar suas roupas, juntamente com as mantas de carne seca e carne de sol, deixando um visual colorido à estrada. Ah, tinha também a poeira branca da estrada a colorir o ambiente e as roupas e a “temperar” as carnes penduradas.

Depois de mais de 6 horas de viagem, com 3 paradas para esticar o esqueleto, entramos na cidade selecionada. Chegando à sede da ARF local, qual não foi nossa surpresa ao vermos que havia uma comitiva para nos receber. Ao descermos da viatura, metade dos AFTN saindo da boleia e a outra da traseira da carroceria, o prefeito da cidade, junto com o restante de uma comitiva numerosa, aproximou-se do chefe local da ARF e perguntou: e os fiscais, quando vão chegar? Bem, vou deixar para a imaginação do leitor as justificativas que apresentamos. Mas, que chegou a ser hilário, chegou.

O prefeito, então, nos deu boas vindas, desejou sucesso em nosso trabalho, mas não deixou de fazer seu pedido: para que a gente “não apertasse demais” os contribuintes de sua cidade, que era gente trabalhadora, honesta, etc.; que era uma honra para a cidade receber pela primeira vez os fiscais da Receita Federal. Tivemos nossas dúvidas quanto a isso, mas, na época do controle da atividade fiscal por Ficha Multifuncional-FM (bisavó do MPF), era impossível saber com precisão quando o último auditor-fiscal havia pisado por aquelas bandas.

Dizem as más línguas que haveria até banda de música para nos recepcionar, mas esta não veio, pois os músicos haviam chegado cansados de outra cidade, donde foram tocar.

Apesar da comitiva que nos esperava, a receptividade das autoridades locais nos deu a exata dimensão de nossa importância como autoridades de Estado que somos, enquanto auditores-fiscais.

A “cidade selecionada” ainda nos preparava outras surpresas: só tinha um hotel e, para mal dos pecados, o único “quarto que possuía banheiro cativo”



(era assim que chamavam um apartamento de hotel) era do Juiz de Direito que, para nosso azar, estava na cidade. Sem alternativa, ficamos a primeira noite naquele mesmo. Os quartos eram bem equipados com ventiladores de teto. Um dos colegas os apelidou de B52, pois o barulho assemelhava-se aos dos famosos aviões da 2^a guerra, além de balançar como se fosse desprender do teto. Se não nos refrescava do calor infernal da região naquela época, pelo menos espantavam as muriçocas e pernilongos. Apesar de não haver frigobar nos quartos, no final do corredor de acesso havia uma grande e bela talha de barro, com água de mina, donde se podia matar a sede durante a noite. Água fresca, cristalina e saborosa, cujo gosto me lembra minha infância na casa de meus avós na roça.

Iniciamos os trabalhos de fiscalização na própria segunda-feira da chegada, mesmo estando “mais quebrados que arroz de terceira”. No dia seguinte não nos fizemos de rogados. Com a ajuda do chefe e dos poucos colegas da ARF local, que nos forneceram colchões, roupa de cama, travesseiros, fomos nos “acomodar” dentro da própria sede ARF que, para nossa sorte, tinha ar condicionado funcionando que era uma beleza, um luxo! Espaçosa, utilizamos os próprios armários de processo, de madeira escura de jatobá, para montar um aconchegante hotel de campanha. Ah, tínhamos também dois frigobares. Este foi o nosso hotel ideal no restante da semana.

O único inconveniente que tivemos foi o fato do motorista ter dito, em tom de brincadeira, que na ARF havia muita barata. Aí, a nossa colega Mônica ficou apavorada, fez aquele escarcéu e chorou muito. Aliás, não era pra menos! Por sorte, caímos no sono para tirar o atraso da viagem. As baratas apareceram e não as percebemos, ou não apareceram ou não existiam, para sorte da Mônica.

Foi uma semana de intensa convivência entre os colegas.

A saga de “hospedarmos” na sede de ARF aconteceu na cidade seguinte, na continuação da operação especial pela região de Goval. Mas isso vale uma outra história.



Da culinária local, saboreamos as melhores moquecas de peixe, peixe frito, todos de água doce, carne de sol suculenta, daquelas penduradas e temperadas na cerca da estrada. Ahh, disso ficamos com muita saudade! À noite, fazíamos curto “fiscotur” pela vida noturna da cidade, que acabava por volta das 22:00 horas impreterivelmente, ou quando voltávamos mais cedo para nosso Hotel Ideal.

O estresse do trabalho só veio quando da lavratura dos autos de infração. Na ARF não havia “máquina de escrever IBM elétrica de bolinha com corretiva”, a mais avançada e luxuosa da época, e só havia duas na sede da DRF. Também não havia fotocopiadora, só no fórum da cidade. Como só tínhamos apenas máquinas de escrever manual, duas belas Olivetti verde-oliva, o jeito, então, era tirarmos no palitinho os dois primeiros colegas que usariam as máquinas para “catilografar” seus autos de infração, demonstrativos, inclusive de acréscimos legais e da famosa correção monetária em ORTN/OTN, relatórios, etc. Eram todos datilografados em três vias, utilizando o velho e bom papel-carbono. Um erro de datilografia ou começava-se tudo de novo ou apagava-se com borracha corretiva, nas três vias. E hoje tem gente que reclama que auto de infração é muito complicado de fazer num notebook!

Terminada a “operação especial” na cidade, com a ciência dos autos de infração, sexta-feira final de tarde, pegamos nossa viatura de volta para Goval.

Assim os auditores-fiscais de Goval cumpriam a sua missão de fiscalizar.



O negócio do Zé tá bombando!!!!!!!

Karla de Queirós Mattoso e Sousa

Demac - Belo Horizonte/MG

Ingressou na RFB em 30/06/2006, na DRF/Governador Valadares/MG, onde fiscalizou tributos internos e atuou na área aduaneira no REDEX de Teófilo Otoni (despacho de Exportação de Pedras Preciosas). Foi designada para uma Função Gratificada-FG na SRRF/06RF, onde foi a Representante da Educação Fiscal na 6^ªRF, e chefe da equipe na IRF/06RF.

Separado e sozinho, em meados da década de 90, José Carlos Correia resolveu prestar concurso para a Receita Federal passou e foi lotado na Delegacia de Governador Valadares, em Minas Gerais.

Havia vaga na Agência de Nanuque, terra de seu pai, já idoso e dono de uma bela fazenda na região.

A Agência de Nanuque era jurisdicionada pela Delegacia de Valadares e jurisdicionava, por sua vez, a própria cidade de Nanuque e as cidades de Serra dos Aimorés e Carlos Chagas.

José Carlos foi nomeado, então, em 1995, chefe da Agência de Nanuque. Trabalharia na cidade, durante a semana, próximo de seus familiares, e poderia ajudar o pai na fazenda, nos finais de semana.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Em Nanuque, havia um trabalhador chamado Manelão, analfabeto, lá pelos seus 45 anos de idade.

Manelão ajudava o irmão de José Carlos, diariamente, a carregar um caminhão com tambores de leite da fazenda do pai deles, bem como de fazendas vizinhas, sendo tudo levado para a cooperativa local.

Um dia, de folga na cidade e sabendo que José Carlos estava de volta a Nanuque, trabalhando, mas sem saber com o quê, Manelão reparou que havia um movimento enorme na Agência da Receita.

O movimento se devia ao ITR e ao fato de, à época, contar a agência com apenas dois servidores.

A fila de contribuintes estava dobrando a esquina e, lá de fora, Manelão se impressionava com o José Carlos que não parava, ora sentado diante do computador, ora de pé administrando o atendimento a fazendeiros, trabalhadores rurais e outros contribuintes, ora falando ao telefone, enfim, um corre-corre danado.

Mais tarde, ao se encontrar com o irmão de José Carlos e outras pessoas, Manelão comentou: “eu num sei qui negoço é esse, o do Zé! Eu só sei qui loja nenhuma aqui in Nanuque tá dando o movimento qui a loja dele tá dando! Eu bem qui quiria trabalhá cum ele! Ele vai ficá muiiiiiiiiiito rico! O negoço do Zé tá bombando!!!!!!”

Infelizmente, a agência de Nanuque, que iniciou suas atividades na década de 60, foi fechada no ano de 2000, a exemplo de outras agências no estado de Minas Gerais. E lá se foi por água abaixo o sonho do Manelão de trabalhar no “negoço do Zé”...

“A autora Karla de Queirós agradece ao servidor José Carlos Correia, que lhe contou o caso pitoresco num momento de descontração, quando ela trabalhava no REDEX da Agência de Teófilo Otoni, na qual ele é lotado, desde o fechamento da Agência de Nanuque”.



O Passageiro de Schwarzwald

Claudia Fleig Mayer
SRRF/10 RF - Ditec

Ingressou na RFB em 14/09/1992, Iniciou a carreira no Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre, onde permaneceu por 12 anos e passou pelos setores de Exportação, Bagagem (Bancada) e Importação. Trabalhou um período na Seção de Tecnologia da IRF/Porto Alegre, da qual foi chefe substituta. Desde 2009 está na Divisão de Tecnologia da SRRF10.

Desde cedo me interessei pelo estudo de idiomas, o que foi útil no período em que trabalhei em regime de plantão na bancada do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, ainda na época do terminal antigo. A maioria dos passageiros é composta por brasileiros retornando de viagem ou por nossos vizinhos da Argentina e Uruguai, mas volta e meia chega um estrangeiro perdido, que não domina nossa língua nem as mais usuais, como inglês ou espanhol.

Em uma ocasião, chegou um senhor de meia idade, visivelmente alcoolizado. A situação não é incomum: muitas pessoas têm medo de voar e aceitam bebidas à bordo para descontrair, sem se darem conta que o ar rarefeito do avião faz com que o efeito do álcool seja mais intenso. Ao tentar falar com aquele passageiro baixinho, rechonchudo e com bochechas rosadas de álcool,



ouvi um inglês quase incomprensível, contaminado com um sotaque familiar. Sem pensar muito, continuei o diálogo em língua alemã.

O passageiro ficou impressionado. Com sotaque típico de Schwarzwald – Floresta Negra – ele confidenciou que às vezes não era bem compreendido ao viajar em seu próprio país. Queria saber se eu tinha nascido lá. Respondi que não, mas que havia visitado a região e me hospedado em casa de familiares. Afinal, era a terra natal do meu avô materno.

Inspeccionada a bagagem, uma mera malinha de bordo com poucas peças de roupa, o alemão se foi, não sem antes enfatizar o quanto tinha ficado feliz em encontrar alguém que o entendia. Em seguida, chegaram mais dois voos, lotando o pequeno espaço então disponível do desembarque internacional.

Dali uns quinze minutos, percebi um tumulto na porta de saída. A vigilante tentava deter alguém que insistia em entrar à força: era o senhor de Schwarzwald. Para chamar minha atenção, ele emitiu um assobio – aqueles potentes, obtidos com dois dedos dentro da boca – e arremessou algo em minha direção. Nunca fui boa em esportes, principalmente os que envolvem bola. Mas era uma questão de sobrevivência, pois o objeto parecia pesado e vinha direto na minha testa, e consegui pegá-lo no ar. No mesmo instante, o passageiro gesticulou um adeus com a mão e sumiu, antes que eu pudesse devolver o objeto, fazer algo ou mesmo raciocinar direito. Por uma fração de segundo, fiquei imóvel, segurando uma barra de chocolate de 300 gramas que por pouco não tinha me atingido e nocauteado, antes de me dar conta da multidão de passageiros parados, de olhos fixos na cena patética.

- Vocês vão me desculpar... mas chocolate é irrecusável!



O queijo

Cristine Quintino Mouta Dias

DRF - Manaus/AM

Ingressou na RFB em junho de 2004 como Auditor-Fiscal, na DRF/Ji-Paraná/RO, onde trabalhou 02 anos e meio na malha fiscal (IRPF, ITR, Dirf X Darf e PJ). Depois foi removida para DRF/Manaus/AM, onde trabalha há seis anos na Fiscalização da Pessoa Física.

Fazenda, fazenda, boi, fazenda, boi, boi, boi, uma cidadezinha, fazenda, fazenda, boi, boi, boi... Essa era a paisagem que corria por seis horas pela janela do ônibus ao longo da BR-364.

No meio da viagem, ao meu lado, sentou-se um senhorzinho magrinho, de chapéu, barba branca, por fazer, pele curtida de sol, com um embrulho e uma pastinha velha na mão. Eu dei um sorriso sem mostrar os dentes, balancei a cabeça e virei para o lado, estava cansada demais para qualquer conversa.

Chegando ao meu destino final, a Rodoviária de Ji-Paraná, o dia já havia clareado, peguei um táxi e fui direto para a Delegacia da Receita Federal. Na ocasião, trabalhava sozinha todas as Malhas Fiscais: IRPF, ITR, DIRFxDARF e PJ. A rotina era passar a manhã atendendo aos intimados (e a quem mais quisesse tirar dúvidas de legislação) e à tarde trabalhar nos sistemas, coisa normal em Delegacia pequena: você chuta, cabeceia e corre para o gol.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Naquele dia, depois de um e outro contribuinte, entrou o senhorzinho do chapéu. O mesmo do ônibus? Sim, ele mesmo. Eu não comentei nada sobre a coincidência e nem ele. Sentou-se, apoiou o embrulho sobre minha mesa e desamarrou seus comprovantes. Em cerca de dez minutos resolvi o seu caso. Tratava-se de erro de preenchimento da área do imóvel rural na Declaração do ITR, entregue em formulário de papel. Mais um caso simples, em que um ponto no lugar de uma vírgula transformara uma pequena gleba rural, imune do ITR, em uma imensa propriedade.

Ele agradeceu e saiu com um sorriso no rosto. “Senhor, o seu embrulho”, eu chamei. Ele se virou calmamente e respondeu “é pra você, minha fia” e continuou andando. Eu pensei: “Ai, Jesus, o que será isso?” Abri devagar... “Pode ser uma bomba”, alguém disse rindo. Rasguei um papel, depois outro... Era um queijo! Um queijo branco, que depois comemos no lanche da tarde.

Pois bem, essa era Ji-Paraná. Cidade bem no meio do Estado de Rondônia, a mais ou menos 370 km da capital Porto Velho. Cidade dos grandes produtores rurais, mas dos pequenos também. Cidade onde não se vê estrelas no mês de agosto, por conta de tanta fumaça no ar, produzidas pelas queimadas na região – uma das formas mais primitivas e poluidoras de abrir e limpar o pasto. Cidade da grande indústria de granito, da divertida EXPOJIPA, do Fuscacross, do belo Rio Machado. Cidade da minha primeira lotação como Auditora-Fiscal, em que morei de junho de 2004 a outubro de 2006. Cidade em que sorri e chorei quando fui removida. Cidade que me deu boas lembranças com bons amigos que nunca mais vi.



Os três porquinhos

Marilene Cardoso de Lucena Flores
ARF - Veranópolis/RS

Ingressou na RFB em março de 1987 na Agência da Receita Federal de Veranópolis. Chefe da Agência desde de abril de 2003, sempre no cago de ATRFB.

Trabalho na Agência da Receita Federal de Veranópolis há 25 anos. Amo meu trabalho. Já passei por muitas mudanças e por diversas situações: engracadas, difíceis e gratificantes.

Há anos, quando recebíamos as Declarações de IRPF em papel e em meio magnético diretamente na Agência, (quase a maioria) tínhamos que ficar fazendo plantão para recebimento das mesmas até 24 horas no último dia da entrega. Como sempre fomos muito unidas (a chefe Inésia, hoje já aposentada, uma grande amiga) a Mara e eu, ficávamos sempre juntas no dia 30 de abril de cada ano. Apesar de tornar-se um dia cansativo, afinal de contas trabalhávamos das 8 da manhã até a meia noite, somente com o intervalo para o almoço, era sempre divertido e gratificante.



Em um ano, perto da meia noite, preparando-nos para fechar a Agência tocou o telefone. Até as 20 horas, sempre apareciam retardatários, mas depois das 20 até as 24 horas, eram poucos os contribuintes que compareciam. Minha colega atendeu ao telefone. Era uma senhora que queria saber onde poderia entregar 3 porcos vivos para nos presentear, pois tinha sido muito bem atendida por nós. Estava na frente da Igreja com o caminhão de porcos para serem descarregados. Minha colega não sabia o que dizer e passou o telefone para minha chefe. Ela disse que não podíamos aceitar presentes e agradecia imensamente, porém a mulher insistia (com um sotaque interiorano muito forte), e dizia que não retornaria aquela hora com os porcos para a cidade de Vista Alegre do Prata.

Depois de muita explicação e confusão, tendo em vista a insistência da senhora, descobrimos que se tratava da Salete, uma colega da Delegacia de Caxias do Sul que quis fazer uma brincadeira conosco, brindando o nosso plantão!

Até hoje essa história está na nossa lembrança. Como é bom podermos ter boas recordações do nosso trabalho.

Eu acredito que uma brincadeira bem dosada e com bom humor faça bem à alma, reforça uma amizade e deixa seu dia mais leve.



Sabes quem sou?

Magali Maria Fernandes Nicolau

DRF - Santarém/PA

Ingressou na RFB em 1986. Chefias: Delegada Substituta; Chefe das Seções: Administrativa; de Tributação; do CAC. Atividades desempenhadas: Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeira. Atualmente trabalhando com Licitações e Contratos.

Na Zona Franca de Manaus mercadorias de origem estrangeira dão entrada no Brasil sem o pagamento dos impostos devidos. Entretanto, a saída desta área é tributada, com algumas exceções.

Numa tentativa de evitar que os produtos estrangeiros saíssem da zona livre sem a devida tributação, foi criada a Base Candiru, posto de fiscalização flutuante localizado no Rio Amazonas, às proximidades da cidade de Óbidos, no Estado do Pará.

A fiscalização era realizada pela Receita Federal, Polícia Federal, IBAMA e Receita Estadual. Todas as embarcações que vinham de Manaus eram obrigadas a parar no posto para que efetuássemos a vistoria de cargas e passageiros.



Digo sempre que graças à Base Candirú, tenho muitas histórias pra contar para os meus netos, como a que conto a seguir.

Tratava-se do mês de julho, período que tínhamos dificuldades para compor a equipe, pois muitos funcionários estavam de férias. Quando aconteceu o fato que passarei a contar. Éramos somente eu e um colega vindo da Delegacia de Belém e que não tinha nenhuma experiência em fiscalização aduaneira.

Entre a cidade de Manaus e a Base Candiru ficava a cidade de Juruti. Como vistoriávamos somente os barcos oriundos de Manaus, recebíamos de vez em quando informação de que era feito o transbordo das mercadorias que vinham de Manaus, para embarcações que saíam de Juruti, e que não eram fiscalizadas pela Receita Federal.

Como o movimento maior dos barcos era a partir das 18:00 horas, a tarde sempre transcorria calmamente, até o momento que uma lancha proveniente de Juruti informou a sua aproximação. Eu falei para o colega que iria pará-la. Ele foi contrário, pois como não era o horário regular dos barcos, não tinha nenhum agente da Polícia Federal para nos acompanhar na fiscalização. Assim mesmo eu resolvi fazê-la parar, por minha conta e risco, pois nunca tínhamos tido problemas de violência durante os trabalhos.

Para os passageiros, a parada na Base Candiru era sempre desgastante, pois além do estresse da fiscalização, ainda tinha o atraso na viagem. Todos ficavam meio nervosos.

A embarcação a ser fiscalizada era do tipo lancha, com capacidade para aproximadamente 40 passageiros, e estava lotada. Selecionei uma mala e pedi ao dono que se identificasse e a abrisse para que pudéssemos vistoriá-la. Atendeu-nos uma senhora, que ao entregar os documentos pessoais informou que era Secretária de Saúde. Como ela não abriu a mala, solicitei que ela o fizesse. A passageira se exaltou e soltou o clássico: “Sabes com quem estais falando? E perguntou se eu não tinha entendido quando ela disse que era



Secretaria de Saúde. Eu respondi que eu estava falando com uma passageira, e esperava ser atendida para poder realizar o meu trabalho. Ela, aos berros, gritou que era um abuso de autoridade e que iria tomar as providências necessárias para me punir.

Como a lancha era pequena, os demais ocupantes a tudo acompanhavam e resolveram se manifestar. Uns concordavam com a passageira e me ameaçavam com processo, e outros apoiavam a fiscalização, concordando que todos eram passageiros e deviam receber o mesmo tratamento. Virou a maior confusão com todos falando ao mesmo tempo. O meu colega estava apavorado e ficava me pressionando para liberar a bagagem.

A bem da verdade, a minha vontade era liberar, pois o tumulto era grande. Mas uns anos de experiência me fizeram manter a calma e continuar o trabalho. Como ela viu que eu estava firme, abriu a bagagem e nós fizemos a vistoria. Graças a Deus estava tudo regular.

Entretanto, ao solicitar a identificação do dono de outra mala selecionada, a Sr^a Secretaria de Saúde apressou-se em informar que se tratava da mala do Presidente da Câmara de Vereadores. Pensei: será possível que eu só escolho bagagem de autoridade?! Mas os ânimos já tinham se acalmado e conseguimos concluir a fiscalização sem maiores problemas.

Ainda bem que não foi desta vez que as denúncias de ilegalidade da bagagem se confirmaram, pois caso contrário, estaríamos em maus lençois.



Sinto saudade! Muuuuuuuuuuuuita saudade!

Ângela Guimarães de Lima Siqueira

DRF - Recife/PE

Funcionária PSE/SERPRO, completará no próximo dia 07 de outubro, 31 anos de serviços dedicados à DRF/RCE onde teve a oportunidade de conhecer um pouco do mundo dos impostos. Participou de Comissões de Leilões – PF, da Assefaz Social, de Blitz diversas, Operação Fronteira blindada, Fronteira Foz/Paraguai, nos mutirões locais e do CARF em Brasília.

Todo mundo junto:

MF – PFN – AGU – SRRF – DRF – INSPETORIA – ESAF – ASSEFAZ – BIBLIOTECA – REFEITÓRIO – POSTO DE SAÚDE – CEF

É!!!!!! Nós tínhamos um refeitório no 3º andar do prédio do MF, gerenciado pela ASSEFAZ. O Posto de Saúde tinha Clínico Geral, Dentista, e até Ginecologista. O HEMOPE envia seu ônibus para que nós, funcionários públicos, colaborássemos com a reserva de sangue, ajudando a salvar vidas!

TODOS JUNTOS!

A ASSEFAZ teve seu papel importante, IMPORTANTÍSSIMO!



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Posso afirmar que conhecia mais de 80% dos funcionários das instituições acima citadas.

Andava-se de um prédio para o outro por uma passagem interna - que foi fechada para ampliação do CAC - com frenesi: leva processo, desarquia processo, vai à biblioteca, vai ao posto de saúde; na hora do almoço o movimento esquentava.

Quantos de nós almoçávamos no refeitório? Muitos, de todas as classes.

TODOS JUNTOS!

Com o incentivo de nossos administradores e o apoio da ASSEFAZ, desenvolveu-se o esporte na associação. A equipe de vôlei feminino fazia um sucesso danado. Foi várias vezes campeã quando do Circuito Nordestino da ASSEFAZ. A equipe de futebol de salão, nem se fala! Era contagiente ver nossos colegas tão íntimos com a bola. Também foi várias vezes campeã. Viajavam bastante e isso os fazia maior.

Trabalhava-se em setores bem diferentes e esta forma de união fazia com que a cooperação se refletisse no cotidiano de nossas atividades tão interligadas.

TODOS JUNTOS!

As exposições de artesanato e pinturas em tela, que tinham como protagonistas os funcionários e seus familiares, se davam no hall do prédio do MF, era um sucesso! Todos se orgulhavam de poder expressar sua arte para seus colegas do dia a dia.

TODOS JUNTOS!

A ideia de montar um coral só com funcionários, foi supimpa! Era tão contagiente ouví-los cantar!

Nossa superintendente – na época a Sra. Ivete Malaquias – não resistiu ao encanto e também passou a fazer parte do grupo cantante, dando grande



incentivo ao grupo e aos futuros participantes. Até aposentados, como o Sr Lira – ex-assessor da DRF/Recife, juntou sua voz às demais. Chegou a ter mais de 25 coralistas.

Várias apresentações nas festividades das instituições presentes nesse aglomerado, como também em Caruaru, BB, BANDEPE, Encontro de Corais, etc.

TODOS JUNTOS!

Do coral surgiu o Bloco Carnavalesco ASSEFAZFOLIA que animava as sextas-feiras de carnaval, reunindo funcionários e familiares num grande turbilhão de alegria. A concentração se dava defronte do prédio do MF e contava com uma orquestra, distribuição de batidas regionais e caldinho de feijão, além do casal de reis, sempre com fantasias bem elaboradas e originais, homenageando o homem da meia-noite, a natureza, o forró ou personagens como Colombina, Pierrô e Arlequim. Cada ano uma surpresa, sempre muito esperada e aplaudida pelos colegas carnavalescos. Desfilavam pelas ruas do Recife Antigo, colaborando em manter as tradições do nosso Estado. Era um Sucessão!

TODOS JUNTOS!

As festas comemorativas se davam em conjunto. Grandes festas! Todos eram convidados. Do lado de lá e do lado de cá.

TODOS JUNTOS!

Tinham os SEMINÁRIOS, que juntavam funcionários de diversos setores, por dois ou três dias em uma praia, no campo, não importava o lugar. O que importava mesmo eram os novos conhecimentos das pessoas fora do local de trabalho. Terem objetivos comuns naqueles dias. Confraternizações formais e informais.

TODOS JUNTOS!

A DRF com seus LEILÕES para Pessoa Física – aberto ao público. A



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

equipe formada de preparadores de lotes, leiloeiros, carregadores, apoio, motoristas, juntava funcionários de todas as sessões dos dois prédios. Leilões em Recife, Limoeiro, Caruaru, Lagoa de Itaenga, etc. Trabalhava-se com responsabilidade, prazer e alegria.

TODOS JUNTOS!

As Blitz – na cidade ou nas estradas – mexiam com a adrenalina do grupo!

Os Mutirões – internos e nas agências – juntava gente de todos os setores para, naquele momento, trabalharem com um objetivo comum, engradecendo seus conhecimentos e ampliando horizontes.

TODOS JUNTOS!

Aaaaaaaaaaaaaai! que saudade !!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

Era muito bom !!!!!!!!!!!!!!!



Sorte de principiante

Magali Maria Fernandes Nicolau

DRF - Santarém/PA

Ingressou na RFB em 1986. Chefias: Delegada Substituta; Chefe das Seções: Administrativa; de Tributação; do CAC. Atividades desempenhadas: Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeira. Atualmente trabalhando com Licitações e Contratos.

Na Base Candirú, posto de fiscalização flutuante localizado às proximidades da cidade de Óbidos, no Rio Amazonas, realizávamos a fiscalização das embarcações, conferindo a regularidade das mercadorias estrangeiras que saíam da Zona Franca de Manaus.

As embarcações eram obrigadas a parar, e as equipes da Receita Federal, da Polícia Federal, da Receita Estadual e do IBAMA, todos órgãos que trabalhavam em conjunto no posto de fiscalização, subiam a bordo para realizar a fiscalização. Cada órgão cuidava dos assuntos de sua competência.

Para os que não conhecem a região, os rios são como as estradas, e o meio de transporte mais utilizado são os barcos, que fazem o papel dos ônibus em comparação com a realidade de outras regiões do Brasil. Como as viagens



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

são longas (vários dias), em substituição às poltronas, os passageiros utilizam as redes. A bagagem fica geralmente sob as redes, para facilitar o seu acesso aos passageiros.

Vistoriávamos tanto a bagagem dos passageiros como a carga dos barcos. A fiscalização era realizada por amostragem: selecionávamos algumas malas/sacolas e pedíamos ao passageiro que se identificasse e procedesse a abertura da sua mala para que efetuássemos a revista.

Nessa atividade verifiquei a existência de 3 malas de boa qualidade, que não estavam próximas de nenhuma rede. Pedi que o dono se identificasse, mas ninguém apareceu. Com o convívio de dias, os passageiros geralmente sabiam a quem pertencia a bagagem, porém, ninguém soube dizer a quem pertenciam as malas. Achei estranho e relatei o fato ao responsável pela equipe, pois eu trabalhava com julgamento de processos fiscais, e não tinha praticamente nenhuma experiência com fiscalização aduaneira.

Fui informada pelo colega que nesses casos tínhamos competência legal para procedermos a abertura da bagagem, mesmo na ausência do passageiro. E assim o fizemos.

Como as malas eram do tipo rígidas, utilizamos um pé de cabra para abri-las. Ao conferirmos o conteúdo da primeira mala encontramos edredons que removidos deixaram à vista sacolas plásticas salpicadas com pó de café, envolvendo um outro recipiente que continha uma pasta. Suspeitamos de cocaína, o que foi confirmado com o teste. Nas outras duas malas o mesmo tipo de conteúdo.

Chamamos os agentes da Polícia Federal, e eles determinaram que todos os passageiros saíssem do barco com os seus pertences. A seguir, pegamos a lista dos passageiros e convocamos um a um a se identificarem, revistávamos minuciosamente suas bagagens, e eles retornavam à embarcação.

Neste procedimento tivemos surpresas: concluída a convocação dos passageiros que constavam da lista, a plataforma ainda estava apinhada de



viajantes, numa proporção aproximada de 50%, ou seja, metade da receita oriunda da venda de passagens seria sonegada, e o pior é que a lotação da embarcação excedia em muito o permitido pela Capitania dos Portos, colocando em risco a vida de todos, motivo da maioria dos acidentes de grandes proporções que ocorrem com frequencia nos rios da região.

Mas a maior surpresa ainda estava por vir. Com todos os passageiros embarcados, restou na plataforma uma mala, que, aberta, confirmou o mesmo conteúdo das outras. Ou seja, o traficante desembarcou com a mala na tentativa de salvá-la e a abandonou quando verificou que a bagagem estava sendo vistoriada ao retornar à embarcação. Ficamos espantados pelo fato de que ninguém conseguiu lembrar quem desceu com a mala.

No dia seguinte a droga foi transportada, com escolta da Polícia Federal, para a cidade de Santarém, Pará. Registre-se que a investigação policial conseguiu identificar os traficantes que foram presos. Ao todo foram 80 quilos de pasta pura de cocaína.

Adotando-se como parâmetro a quantidade de apreensões, muitos colegas apreenderam muito mais drogas, mas a maior apreensão individual foi feita por mim, uma principiante à época. Depois do episódio os colegas da Polícia Federal brincavam que eu era a marca a ser batida, e eu digo agora que sou a marca que não foi batida, pois a Base Candiru foi desativada.



Um pouco da história da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas e Agências

Valmir Paulino Benício
ARF - São Sebastião do Paraíso/MG

Ingressou na RFB em 1989 no concurso para TTN e nomeado no dia 15/05/1991. Foi lotado primeiramente na Alfândega de Cumbica, pediu transferência para a DRF/São Bernardo do campo EM 1995, DRF/Poços de Caldas em 2004 e ARF/SSP em 2010.

PERÍODO DA COLETORIA

Coletorias Federais - POÇOS DE CALDAS

- Situada em Minas Gerais.
- Considerada de 4^a classe pelo Decreto n. 5.889, de 1940.
- Consta do Anexo 3 da Lei n. 1.293, de 1950.
- Seu coletor em maio de 1951 era Reinaldo Rosa.

PERÍODO DA INSPETORIA

Inspeção do Imposto de Renda - POÇOS DE CALDAS

- Localizada em Minas Gerais, consta do Relatório da Comissão de Reforma do



Ministério da Fazenda em 1965.

- Inspetor - Daniel Lopes de Azevedo - 1965.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas completou quatorze anos de existência no ano de 2012. A princípio, se constituía uma Agência da Delegacia de Varginha e por meio da **Portaria MF nº 27 de 16 de fevereiro de 1998**, foi elevada a categoria de Delegacia. O grupo que à época era de sete servidores, atualmente somam mais 100 servidores.

A DRF/PCS tem, na sua estrutura, além da Sede em Poços de Caldas, as Agências de Guaxupé e São Sebastião do Paraíso. Essas unidades atendem em sua Jurisdição Fiscal um total de 26 cidades. Nesse contexto, a DRF-PCS desponta no âmbito da Receita Federal do Brasil no Sul de Minas como referência regional.

Como Agência, a unidade localizou-se em vários endereços da cidade. A princípio, no antigo Condomínio Capri, na Rua Mato Grosso. Posteriormente, ocupou o espaço onde fica a atual Câmara Municipal da Cidade. No período de 1971 a 1998 esteve localizada na Rua Rio Grande do Sul. Em seguida ocupou espaço na Rua São Paulo, 653, já então como Delegacia.

No período entre o ano 2000 e 2006 a Delegacia esteve na Rua Marechal Deodoro 168 e finalmente em novembro de 2006 a Unidade se transferiu para o atual endereço na Rua São Paulo, 461.

No ano de 2007 a Lei nº 11.457/2007 criou a Receita Federal do Brasil – RFB, e unificou as atribuições da Receita Federal e da Receita Previdenciária. A DRF/PCS, no âmbito da RFB, foi uma das Unidades pioneiras a concluir a integração entre as Receitas. A partir do dia 04/04/2007 o atendimento na Delegacia passou a ser integrado. Na oportunidade o quadro funcional da DRF/PCS foi ampliado passando de 48 para 76 servidores.

A criação da Receita Federal do Brasil teve o propósito de aumentar a eficiência da administração tributária federal, simplificar os processos de arrecadação e fiscalização e combater de forma mais efetiva a sonegação fiscal.



Os resultados alcançados comprovam a eficiência quanto à administração e a arrecadação tributária e contribuições previdenciárias nas unidades da RFB.

Os dados vêm demonstrando que a nova estrutura tributária promoveu a racionalização da gestão, reduziu os custos administrativos e melhorou o atendimento ao contribuinte.

Como se sabe, São Sebastião do Paraíso e Guaxupé se destacam por serem pontos de localização estratégica, considerando a proximidade com uma das regiões mais desenvolvidas de São Paulo e Minas Gerais. São Sebastião do Paraíso acabou sendo um pólo de controle aduaneiro e Guaxupé referencia na liberação de mercadorias para o exterior, considerando grandes empresas ligadas ao cultivo e exportação de Café localizadas na região.

Atenta a isso a Receita Federal instalou um Recinto Especial para o Despacho Aduaneiro de Exportação, o Redex, para facilitar o controle de liberação das cargas no comércio exterior.

O Redex de Guaxupé, juntamente com os principais recintos aduaneiros de exportação - Aeroporto Internacional Tancredo Neves, Porto Seco de Varginha e o Porto Seco de Betim - de acordo com o valor desembaraçado - respondem por mais de 90% do valor desembaraçado pelas unidades aduaneiras em Minas Gerais (Fonte: Folha Rural).

O recinto especial de Guaxupé iniciou em 2002 e tinha na direção da Agência a servidora Emília Regina Martins Cavalli.

A Delegacia Poços de Caldas completou dez anos de existência no ano de 2008.



SEGUEM, AGORA, ALGUNS DOS FATOS MAIS MARCANTES DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS.

ALGUNS EVENTOS – 2005 - 2008

OPERAÇÃO LEÃO BRANCO

MARÇO DE 2005

A DRF/PCS constatou fraudes em 1.700 declarações do Imposto de Renda Pessoa Física. A operação denominada Leão Branco descobriu 220 declarações irregulares. Os fiscais identificaram a emissão de R\$ 4 milhões em recibos entre os anos de 1999 e 2003.

DRF EM POÇOS DE CALDAS FAZ DOAÇÕES À DIVERSAS ENTIDADES

A Delegacia Regional da Receita Federal em Poços de Caldas realizou doação de diversas mercadorias à Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Santa Casa de Misericórdia de Caldas, Casa do Menor Dr. Ednan Dias e Sociedade de Assistência à Infância de Águas da Prata. O lote de mercadorias composto de equipamentos eletrônicos, artigos para bazar e brinquedos foi avaliado em R\$ 13.424,00. Nos últimos anos foram doados ou destinados a órgãos públicos diversas mercadorias com dezenas de entidades beneficiadas.

Com as doações e destinações a Receita Federal do Brasil contribui para que as entidades possam obter recursos para manutenção das atividades assistenciais e melhor equipando os órgãos públicos para desenvolvimento de sua missão. É mais uma das atividades da RFB em prol da sociedade.

SERVIDORES DA DRF/POÇOS DE CALDAS RECEBEM MEDALHAS-2006

No dia 25 de agosto de 2006, com a presença de autoridades civis e militares da região, em comemoração ao Dia do Soldado, no Tiro de Guerra de



Poços de Caldas, os servidores Maria de Lourdes Sousa, Delegada Substituta e o TRF Márcio Felix de Souza, representando a Delegacia da Receita Federal em Poços de Caldas, foram condecorados com a entrega de comendas da Força Expedicionária Brasileira, em reconhecimento à qualidade de Colaboradores do Exército Brasileiro. Na ocasião, foi realizada a primeira etapa da formatura dos atiradores do Curso de Formação de Cabos e demais Soldados.

OLIMPÍADA DOS TRABALHADORES – PARTICIPAÇÃO DESDE 2006

DRF/Poços de Caldas participa da XVIII Olimpíada dos Trabalhadores em Poços de Caldas.

Servidores da DRF/Poços de Caldas, engajados nas linhas de ações do PROJETO RECEITA SOCIAL, tomaram iniciativa de participar pela primeira vez da XVIII Olimpíada do Trabalhador, promovida pela Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. A participação dos servidores da Receita Federal no evento, ainda que mais voltado para participantes da área privada, serviu para engajar e promover a integração de servidores.

A participação foi tão abrangente e entusiasmada que mereceu parabenização do Secretário de Esportes Municipal. Nesse evento tivemos a nossa primeira medalhista, a Sra. Sandra Fialho, Agente Administrativo.

Além disto, foi muito gratificante ver servidores e funcionários de todas as áreas de atuação da Unidade engajadas na organização da participação no evento.

Os servidores participaram também da *XIX e XX OLIMPÍADA DOS TRABALHADORES EM POÇOS DE CALDAS – 2007 e 2008*

INAUGURAÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA DRF/POÇOS DE CALDAS - 20.11.2006

Por ocasião do aniversário da Receita Federal, no dia 20 de novembro de 2006, foi inaugurado o novo prédio da Delegacia da Receita Federal em



Poços de Caldas. A solenidade contou com a presença do Chefe da Dipol representando a SRRF06, servidores da Receita Federal e autoridades locais.

ATENDIMENTO UNIFICADO 04.04.2007

Abaixo um breve relato do início dos trabalhos de atendimento unificado.

A iniciativa de promovermos as aulas técnicas com a participação dos membros da Receita Previdenciária e Receita Federal foi excelente para interação dos servidores com os assuntos de ambos os órgãos. E teve o resultado ainda mais abrangente no sentido que acabou promovendo a integração dos servidores, parte essencial para o sucesso da unificação.

Ainda que pegos um pouco de surpresa, agilizou-se a adequação do local de atendimento para receber os novos integrantes da equipe, bem como todo equipamento e demais instalações necessárias. Nesse trabalho, o sucesso foi graças ao empenho de todos: Gabinete, Tecnologia, Atendentes, bem como do pessoal da Previdência, que deu muito apoio nessa etapa.

Fizeram, emergencialmente, uma reunião com toda a equipe de atendimento de ambos os órgãos e definiu-se um plano gerencial para o atendimento ouvindo cada participante sobre a melhor forma de conduzir os trabalhos nesta etapa, considerando as diretrizes que nos foram passadas.

Cabe comentar que em todo o tempo houve o apoio e acompanhamento dos colegas Soraya F. Raydan e Pietro Giovanni Perugino, que passaram dicas, sugestões e orientações diversas.

A equipe do CAC teve a ideia de recepcionar cada novo integrante com um cartão de boas vindas e colou um vasinho de flores em cada mesa que preparamos para os novos colegas.

INAUGURAÇÃO DO DEPÓSITO DE MERCADORIAS APREENDIDAS EM POÇOS DE CALDAS – 10.12.2007



Foi inaugurada em 10 de dezembro de 2007 a sede própria para o depósito de mercadorias apreendidas em Poços de Caldas/MG.

O evento contou com a presença do Coordenador Especial de Vigilância e Repressão da Receita Federal, Mauro de Brito, do chefe da Divisão Nacional de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal, Frederico Emmanoel Sales Vasconcelos, e do Superintendente Adjunto da Receita Federal em Minas Gerais, Eugênio Cota Guimarães, além de várias autoridades locais.

PALESTRA INFORMATIVA “MEGA EVENTO” – 15.08.2008

AGOSTO DE 2008.

DRF POÇOS DE CALDAS – SERVIDORES DA DRF/PCS PARTICIPAM DE GRANDE EVENTO EM POÇOS DE CALDAS

Idealizado e articulado pelo servidor Valmir Paulino Benício, chefe de Equipe de Atendimento, o Sindicato dos Contabilistas em Poços de Caldas e Região promoveu no dia 15/08/2008 uma importante Palestra Informativa com a participação de diversos órgãos de atendimento ao contribuinte, como PGFN, Junta Comercial, Secretaria da Fazenda e Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. Na ocasião, participaram os seguintes servidores de seus respectivos órgãos.

NOME	ÓRGÃO	ASSUNTO
Valmir Paulino Benício	RFB	Certificação Digital Procuração Eletrônica E-CAC Cursos do sítio da RFB
Zélia da Costa Cavalcanti João Batista Francisco	JUNTA COMERCIAL	Cadastro Sincronizado
Sebastião Saturnino Silva Filho	SEFAZ	Cadastro Sincronizado
Maria Francisca Lopes - Flávio Gomes Fernandes -	RFB	Orientações Gerais do Atendimento na RFB
Jorge Chagas Ribeiro	PGFN	Orientações Gerais do Atendimento na PGFN
Evandro Dias Leite Antonio Carlos Bertozi Luiz Gabriel Gonçalves Samuel de Carvalho	PMPC	Orientações Gerais do Atendimento



Estiveram também presentes, o Delegado Adjunto de Poços de Caldas- Marcos Paulo Pereira Milagres, a Analista Tributária da área de Tecnologia- Simone Dorinho de Oliveira e o Chefe Administrativo da SEFAZ, Vanderlino dos Reis.

O evento acabou ficando conhecido no meio Contábil por MEGA EVENTO e conseguiu reunir cerca de 130 profissionais da área contábil, que reconheceram e elogiaram muito a iniciativa.

Entre outros aspectos positivos, destacamos a demonstração que tais órgãos estão engajados na melhoria do atendimento e do fluxo de informação ao contribuinte.

10 ANOS DE DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS – 16.02.1998

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas comemorou seus 10 anos de existência com homenagem aos servidores que durante todo esse período trabalharam em benefício da sociedade e do cidadão.

Como parte da programação dos eventos comemorativos concluímos os Jogos da Primavera na mesma ocasião, quando promovemos a premiação dos vencedores.

Avaliamos que alcançamos nossos objetivos. Além de reverenciarmos a Unidade e os servidores que contribuíram com seu trabalho nestes 10 anos, a realização dos Jogos proporcionou momentos de integração, aprendizagem, aperfeiçoamento, saudável competição e também de colaboração entre colegas de trabalho. A ideia de trazer os familiares para o evento foi muito feliz e salutar.



HOMENAGEADOS

SERVIDORES HOMENAGEADOS PELOS 10 ANOS DE DELEGACIA EM POÇOS DE CALDAS

HOMENAGEADOS		
1	Amílcar Marcelo de Aguiar Araújo	10 anos
2	Cibele Caldas de Oliveira	10 anos
3	Divino Salvador Palazzi	10 anos
4	Edir Simões	10 anos
5	José Augusto Bueno de Lima	10 anos
6	Maria de Lourdes Sousa	10 anos
7	Maria Aparecida Guedes Teixeira	10 anos
8	Rita de Cássia Manfré Ribeiro	10 anos
9	Rosana Maria Ruiz Renard Pie	10 anos
10	Ivone AP. R. Goulart Magno	10 anos
11	Marilia Gonçalves Magri	10 anos
12	Neusa Gusmão Duarte	10 anos
13	Vera Júnia Lamana	10 anos
14	Flávio Vilela Campos	Menção honrosa
15	Simone de Oliveira Dorinho	Menção honrosa

CURIOSIDADES

Mensagem do Ex-Delegado de Varginha, Sr. Igor Direne Neves, enviada para Flávio Vilela Campos, em 02 de setembro de 2008.

“Nelson Losso, conselheiro da Assefaz, ao fazer uma arrumação em sua casa, encontrou um jornal da Assefaz de maio/1985, com uma mensagem da



minha mãe no canto superior direito da última página (Despedida Dona Beth), quando se despediu da antiga ARF/Poços de Caldas e voltou para a DRF/Varginha. Também guardo boas recordações da ARF/Poços de Caldas, que frequentei nas minhas férias escolares entre 1981 e 1985. A turma lá sempre fez questão de me receber com muita simpatia, característica que permaneceu na vizinha DRF/Poços de Caldas”.

Há ainda uma história curiosa em relação a um servidor da Receita Federal em São Sebastião do Paraíso.

Consta que ele e amigos tiveram a ideia de fundar, na década de 80, um clube que hoje é um imponente ponto de recreação e encontros dos habitantes da cidade.

Segundo consta, a ideia surgiu em um dos rotineiros encontros dos amigos que ocorriam no chamado Bar do Moreira.

MENÇÃO ESPECIAL

Devemos fazer uma menção especial aos servidores José Carlos Scudeller, Flávio Vilela Campos, Leda Domingos, Eugenio Celso Guimarães, Luiz Gonzaga Ventura Leite Junior e Hermano Lemos de Avellar Machado, esses últimos, respectivamente nossos atuais Delegado e Superintendente, aos quais desejamos muita boa sorte na continuidade da condução de todo os trabalhos em prol da melhor Administração Tributária e por conseguinte em prol do melhor para a Sociedade.

Queremos lembrar também de Arnaldo Faria Monteiro, ex-delegado da DRF/Poços de Caldas, no período de 09/1999 a 01/2001, que visitou a unidade no dia 26 de maio de 2010.

Na oportunidade, ele recebeu um exemplar da revista comemorativa dos 10 anos de criação da unidade de Poços de Caldas. “Fico feliz em ver o quanto a Delegacia cresceu e solidificou, sendo tudo isto fruto do trabalho de seus servidores”, com essas palavras ele falou aos servidores, agradecendo a atenção e desejando à unidade muito sucesso.



“Um pouco mais adiante...

Carlos Levy de Farias Teixeira

SRRF/09 RF - Difis

Auditor-fiscal desde 20/07/1982, com exercício na DRF/Curitiba, onde atuou no cargo de supervisor do grupo de fiscalização do IPI. Após integrar a equipe que criou o SCC como representante da COFIS no projeto. Em 2006 se transferiu para a SRRF09RF, onde atuou na Divisão de Fiscalização como substituto da DIFIS, até o final de 2010.

Corria o ano de 1986. Estávamos ainda curtindo ressaca pela péssima campanha da Seleção Brasileira na Copa do Mundo, realizada na Itália, na qual o nosso escrete treinado por Sebastião Lazaroni foi eliminado pela arquirrival Argentina, quando esse fato se sucedeu.

Na época eu era supervisor do Grupo IV – IPI da Delegacia da Receita Federal de Curitiba, que tinha na equipe sete auditores, então chamados de Fiscais da Receita Federal.

Antes, porém, quero contar como fui parar no grupo de IPI depois de passar por uma formação voltada mais ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

Ao término do treinamento feito na Esaf, em Brasília, eu e outros colegas fomos lotados na Divisão (hoje Seção) de Fiscalização. Após as conversas de praxe, fomos encaminhados a um grande salão no 3º andar do



prédio do MF, onde alguns colegas conversavam. Esses, tratados respeitosamente como “monstros” do IRPJ, continuaram com suas atividades diárias, ignorando nossa presença, já que seríamos integrados a um outro grupo fiscal. Paramos diante de um imenso armário de duas portas que nos foi dito conter o nosso trabalho. Eram muitos, muitos processos do famigerado resarcimento de IPI. Estávamos oficialmente integrando o grupo de IPI da Delegacia. Ainda contrariado, pois não era o que tinha sonhado fazer, dias depois iniciamos nossas atividades indo a um dos maiores contribuintes da jurisdição acompanhados por colegas mais experientes do grupo. O deslocamento até a empresa localizado na Cidade Industrial foi feito em ônibus de linha. O pó do caminho ficou encalacrado em nossos pés, assim como o IPI, tributo que adotei como especialidade.

Daí, ao cargo de supervisor foi um caminho curto. Nem tanto pelas minhas habilidades, mas muito mais pela carência de colegas que quisessem assumir o (en) cargo. É bem verdade que já tinha tido a experiência de comandar equipes de trabalho anteriormente, porém estar à frente de uma equipe de fiscais foi um desafio que assumi com um misto de satisfação e receio.

No entanto, o dia a dia com esses colegas nos proporcionou momentos de grande alegria misturados a outros de profunda tristeza, como o falecimento de um colega em pleno exercício de suas atividades. Tudo isso ajudou a criar uma atmosfera de cumplicidade muito grande entre os colegas do grupo. A vivência diária nos levou a participar das vidas uns do outros a ponto de extrapolarmos nossa convivência profissional ao nível pessoal. Éramos parceiros em partidas de futebol, em jogos de baralho, da mesma forma que discutíamos nossos trabalhos fiscais e dividíamos problemas e alegrias familiares.

Recordo de uma dessas reuniões feita ao final do expediente de uma sexta-feira. Nos reunimos na mesa de um bar para um happy hour, regado a petiscos e muitas “loiras geladas”. Entre assuntos de trabalho e planos para o final de semana, alguém derrubou o conteúdo de uma garrafa de cerveja em



cima das mesas. Ato contínuo, o colega sem ter com que limpar a piscina que se formou e rapidamente escorria para o chão, sacou de sua pasta folhas de papel com as quais secou o precioso líquido. Até aparecer um pano de chão que completou o trabalho de limpeza das mesas, o problema “parecia” resolvido. O menor deles, segundo constatou na segunda-feira seguinte. Depois de muito procurar pelos levantamentos realizados na empresa que fiscalizava, chegou a conclusão que as tais folhas salvadoras do vexame no bar eram as anotações do trabalho de toda uma semana.

Tempos depois, esse mesmo colega foi designado para realizar uma fiscalização numa empresa na cidade de São José dos Pinhais. Como era costume na primeira visita, acompanhei o colega para a entrega do Termo de Início da ação fiscal. Na hora combinada partimos no seu carro. Não me recordo a marca deste, mas certamente o carro mais conhecido dos integrantes do grupo era o Pedro Azulão. A viatura, um fusca de cor óbvia e ano desconhecido, andava de teimoso e rodava somente com cheiro de gasolina. Nas paradas para abastecer, o dono esboçava um sorriso e mostrava os cinco dedos da mão direita. Inquirido pelo frentista, respondia que não eram cinco litros, mas sim cinco cruzados (moeda da época).

A primeira dificuldade a ser superada era encontrar a empresa. A rua achamos facilmente, pois começava numa das principais avenidas do município, nas proximidades do Aeroporto Afonso Pena, nome também do bairro para onde nos dirigíamos. Porém, a numeração da rua era completamente desencontrada, alternando seus números sem nenhuma coerência. Para não perdemos a viagem, começamos a procurar um estabelecimento com características semelhante a uma metalúrgica, ramo da empresa a ser fiscalizada. Depois de algum tempo nos deparamos com um grande galpão sem nenhuma identificação que parecia ser o que buscávamos.

Estacionamos o carro no pátio e na recepção solicitamos a presença de um representante da empresa. Gentilmente fomos conduzidos, por uma secretária, a uma grande sala que parecia ser de recreação pela existência de



uma mesa de sinuca bem ao centro. Foi nos dito que poderia ser usada para a realização do nosso trabalho por ser um local pouco utilizado. Passados alguns minutos durante os quais comentamos que o lugar era muito limpo e silenciosos para o tipo de atividade que desenvolvia, surgiu um senhor que disse ser o contador da empresa. Apresentamos nossas identificações e fomos logo esclarecendo o motivo da nossa visita, fiscalização de IPI. Após a entrega do termo de início, solicitamos que nos fossem disponibilizados os livros da escrita fiscal para que pudéssemos nos familiarizar com a empresa. Um esclarecimento, à época os termos eram previamente preenchidos na repartição pela inexistência das ferramentas hoje disponíveis.

A presença da tão temida fiscalização da Receita Federal sempre causa um certo temor nas empresas fiscalizadas e nesse caso era perceptível na feição da pessoa que nos atendia.

Pouco tempo depois o senhor em questão retornou com o termo já assinado e com alguns livros embaixo do braço dizendo, no entanto, haver um pequeno problema. Ficamos nos entreolhando e imaginando que tipo de dificuldade seria alegada. Em poucas palavras, posso dizer que ficamos realmente perplexos quando ele nos informou que a Metalúrgica "Y" ficava a aproximadamente um quilometro do local em que nos encontrávamos e que ali era a empresa "X", cujo estabelecimento era um depósito distribuidor de produtos cosméticos fabricados em outro estabelecimento da mesma, no Estado de São Paulo, o que justificava a limpeza e silêncio do local.

Como o chão teimosamente se recusava a abrir-se e nos engolir, só nos restou pedir desculpas, recolher o termo e rapidamente partirmos. Contado assim parece pouco, contudo, a verdade é que de tão desnorteados ficamos, que decidimos voltar ao prédio da Receita e deixar para outro dia a busca pela empresa a ser fiscalizada.

O acontecido foi motivo de muitas risadas na sexta-feira seguinte quando novamente nos reunimos, no bar já mencionado, para comentarmos sobre os fatos da semana. Um deles agora conhecido de todos.



Poesias Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil



O trabalho da minha mãe ajuda a construir coisas importantes.

Sofia Frank Pereira - Menção Honrosa
do 1º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB
filha da servidora Lisiâne Frank - ATRFB/DRF-Santo Ângelo

Poesias Premiadas

Primeiro Lugar

Sucupira nunca mais

Josué Teotônio da Luz

ESPEI - 03 RF

Ingressou na RFB em 10/12/1993 na fiscalização da DRF/Imperatriz/MA. Removido para a DRF/Brasília em maio de 1994, onde foi supervisor da Cobrança Administrativa Domiciliar-CAD. Removido para o ESPEI02/Belém/PA em dezembro de 1996. Chefiou o ESPEI02 de 1998 a 2003 e o ESPEI de Fortaleza/CE de 2004 a 2006. Voltou a chefiar o ESPEI02 de 2009 a 2010. Retornou para o ESPEI03 onde permanece até o momento.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Sucupira nunca mais

São seis horas da manhã
O sol começa a raiar
A cidade se desperta
Todos pensam em trabalhar
Não esperam a surpresa
Que a todos vai abalar

Aquela cidade verde
Na linha do equador
De um povo muito decente
Honesto e trabalhador
Que vive a se perguntar:
Quem vem em nosso favor?

Muitos perdiam a esperança
Outros achavam normal
Usar dos recursos públicos
Pra despesa pessoal
Era uma prática antiga
“Et cetera” e tal

Alguns se enriqueciam
Sem luta e sem trabalhar
Bastava ocupar um cargo
Nos poderes do lugar
E logo se exibiam
Com patrimônio exemplar



Outros buscavam esconder
Seu patrimônio real
Suas casas e automóveis
Longe dessa capital
As praias lá do Nordeste
Era o cenário ideal

Assim vivia esse povo
Em grande desilusão
Maioria insatisfeita
Com essa situação
Mas outros até achavam
Normal a corrupção

Deixemos essa cidade
Com sua dicotomia
Vamos contar a história
Vivenciada um dia
Que a todos vai agradar
Seja João seja Maria

Mas antes de começar
Essa história real
Dou o nome de Sucupira
Pra cidade capital
E o principal personagem
Chamarei de Juvenal



No ano dois mil e nove
Lá estava Juvenal
Naquela Região Norte
Numa grande capital
Quando menos esperava
O telefone deu o sinal

Dia normal de trabalho
Recebe uma ligação
Originada em Brasília
Vinha da Coordenação
A Copei nesse momento
Passava mais uma missão

Na Copei tem um provérbio
Que baliza a nossa lida
Que diz que *Missão passada*
É também missão cumprida
E essa tem uma história
De grande emoção vivida

Ligação pra Sucupira
Juvenal tem que fazer
Falar com um DPF
Mesmo sem lhe conhecer
Mais detalhes da missão
É ele quem vai dizer



Feito o telefonema
Pouca coisa foi falada
Mas o DPF disse
Venha aqui meu camarada
Eu preciso da Copei
Pra enfrentar essa parada

Tratava-se de denúncia
Que ele havia recebido
De alguém de Sucupira
Sujeito bem destemido
Mas que ocultasse seu nome
Ele havia exigido

Desvio de recursos públicos
Era a base do esquema
Enriquecimento ilícito
Completava o dilema
Juvenal só de ouvir
Começou a sentir pena

Da população honesta
Que vivia na cidade
Sem saúde e educação
Com muita dificuldade
Muito menos segurança
Pois não tinham liberdade



O DPF novato
Ainda pouca experiência
O Procurador também
Mas mostraram inteligência
Ao procurarem a Copei
Que é Órgão de excelência

Ia-se então enfrentar
Uma grande força do mal
Já no primeiro contato
Sugeriu o Juvenal
E o DPF aceitou
Chamar o Banco Central

Pra rastrear o dinheiro
Ia muito facilitar
Montou-se então a equipe
E começam a investigar
Mas pro trabalho em conjunto
O Juiz tem que autorizar

Com o segredo de justiça
Todos tinham o dever
De guardar a informação
Que viesse a conhecer
O que fosse apurado
Ninguém podia saber



Investigação em andamento
Tudo era esmiuçado
E logo tem novidade
Fórum privilegiado
E por isso o processo
Pro STJ foi alçado

Seguia no STJ
Investigação em andamento
Coisas muito absurdas
Surgiam a cada momento
Juvenal se indignava
Doía até o pensamento

Um exemplo detectado
É de partir o coração
Filtro d'água em escola pública
Comprado em licitação
Cujo elemento filtrante
Era estopa e algodão

Outro caso emblemático
Vejam só este cenário
Uma conselheira de contas
Em um gesto perdulário
Fez várias cirurgias-plásticas
Com o dinheiro do erário
Isso é só para mostrar



Quanto desmando havia
Mas coisa muito pior
Na cidade acontecia
O povão vivia sofrendo
E um ou outro enriquecia

Durante a investigação
Juvenal teve que ir
Trabalhar noutra cidade
Pra outra missão cumprir
Mas a atenção ficou lá
Não tinha como fugir

Continuou acompanhando
Toda a investigação
Quando surgia fato novo
Recebria a informação
Por isso não tinha como
De lá tirar a atenção

O cerco já se fechava
A investigação no final
Já com tudo mapeado
Quem eram as pessoas do mal
Com isso é chegada a hora
De ir buscar Juvenal



Pela sua experiência
De muitos anos de luta
Era a pessoa ideal
Pra carregar a batuta
Em uma grande operação
Que viria após a escuta

Partindo do STJ
Veio a determinação
Para que se preparasse
Uma grande operação
A fim de coletar provas
Com Busca e Apreensão

A Copei se articulou
Com a Polícia Federal
E Também com a CGU
Que se agregou no final
E para coordenar tudo
Designou Juvenal

Juvenal foi pra Brasília
Pra fazer o planejamento
Com a ajuda de uma colega
Que tinha o conhecimento
Pois viveu a investigação
Em todo e qualquer momento



Reuniões todo dia
Com a Polícia Federal
Pra definir os detalhes
Logística e material
E o fator mais importante:
Selecionar o pessoal

Cinquenta e duas pessoas
Salve-se quem puder
Só do quadro da Copei
Venham de onde vier
E havia mais um detalhe
Não podia ser mulher

Devido às características
Isso é preciso explicar
Em relação à hospedagem
Não existia lugar
E ainda não se sabia
A noite onde iam passar

Pode ser em embarcações
Ou mesmo em acampamento
Eram as melhores opções
Que se tinha no momento
Mas entre elas estava
Passar a noite ao relento



Os voluntários surgiram
Sem haver dificuldades
Entre Auditores e Analistas
De diferentes cidades
Todos bem comprometidos
Com suas especialidades

Vieram de Porto Alegre
São Paulo e Salvador
Belo Horizonte e Recife
Todos com muito fervor
Campo Grande e Belém
Terra boa e do calor

Foz do Iguaçu e Curitiba
Brasília e Fortaleza
Rio de Janeiro e Santos
E Manaus com sua beleza
Onde se come um bom peixe
E se curte a natureza

Após diversas reuniões
Veio a definição
A ida pra Sucupira
Seria de avião
Mas não podia ser antes
Só no dia da operação



Isso era recomendado
Pra o sigilo manter
Em aviões de carreira
Não se podia fazer
Por isso foi necessário
O Sucatão requerer

O Avião da Presidência
Seria esse o transporte
Logo foi autorizado
Contamos com a boa sorte
Pra levar o pessoal
Lá para a região norte

O dia 10 de setembro
Seria a data fatal
Do ano dois mil e dez
Convocou-se o pessoal
Pra reunião em Brasília
Lá no planalto central

A reunião ocorreu
No dia anterior
Que nós chamamos de “Briefing”
E aconteceu com louvor
Ninguém sabia pra onde ia
Ordem do coordenador



Às quatro horas da tarde
O grupo foi descansar
No hotel já reservado
Pra todos acomodar
Pois onze horas da noite
Um ônibus ia passar

Levá-los à Base Aérea
De Brasília, era a missão
Pois de lá ia partir
O famoso Sucatão
Com destino a Sucupira
Local da operação

Chegamos à Base Aérea
Lá ficamos a esperar
A hora e o momento
Do Sucatão decolar
Às três e meia da manhã
Nós já estávamos no ar

Cinquenta e duas pessoas
Da Receita Federal
Da CGU eram trinta
Rumo ao destino final
E ainda cerca de sessenta
Da Polícia Federal



A Polícia ainda tinha
Outro grande batalhão
Que ia chegar por água
Usando de embarcação
Tudo com muito cuidado
Pra não chamar a atenção

Às cinco e meia da manhã
O Sucatão sobrevoava
A cidade de Sucupira
E o barco também chegava
Essa multidão de gente
Sucupira não esperava

Às seis horas da manhã
Cada equipe em seu destino
Todos procurando provas
Com o faro muito fino
Iam separando tudo
Que julgassem clandestino

Prefeitura e Assembleia
Secretarias de Estado
Também Tribunal de Contas
Tudo foi vasculhado
E algumas empresas privadas
Que estavam agindo errado



Casas particulares
De pessoas envolvidas
Que foram identificadas
Depois de vindas e idas
Em todos esses lugares
As provas foram colhidas

Juvenal e outro colega
Que coordenavam a ação
Lá do quartel do Exército
Base da operação
De lá controlavam tudo
Mesmo sob tensão

Às três e meia da tarde
Tudo estava encerrado
O grupo pro aeroporto
Já havia sido levado
Mais uma missão cumprida
Sem que nada desse errado

Mas continua a história
Não encerrou ainda não
Agora vem a melhor parte
Que causou mais emoção
De que os participantes
Jamais se esquecerão



Além das apreensões
Teve outro fato chocante
Que ainda não foi relatado
Mas vou contar nesse instante
O que trata das prisões
De gente muito importante

Presos temporariamente
Prefeito e governador
E o ex, licenciado
Pra concorrer a senador
Para as famílias dos presos
Foi um momento de dor

Para o Tribunal de Contas
Enviou-se uma comitiva
Que prendeu seu presidente
E na Assembleia Legislativa
O presidente sofreu
Condução coercitiva

E por toda Sucupira
As notícias circulavam
A cidade em alvoroço
Se uns riam outros choravam
Mas muitos daquele povo
Do nosso lado estavam



Disso eu tenho certeza
E nem um pouco duvido
Pois onde o grupo passava
Pelo povo era aplaudido
E alguns até gritavam:
“Volte outra vez meu querido”

As emoções transbordando
É hora de retornar
O Sucatão esperando
Pra nosso grupo embarcar
Mas logo corre um boato
Que veio a nos preocupar

Os policiais que haviam
Ido na embarcação
Teriam prioridade
Pra voltar no avião
E o Sucatão não cabia
Alguém ficaria então...

Nessa altura o nosso voo
Já estava atrasado
E o piloto começou
Até a ficar zangado
Que a Polícia Federal
Ainda não havia chegado



Juvenal se aproximou
Do piloto e a conversar
Muitas amenidades
Para ele se acalmar
Claro que já pensando
Na hora de embarcar

A Polícia Federal
Chegou e entrou então
Em direção à aeronave
E lá ficou de plantão
Em uma fila formada
Frente à escada do avião

O grupo de Juvenal
Também se aproximou
Nisso o comissário
Ao piloto perguntou
Qual grupo entra primeiro?
O piloto logo olhou

Os grupos ali postados
Logo enxergou Juvenal
E sem nem pestanejar
Com a mão deu o sinal
“Os outros esperem um pouco
Vem, Receita Federal”



Entramos no Sucatão
Alegres a conversar
Todos muito cansados
E esperávamos decolar
Mas demorou quase uma hora
Pra aeronave voar

Pois um avião de carreira
Veio a estacionar
Ao lado do Sucatão
Pois não tinha outro lugar
Com isso não houve como
O Sucatão manobrar

A situação piorou
O ar não funcionava
Quarenta graus lá fora
E dentro mais quente estava
Todos suando muito
Alguém quase desmaiava.

Mas após a decolagem
Tudo ocorreu normal
Às sete e meia da noite
Pousamos na capital
Brasília bela cidade
Nosso destino final



Aqui merece uma estrofe
Sobre a determinação
De todos os voluntários
Que cumpriram esta missão
Pareciam super-homens
Salvando a população

Foram mais de vinte horas
Do início ao terminar
Sem dormir e sem café
Sem almoço e sem jantar
E mesmo até sem nenhum
Momento pra descansar

Tenho certeza que todos
Jamais se esquecerão
Das horas vivenciadas
Nessa honrosa missão
Principalmente os aplausos
Vindos da população

Essa determinação
De onde vem eu bem sei
E o leitor também sabe
Pois a pista eu já dei
É uma característica
Dos que fazem a Copei



E aqui termina a saga
Tudo está subentendido
E para que o personagem
Não corra nenhum perigo
Sucupira é na Amazônia
Mas Juvenal eu não digo

Aqueles que foram presos
Não se elegeram jamais
Respondem pelos seus crimes
Nas barras dos tribunais
E a cidade segue avante
Sucupira nunca mais...

Pra encerrar agradeço
Toda colaboração
Recebida de colegas
Que fizeram a revisão
E espero o julgamento
Dessa nobre Comissão.



Segundo Lugar

Da máquina de datilografar ao processo digital

Luiz Carlos de Araújo
DRF - Manaus/AM

Ingressou na RFB em 16 de julho de 1999. Trabalhou na Assessoria de Imprensa do Gabinete da Secretaria, de julho de 1999 a setembro de 2001; e na Divisão de Administração de Cadastro (DICAD), de outubro de 2001 a julho de 2006. Desde agosto de 2006 está no SECAT da DRF/MNS. Chefiou a DICAD, de julho de 2004 a setembro de 2005 e a SECAT da DRF/MNS, de março de 2009 a fevereiro de 2010.



Da máquina de datilografar ao processo digital

Em primitivo tempo havia
(Hoje é estranho recordar)
Máquina que não corrigia
O escrito em seu labutar.

O ser humano persistente,
A cada novo invento,
Busca mais eficiente
Meio para seu intento.

Veio, então, o computador
Para facilitar a vida.
Gerou o esplendor
E reformou nossa lida.

Mais um avanço genial:
Criou-se a Internet.
A Receita Federal
Usou bem essa vedete.

Página premiada,
Declaração pioneira,
Estar sempre na vanguarda
É uma de nossas bandeiras.



Seja na fiscalização,
Seja no atendimento,
A tecnologia em ação
Traz especiais momentos.

E o momento agora
É do processo digital,
Para colocar para fora
A burocracia infernal.

O trabalho não mais carece
De caneta, carimbo e papel.
A natureza agradece
E o servidor chega ao céu.

Diante de tantos louvores,
Não queremos ser esnobes,
Mas somos grandes criadores
Tal como foi Steve Jobs.



Terceiro Lugar

Processos, processos

Davi Ramos Campos
DRF - Campinas/SP

Ingressou em 09/07/93 - INSS, na fiscalização de empresas. Atualmente trabalha no SEORT.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Processos, processos

Processos que outrora
ficavam
sobrepostos em armários
postos em ordem numérica
ou também abecedário
organizados em listas
volumes ou unitários

Nas mesas outros haviam
alojados em gavetas
aonde também ficavam
estocados em saletas
tesoura, marca-texto
disquetes, borracha e
canetas

Encaixotados, esquecidos
abandonados em porão
o destino é sabido
por deterioração
a ordem é o fim do papel
com a digitalização

Certa feita procurando
espátula e furador
encontrei uma almofada
ao lado um grampeador
uma caixinha de clipe
lápis e apontador



CDs, carimbo, estiletes
nada disso existe mais
materiais de uso diário
muitos ficaram para trás
a moda agora é outra
processos digitais.

Mesmo com a mesa vazia
sabem que estou trabalhando
prostrado diante da tela
fico digitalizando
só resta-me questionar
até quando?



Poesias Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil



Marina Raquel Fernandes - Menção Honrosa
do 1º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB
filha do servidor Antônio Romero Ferreira Fernandes - ATRFB/ARF-João Monlevade

Dez anos da Alfândega do Aeroporto

Aristeu Bezerra Duda Filho
ALF - Guararapes/PE

Ingressou na RFB em 01 de abril de 1987. Formação Acadêmica: Curso de Medicina completo. Trabalhou na SRRF/04RF; IRF/Porto de Recife; Alfândega Porto de Suape. Atualmente exerce o cargo de Chefe substituto da SATEC da Alfândega do Aeroporto Internacional dos Guararapes.

Completa dez anos
A nossa alfândega querida
É muita coincidência
Certas coisas na vida:
Pessoas tão diferentes
Formar uma família unida

Na verdade, foi reunida
Pelo critério do talento
Porque Deus não joga semente
Deixando ao sabor do vento
Se Santos Dumont fosse vivo
Teria orgulho do invento



Acredite! Eu não aumento
Faço uso da razão
Ninguém é mal atendido
Aqui, nessa repartição
Pois o nosso objetivo
o progresso da união.



Vistoriar bagagem e mercadoria gerando o progresso da nação

Aristeu Bezerra Duda Filho
ALF - Guararapes/PE

Ingressou na RFB em 01 de abril de 1987. Formação Acadêmica: Curso de Medicina completo. Trabalhou na SRRF/04RF; IRF/Porto de Recife; Alfândega Porto de Suape. Atualmente exerce o cargo de Chefe substituto da SATEC da Alfândega do Aeroporto Internacional dos Guararapes.

Conhecer a legislação aduaneira
e aplicar no rigor a lei
sem arrogância de um rei
com educação e boa maneira
faz da nossa alfândega a primeira
no trabalho feito na razão
sem se deixar levar pela emoção
todos se empenham com categoria
ao vistoriar bagagem e mercadoria
gerando o progresso da nação.

A consciência tributária é aceita
pela modernização da gestão fiscal



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

o contribuinte entende o ato legal
porque é a forma de gerar receita
Em qualquer economia eleita
pra o funcionamento sem evasão
não se pode agir com o coração
o inspetor conhece essa história
ao vistoriar bagagem e mercadoria
Gerando o progresso da nação.

nós temos segurança de fiscalizar
devido a estar sempre se reciclando
e de estudar nunca relaxando
o bom senso de quem sabe administrar
dá autoconfiança para trabalhar
fazendo o serviço com convicção
se há dúvidas pedimos opinião
de colega com maior sabedoria
ao vistoriar bagagem e mercadoria
gerando o progresso da nação.

Planejar no momento presente
pra construir o futuro promissor
foi o tema proposto pelo inspetor
numa inspiração competente
porque ninguém aprende de repente
é preciso estudar com dedicação
Servir ao público é nossa missão
em um ambiente de harmonia
ao vistoriar bagagem e mercadoria
gerando o progresso da nação.



Dia nacional de respeito ao contribuinte

Aristeu Bezerra Duda Filho

ALF - Guararapes/PE

Ingressou na RFB em 01 de abril de 1987. Formação Acadêmica: Curso de Medicina completo. Trabalhou na SRRF/04RF; IRF/Porto de Recife; Alfândega Porto de Suape. Atualmente exerce o cargo de Chefe substituto da SATEC da Alfândega do Aeroporto Internacional dos Guararapes.

A alfândega pede a palavra
Pra mostrar sua identidade
Atua contra o contrabando
Pela saúde e moralidade
Também evita o descaminho:
Pagar imposto é necessidade.

A justiça requer igualdade
A pessoa que tenta sonegar
Prejudica a nossa indústria
E a aduana evita sucatear
Com o auxílio da tecnologia
A nossa função é fiscalizar.



Tráfico de droga nem pensar
A fauna sofre fiscalização
Mesmo tratamento a flora
É uma prioridade a educação
E a consciência ecológica
Presente na administração.

Atender bem é a nossa missão
Do mais humilde ao doutor
Não aquele velho retrato
Do temível e severo auditor
Tratar bem o contribuinte
É o recado do nosso inspetor.



Eleta e Karla

Cezira Inês Diniz
Aposentada

Ingressou no MF em 01 de julho de 1980 como datilógrafa, na ascenção funcional de 1985 passou para TAT, trabalhou na STN/Tesouro Nacional, em 1989 foi para DRF/Teresina/PI, na Arrecadação trabalhou com processos fiscais, em 1993 retornou a Brasília, trabalhou na COPOL/DICON em contratos, aditivos, etc, além do cadastramento do SIASG.

Em 30 de setembro de 2006
Logo pela manhã a triste notícia:
Entre os Estados de Mato Grosso e Sul do Pará em
Torno de uns 200 Km da Serra do Cachimbo
A cidade de São Félix do Xingu-PA

Espantou-se com a colisão no

(K) Chamado “Buraco Negro” ou até mesmo “Triângulo das Bermudas”, onde a Aerovia, num trecho com frequência de Rádio péssima, fica um verdadeiro blecaute
Logo supõe-se que o Boing 737-800 da Gol já se encontrava Ali, justamente no Buraco Negro quando tentaram



**Dizer que a mudança de rota seria necessária, já que
A tentativa com o jato executivo Legacy fora em vão, no que**

**Resultou num toque, entre as duas aeronaves, tão rápido quanto o disparo
Feito de um revólver calibre 38.**

Bem verdade que a Eleta e a Karla

**Somente deveriam retornar no
Outro dia, 1º de outubro e se
Bem pensar que simplesmente
Resolveram antecipar, pois
Estavam querendo retornar logo, já que**

O trabalho em Belém chegou ao fim mais cedo que o esperado,

**Antecipação feita, destino traçado,
Corpos sem vida foi o que nos chegaram.
Incrivelmente como uma notícia assim nos
Demonstra como DEUS, em sua infinita bondade nos dá a
Esperança para que, devagar,
Não sem dor e sofrimento, mas com o
Tempo, o sofrimento dá lugar a saudade
E assim vamos levando a vida sem as amigas, mãe, esposa, filhas...**

Que Deus nos abençoe a todos.





Receita Federal

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Divisão de Memória Institucional